

corpus
eladis
las

laboratório de fontes de estudo da linguagem - ufsm
laboratório discursivo: sujeito, rede eletrônica e sentidos em movimento - usp
laboratório arquivos do sujeito - uff

Laboratórios em Rede



Simone de Mello de Oliveira
Zélia Maria Viana Paim
Ana Paula El-Jaick
Orgs.

Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL/UFSM
Santa Maria
2015

corpus		laboratório corpus - ufsm
el@dis		laboratório discursivo: sujeito, rede eletrônica e sentidos - usp
las		laboratório arquivos do sujeito - uff

Laboratórios *em* Rede

Simone de Mello de Oliveira
Zélia Maria Viana Paim
Ana Paula El-Jaick
Orgs.

Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL / UFSM
Santa Maria
2015

REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
Paulo Afonso Burmann

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Paulo Renato Schneider

DIRETOR DO CENTRO DE ARTES E LETRAS
Pedro Brum Santos

COORDENADORA DO PPGLETRAS
Sara Regina Scotta Cabral

COORDENADORA DO LABORATÓRIO CORPUS
Amanda Eloina Scherer

EDITORAÇÃO
Simone de Mello de Oliveira

REVISÃO
Zélia Maria Viana Paim
Ana Paula El-Jaick

L123 Laboratórios em rede [recurso eletrônico] / Simone de Mello de Oliveira, Zélia Maria Viana Paim, Ana Paula El-Jaick, orgs. -Santa Maria, RS : UFSM, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2015.
1 e-Book

Acima do título: Corpus, Laboratório Corpus - UFSM; Eladis, Laboratório Discursivo: Sujeito, Rede Eletrônica e Sentidos - USP; LAS, Laboratório Arquivos do Sujeito - UFF.

1. Linguística 2. Linguagem 3. Análise do discurso 4. Sujeito I. Oliveira, Simone de Mello II. Paim, Zélia Maria Viana III El-Jaick, Ana Paula

CDU 801
ISBN 978-85-99527-37-5

Ficha catalográfica elaborada por Maristela Eckhardt CRB-10/737
Biblioteca Central - UFSM

COMITÊ CIENTÍFICO
Amanda Eloina Scherer
Bethania Mariani
Larissa Montagner
Lucília Maria Souza Romão
Silmara Dela Silva
Vanise Medeiros
Verli Petri da Silveira

Sumário

<i>Laboratórios em Rede: uma apresentação</i> Simone de Mello de Oliveira Zélia Maria Viana Paim Ana Paula El-Jaick	4
<i>Fios condutores de encontros e desencontros que supostamente perpetuam o tempo para o sujeito contemporâneo</i> Ana Maria Carnevale	7
<i>Formas de resistência e modos de subjetivação pelo/no discurso cinematográfico carioca</i> Maurício Beck	19
<i>Efeitos de sentido sobre o não-verbal: uma análise discursiva</i> Fernanda Correa Silveira Galli	31
<i>Literatura queer butch (no Brasil)</i> Ana Paula El-Jaick	45
<i>Arquivos (digitais) contemporâneos: história, memória e softwares</i> Simone Oliveira	72
<i>Gestos de leitura no espaço digital</i> Juciele Pereira Dias	84
<i>Revista acadêmica: uma reflexão acerca da circulação do conhecimento linguístico</i> Zélia Maria Viana Paim	103

Laboratórios em rede: uma apresentação

Simone de Mello de Oliveira
Zélia Maria Viana Paim
Ana Paula El-Jaick

A Universidade Federal de Santa Maria sediou, no dia 10 de maio de 2013, o I Seminário de Pós-Doutorandos em Estudos Linguísticos – **Laboratórios em Rede**, evento este que reuniu pós-doutorandos de três laboratórios de pesquisa de importantes instituições nacionais: Laboratório Discursivo: Sujeito, Rede eletrônica e Sentidos em Movimento - E-I@dis - da Universidade de São Paulo, Campus Ribeirão Preto – USP/RP; Laboratório de Arquivos do Sujeito (LAS) da Universidade Federal Fluminense – UFF; e Laboratório Corpus, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

Estes três laboratórios firmaram acordo de cooperação acadêmica e científica no ano de 2012, por ocasião do primeiro evento realizado pelos três laboratórios, o "I Jornada Enlace entre Laboratórios", em 2012, na UFF, Campus do Gragoatá, Niterói - Rio de Janeiro.

Laboratórios em Rede constituiu-se como um evento inaugural na área dos Estudos Linguísticos, no contexto brasileiro do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD), criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 2011. O evento teve por objetivo principal criar a oportunidade para discussões acerca das pesquisas realizadas pelos pós-doutorandos vinculados a estes laboratórios, além de criar uma cultura acadêmica de intercâmbio teórico-epistemológico na formação continuada de jovens doutores.

Neste livro, reunimos artigos de pós-doutorandos que participaram deste evento. Os autores deste volume trazem a público as pesquisas realizadas no PNPD da CAPES. Para a organização deste volume, optamos por uma apresentação dos

trabalhos em ordem alfabética.

Abre o livro o artigo de Ana Maria Carnevale intitulado “Fios condutores de encontros e desencontros que supostamente perpetuam o tempo para o sujeito contemporâneo”. A autora traz à baila a questão de como o sujeito contemporâneo entende o tempo como se o mesmo não existisse, possibilitando a presentificação de si e do outro a todo instante, processo que denomina de “eternização do tempo presente”.

O trabalho seguinte de autoria de Maurício Beck é intitulado “Formas de resistência e modos de subjetivação pelo/no discurso cinematográfico carioca”. O artigo apresenta estudo tomando como corpus o documentário *Abaixando a Máquina - Ética e Dor no Fotografismo Carioca* (2008), de Guillermo Planel e Renato de Paula. A partir do que pode/deve e o que não pode/não deve ser fotografado na cidade do Rio de Janeiro, Beck tem como pergunta norteadora do seu trabalho quais são as condições que determinam a apraxia inesperada, ou seja, essa recusa em produzir um discurso imagético do acontecido.

Em “Efeitos de sentido sobre o não-verbal: uma análise discursiva”, Fernanda Correa Silveira Galli tece considerações interpretativas sobre os efeitos de sentido de algumas capas de *Caim*, de José Saramago, que se encontra(va)m acessíveis no site da Fundação José Saramago. A autora busca mostrar o deslocamento dos sentidos no discurso não-verbal que emergem, produzindo rupturas. Essas rupturas se mostram no enredamento constituinte do discurso não-verbal que, sem princípio nem fim, se configura no fio da memória, como repetição histórica que se desloca e que permite o movimento dos sentidos cristalizados sobre Caim.

O artigo de Ana Paula El-Jaick, “Literatura ~~queer~~ butch (no Brasil)”, tem como objetivo analisar o reverso do apagamento a que as lésbicas foram submetidas em nossa sociedade. A autora analisa um discurso que deu voz a essas mulheres –

literalmente/literariamente. Tal pesquisa tem como objeto a publicação contemporânea editada no Brasil voltada ao público lésbico. Seu *corpus* é composto pelos livros publicados pelas Edições GLS especificamente dedicados ao público feminino.

Em “Arquivos (digitais) contemporâneos: história, memória e softwares”, Simone de Mello de Oliveira tem por objetivo apresentar os desenvolvimentos do seu trabalho com o Fundo Documental Neusa Carson, de digitalização e disponibilização on-line de documentos de forma livre e acessível a todos, por meio de aplicativos para digitalização, gestão, guarda, conservação e disponibilização. Ainda que sejam programas distintos, os softwares livres ICA-AtoM, DSpace e Archivematica desempenham todos o papel de disponibilização on-line de arquivos, cada um com sua especificidade e peculiar função para diferentes tipos de acervos e finalidade.

Com objetivos bastante claros, Juciele Pereira Dias, em artigo intitulado “Gestos de Leitura no Espaço Digital”, discute resultados parciais de sua pesquisa sobre a questão do *Youtube* como um *espaço polêmico de leituras* (PÊCHEUX, 2010) na contemporaneidade. Desse modo, para a análise, Dias centra-se sobre a relação *mulher e samba*, com a finalidade de compreender os efeitos de sentido desse tema em um percurso de leituras do arquivo em rede.

O artigo que fecha o livro, de Zélia Maria Viana Paim, intitulado “Revista acadêmica: uma reflexão acerca da circulação do conhecimento linguístico”, trata da produção do conhecimento linguístico e circulação desse conhecimento no espaço institucional por meio de revistas acadêmicas. Considera a revista acadêmica em análise, *Letras*, da Universidade Federal do Paraná, como o espaço para circulação do conhecimento linguístico, constituída segundo determinada especificidade inserida em determinada ordem discursiva e ancorada em um suporte institucional. Essa ordem reforçada pelo que/como se faz em pesquisa e entre teoria e prática estabelece lugar para as ideias linguísticas.

Fios condutores de encontros e desencontros que supostamente perpetuam o tempo para o sujeito contemporâneo

Ana Maria Carnevale¹ (El@dis/USP)

Apresento aqui os primeiros escritos sobre meu pensamento desenvolvido juntamente com a Profa. Dra. Lucília Maria Sousa Romão. São escritos compostos a partir do meu projeto de pós-doutorado na USP de Ribeirão Preto.

O objetivo desta pesquisa de pós-doutorado é pensar e investigar os caminhos percorridos pelo sujeito contemporâneo inserido em um tempo que o situa para além de um tempo que pode ser mensurado. Ou seja, trabalhamos com a hipótese de que o sujeito permaneça suspenso em um tempo em que não sabe como se localizar, posto que inserido está nos fios condutores de encontros e desencontros que supostamente perpetuariam o tempo do presente, no gerúndio dos acessos. Poder estar ao mesmo tempo em vários “lugares”: este é o desafio, inscrito pelas condições de produção dadas pelas tecnologias de comunicar, do sujeito contemporâneo; isto é, basta estar em um só lugar para poder estar, ainda que imaginariamente, em todos os outros cantos que desejar. É pelos fios imaginários da Web que este sujeito vai ao encontro do(s) outro(s) em um tempo que podemos chamar de real, mensurável, apenas de modo singular, posto ser pontualmente real tão somente para aquele que está diante da tela. Entretanto, podemos dizer que é também de modo singular que o real do tempo invade o sujeito contemporâneo, dando a impressão de que o tempo não há e de que o espaço físico pode ser encurtado, estabilizado a ponto de

¹ Pós-doutoranda sob supervisão da Profa. Dra. Lucília Maria Souza Abraão na USP de Ribeirão Preto.

caber/estar na palma da mão. Logo uma pergunta se coloca: que tempo é este? Como definir o tempo e os sujeitos nele inseridos? De que modo inscrevem-se sujeitos e sentidos nessa nova trama de tagarelices on-line? Nosso estudo busca tatear algumas respostas para tais questões, e julgamos que a relevância do mesmo é permitir-nos refletir sobre a questão do tempo e de como o sujeito contemporâneo, no movimento de encontro com o outro, inclui o tempo como se o mesmo não existisse, possibilitando a presentificação de si e do outro a todo instante. Pensando o sujeito como sendo marcado pela história e pela ideologia e atravessado pelo inconsciente, a pesquisa é embasada pelas teorias da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, segundo Michel Pêcheux, e pela Psicanálise segundo Lacan, pois ambas as teorias nos fornecem suporte para reflexões e ingerências sobre nossa questão de pesquisa.

[...] Está na hora – disse Rezia.

A palavra “hora” rebentou sua casca; derramou seus tesouros sobre ele; e de seus lábios tombaram, como escamas, como limalhas, sem que ele nada fizesse para isso, duras, brancas, imortais palavras, que voaram, colocando-se por si mesmas no seu devido lugar em uma ode ao Tempo; uma imortal ode ao Tempo (WOOLF, V. [1925] 1980, p. 69).

Trago, de início, um pequeno trecho de *Mrs. Dalloway*, de Virgínia Woolf, como uma ode ao tempo, mote desta pesquisa. Tempo que necessita ser percorrido pelo sujeito, posto poder dar a cada um, ainda que pela via da ilusão, a possibilidade de existir, onde quer que se deseje. Pensamos o tempo como o tempo do sujeito, sujeito histórico-ideológico atravessado pelo inconsciente, um sujeito pesquisado por Michel Pêcheux, e também por Jacques Lacan, tão intenso em suas pesquisas sobre o inconsciente, que fundou um novo modo de ouvir o sujeito após Sigmund Freud.

A releitura que Jacques Lacan fez da teoria psicanalítica nos orienta a ouvir também hoje o sujeito contemporâneo de outro modo. Em nossa pesquisa, desejamos percorrer os caminhos que são trilhados pelo sujeito que está inserido em novas formas de pensamento e de relações, e pensar como a suposta interação com o outro se coloca diante de um pequeno clique e uma tela que o leva a encontros e desencontros, mas que presentifica o tempo, dando ao sujeito contemporâneo a ideia de preenchimento das lacunas que compõem sua existência, uma vez que ele é habitado por um vazio constituinte. O sujeito contemporâneo deseja a completude, deseja estar em todos os possíveis lugares que pensar, onde ele pensa em ser, mas encontra-se, sem mesmo saber, (sus)penso nas teias da Web. É via rede eletrônica que o homem contemporâneo pensa poder eternizar-se, pensando com M. Heidegger, quando este diz que “[...] se o tempo encontra seu sentido na eternidade, deveremos compreendê-lo a partir desta”² (HEIDEGGER, M. [1924] 1999). Em sendo assim, trabalhamos com a hipótese de que a presentificação do tempo eterniza o homem contemporâneo, situando-o eternamente no tempo do agora. Este é um dos aspectos principais de nossa proposta, ou seja, investigar o sujeito contemporâneo imaginariamente presentificado em eterno. Também nos acossa investigar que sentidos podem ser produzidos diante desta nossa futura constatação. Sujeitos e sentidos móveis, entretanto suspensos na rede eletrônica: contradição de saída colocada, uma vez que se busca a completude, mas se permanece suspenso, interrompido e incompleto na Web. E a ilusão de um preenchimento com um clique continua a perpetuar no tempo o desejo do sujeito.

Retomo Woolf: “[...] imortais palavras, que voaram, colocando-se por si mesmas no seu devido lugar em uma ode ao Tempo; uma imortal ode ao Tempo”. Assim, através da rede eletrônica, o sujeito moderno continua a ‘fazer voar suas imortais

² Tradução da autora.

palavras'. Justamente por jamais poderem morrer é que as palavras nos colocam, mais uma vez, diante da possibilidade da eternidade.

Pensando sobre o tempo... Há tempos... De acordo com Lacan, há um instante do olhar, um tempo para compreender e um momento para concluir. E “a instância do tempo se apresenta de modo diferente em cada um desses momentos” (LACAN, 1998, p. 204). Assim é que há um tempo em que algo ainda é ignorado pelo próprio sujeito. Como bem nos diz Lacan: “o tempo de compreender pode reduzir-se ao instante do olhar, mas esse olhar, em seu instante, pode incluir todo o tempo necessário para compreender” (LACAN, 1998, p. 205). É um tempo de parada, necessário para determinar “o juízo do sujeito” (LACAN, 1998 p. 203), ou seja, o juízo se dá através de um ato, um ato que o leva a concluir: “O sujeito se efetiva por tempos, o objeto se engendra por tempos, e o Outro se produz por tempos” (FLESLER, 2007, p. 58). Isto é efeito da fórmula lacaniana (1998) que diz que o sujeito “é efeito do que um significante representa para outro significante”. É preciso que haja uma cadeia discursiva que deslize e que faça surgir o sujeito do inconsciente. Mas isso só se dá nos tempos de cada sujeito; um sujeito situado em um tempo onde o Outro antecipa sua chegada, antecipa seu lugar, inserindo-o no mundo da linguagem.

De acordo com Heidegger, “[...] o tempo é aquilo onde se produzem acontecimentos”³ (HEIDEGGER, M. [1924] 1999). E se no tempo se “produzem acontecimentos”, estamos diante de acontecimentos que trazem uma mudança de posição para sujeitos contemporâneos, trazem novas possibilidades de dizeres. Assim, um acontecimento enunciativo mostra um novo modo de enunciar, mostra uma mudança de posição do sujeito no interior da formação discursiva.

Há, na sociedade humana, uma necessidade de saber e de unificar a multiplicidade de saberes que as ciências nos colocam,

³ Tradução da autora.

isto para que se tenha a possibilidade, ainda que aparente, de um controle sobre as questões da vida, historicamente materializadas. Assim, ideologicamente, o sujeito poderia dar-se conta de todas as “coisa-a-saber” da qual nos diz Pêcheux, com a pretensão de explicar tudo de forma inequívoca. Entretanto, sabemos que tudo não pode abarcar a totalidade. Há sempre um furo. E é este furo que causa o sujeito, que lhe permite seguir. Mas, em se pensando em eternizar o tempo presente, não estaria o sujeito buscando um modo de preencher este furo? Esta é uma das indagações que se colocam para nós e que, em nossa pesquisa, buscaremos dar um contorno maior.

Quando falamos das “coisas-a-saber”, as quais Pêcheux traz em *Estrutura ou acontecimento* ([1983] 2006, p. 43), podemos dizer que este saber do qual falamos, seja um saber da ordem do privado ou do público, sempre nos coloca diante da questão de que não há um só sujeito que tenha a certeza de que sabe do que fala; o que há é uma ilusão, posto que o discurso é marcado pelos equívocos da linguagem, pelo real que a constitui. Aqui, mais uma vez, falamos de uma impossibilidade que inscreve todo o sujeito, uma impossibilidade de ordem simbólica, que marca, justamente, uma busca incessante para o sujeito. Nessa busca em que se localiza o sujeito insere-se o tempo; não um tempo do relógio, criado pelo homem para contornar seus movimentos na vida, mas um tempo que o situa enquanto sujeito do desejo, um tempo que se mostra como vazio e que necessita ser preenchido. Continua a questão: de que tempo falamos? De um tempo real, demarcado, ou de um real do tempo que não pode ser simbolizado e que, por isso mesmo, causa angústia? Percorrendo estes caminhos talvez possamos responder algumas questões cruciais deste projeto, priorizando uma reflexão sobre o sujeito.

O *corpus* de nossa pesquisa será composto, inicialmente, por artigos e textos impressos, bem como por material encontrado na rede eletrônica, que nos indique como vem se dando este processo, por nós denominado de eternização do tempo presente.

Nosso *corpus*, ainda em aberto, possibilitará, durante a pesquisa, a inclusão do que acharmos necessário à construção de nosso arquivo sobre o tema proposto. A materialidade discursiva aqui pensada mostra que há discursos em funcionamento sobre o sujeito e o tempo, o que justifica o desejo pela investigação sobre o tema. Poder recolher material e ordená-lo em arquivo de modo a sistematizar o pensamento do sujeito contemporâneo sobre o tema é mote de nossa pesquisa.

Nossa pesquisa será composta pelo *corpus* empírico representado pelo material bruto (textos impressos e de rede eletrônica) e pelo *corpus* teorizado, discursivo, resultante do recorte que faremos, orientado pelo conjunto de documentos que abrange nossa questão e que, ao mesmo tempo, não pode ser tomado como da ordem da completude. A teorização do *corpus* permite distinguir o que é da ordem do sujeito e da ordem do tempo e como ambas circulam no pensamento contemporâneo. O *corpus* teorizado como condição de história do sujeito, de cada sujeito em questão, nos leva a traçar caminhos em direção ao nosso pensamento sobre o sujeito e a eternização do tempo presente.

Trabalho com a AD como teoria que auxilia nossa reflexão e com a Psicanálise, que pode nos oferecer condições de construir, junto com a AD, caminhos que nos levem para além dos significantes colhidos em nosso *corpus*, uma vez que o discurso, para a AD, não é transparente, mas sim opaco. Mariani (2006) diz que:

Se, para a Análise do Discurso, sujeito e sentido se constituem mutuamente e esse processo é histórico, acho que é possível dizer e estabelecer, fazendo um incerto paralelismo, que, para o ponto de vista da psicanálise, considerando a hipótese lacaniana “de que o indivíduo que é afetado pelo inconsciente é o mesmo que constitui

o que chamo de sujeito de um significante”⁴, sujeito do inconsciente e cadeia significante se constituem simultaneamente. Não se trata de buscar uma impossível complementação entre as duas perspectivas teóricas, mas sim de **fazer trabalhar, em cada perspectiva e cada uma a seu modo, as formas de inscrição da subjetividade...** (MARIANI, 2006, p. 7, grifos nossos).

Retomando Mariani, “fazer trabalhar, em cada perspectiva e cada uma a seu modo, as formas de inscrição da subjetividade” (MARIANI, 2006, p.7) faz-nos pensar que pode haver uma aproximação entre a AD e a psicanálise, ainda que cada teoria siga por objetivos diversos. Assim, podemos utilizar ambas neste processo de pesquisa sobre o sujeito e o tempo, já que o sujeito é perpassado pela ideologia e pelo inconsciente, inserido na história; uma história contada de modo singular, mas que, ao mesmo tempo, se localiza na relação com o outro, ainda que via rede eletrônica.

Faremos recortes nos textos impressos e da rede eletrônica que constituirão a base para a nossa análise e para a construção de nosso arquivo. O conceito de recorte foi proposto inicialmente por Orlandi (1984) a fim de mostrar que a AD recorta a superfície linguística, buscando depreender fragmentos de linguagem, – e – situação. Tais recortes, uma vez selecionados, formarão o conjunto de sequências discursivas que comporão nosso arquivo.

Finalizando...

Há tempos...

“E **há tempos**

Nem os santos tem ao certo

A medida da maldade

E **há tempos** são os jovens

4

Conforme LACAN, 1982, p.194.

Que adoecem
E **há tempos**
O encanto está ausente
E há ferrugem nos sorrisos”(Legião Urbana. “Há tempos”)

Apenas sabemos que há tempos. Nosso tempo de agora é o de pesquisar sobre os tempos que envolvem o sujeito. Assim, como na letra da música de Dado, Marcelo e Renato Russo, há tempos... tempos certos e incertos, que nada podem garantir. Há tempos de ser jovem e de correr atrás dos ideais... Permanecer sempre jovem... Desejo do humano – talvez, por isto, haja a necessidade de se eternizar no tempo presente.

Referências:

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. São Paulo: Martins Fontes, 1974.

_____. *Posições I*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978.

BALDINI, L. & MARIANI, B. *Simpósio: A noção de real e seus desdobramentos na AD (O Real é o nome que se dá ao inominável)*. V SEAD - Seminário de Estudos em Análise de Discurso. FERREIRA, M. C.; INDURSKY, F. (Org.). Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2011.

BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística geral*. v. 2, Campinas: Pontes, 1995.

CHEMAMA, R. *Dicionário de Psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

COURTINE, J. -J. [1981]. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: Edufscar, 2009.

DARMON, M. *Ensaio sobre a topologia lacaniana*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

DÖR, J. *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FEU, F. *O sujeito no discurso: Pêcheux e Lacan*. Tese. Universidade

- Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- FINK, B. *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FLESLER, A. *Niño en analisis y el lugar de los padres*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2007.
- FONSECA-SILVA, M. C. e SANTOS, E. J. (Orgs.). *Estudos da lingua(gem)*. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. n. 1 junho, Vitória da Conquista: Ed. Uesb, 2005.
- FRANCHETTO, B. e LEITE, Y. *Origens da Linguagem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- GADET, F. e PÊCHEUX, M. [1981]. *A Língua inatingível*. Campinas: Pontes, 2004.
- FREUD S. [1912]. A Dinâmica da Transferência. In: *Obras Completas*. v. 12, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____ [1914]. Recordar, Repetir e Elaborar. In: *Obras Completas*. v. 12, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____ [1929-1930]. O Mal-Estar na Civilização. In: *Obras Completas*. v. 21, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____ [1915-1916]. Sobre a Transitoriedade. In: *Obras Completas*. v. 14, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____ [1919]. O Estranho. In: *Obras Completas*. v. 17, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.
- _____ [1924]. *El Concepto de Tiempo*: Conferencia pronunciada ante la Sociedad Teologica de Marburgo. Madrid: Editorial Trotta S.A., 1999.
- HENRY, P. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp, 1992.
- HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KAUFMANN, P. *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- LACAN J. [1953-1954]. *O Seminário, Livro 1, Os Escritos Técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- _____ [1954-1955]. *O Seminário, Livro 2, O eu na teoria de Freud e*

na técnica da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. [1957-1958]. *O Seminário, Livro 5, As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. [1960-1961]. *O Seminário, Livro 8, A Transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. [1962-1963]. *O Seminário, Livro 10, A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. [1964]. *O Seminário, Livro 11, Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. [1969-1970]. *O Seminário, Livro 17, O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. [1966]. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. [1974/1975]. *Seminário, livro 22, RSI*. Rio de Janeiro: Tradução – Dazibao.

_____. [1961-1962]. *Seminário, A Identificação*. Trad. Ivan Corrêa e Marcos Bagno. Recife: Centro de estudos freudianos, 2003.

LEBRUN, J-P. *A perversão comum: viver juntos sem outro*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 2008.

_____. *Um Mundo sem Limite: ensaio para uma clínica psicanalítica do social*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

LEITE, N. *Psicanálise e Análise do Discurso: o acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.

MAIA, M. C. *Instâncias de Subjetivação em Relatórios sobre Adolescentes Infratores*. 2006. Tese. (Doutorado em Letras) UFF, Niterói, 2006.

MALDIDIER, D. *A Inquietação do Discurso: (Re)ler Michel Pêcheux Hoje*. São Paulo: Pontes, 2003.

MARCONDES, D.; JAPIASSU, H. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

MARTINS, F. *O nome próprio: da gênese do eu ao reconhecimento do outro*. Brasília: UnB, 1984.

MILLER, J. *A obra clara*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

MARIANI, B. Significantes e Sentidos, inconsciente e ideologia. In: SARGENTINI, V. (Org.). *Análise do Discurso*. São Carlos: Clara Luz, 2008.

- _____. *Psicanálise e Psicolinguística: a aquisição da linguagem verbal e a constituição do sujeito do inconsciente*. In: *A constituição do sujeito*. Rio de Janeiro, 2007 (no prelo).
- _____. *Sentidos de subjetividade: imprensa e psicanálise*. In: *Polifonia*, Mato Grosso, v. 12, n. 1, p. 21 a 46, 2006.
- _____. *Silêncio e metáfora, algo para se pensar*. II SEAD - Seminário de Estudos em Análise de Discurso. FERREIRA, M. C.; INDURSKY, F. (Org.). *Anais...* Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2005. CD-ROM.
- _____. *O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, São Paulo: Unicamp, 1998.
- _____. (Org.). *A Escrita e os Escritos: Reflexões em Análise do Discurso e Psicanálise*. São Paulo: Ed. Claraluz, 2006.
- _____. *Che Vuoi? Olhar e palavra na constituição do sujeito*. IX Ciranda de Psicanálise e Arte. Rio de Janeiro, 2011. (mimeo)
- MELMAN, C. *O Homem sem gravidade – gozar a qualquer preço*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- NORMAND, C. *Leituras de Benveniste: algumas variantes sobre um itinerário demarcado*. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 44, n. 1 jan/mar, 2009.
- NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil: análise e história*. Campinas, SP: Pontes Editores; São Paulo, SP: Fapesp; São José do Rio Preto, SP: Faperp, 2006.
- ORLANDI, E. *O que é Linguística*. São Paulo: Brasiliense, 2005. (Coleção Primeiros Passos)
- _____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2005.
- _____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2. ed. revista e aumentada. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. *Michel Pêcheux e Análise do Discurso*. Vitória da Conquista: Labeurb/IEL, v. 1, p. 9-13, junho, 2005.
- ORLANDI, Eni et al. *Discurso e textualidade*. Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp, 2006.
- PAVEAU, M. A. *O redemoinho de palavras. Análise do Discurso*,

Inconsciente, Real, Alteridade. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 22, p. 13-p.32, jan/jun, 2008

PÊCHEUX, M. [1983]. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. São Paulo: Pontes, 2006.

_____. [1975]. *Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. Campinas, São Paulo, Ed. da Unicamp, 1997.

_____. *La frontière absente (un bilan)*. In: *Matérialités Discursives*. Colloque des 24, 25, 26 avril 1980. Lille, Presses Universitaires de Lille, 1981.

SAUSSURE, F. [1916] *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1995.

VIVES, J-M. *Pulsão invocante e destinos da voz*. Trad. de Paulo Sérgio de Souza Jr. *Textura*, São Paulo, v. 8, p. 38-43, 2009.

WOOLF, V. *Mrs. Dalloway*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

YANKELEVICH, H. *Do Pai à Letra, na clínica, na literatura e na metapsicologia*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

ZIZEK, S. *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

Formas de resistência e modos de subjetivação pelo/no discurso cinematográfico carioca⁵

Maurício Beck⁶

*Meu nome é Kátia Flávia, Godiva do Irajá,
me escondi aqui em Copa
Alô, polícia! Eu tô usando
Um Exocet - Calcinha!
(Fausto Fawcett)*

Início este texto remontando ao romantismo inglês do poeta Samuel Coleridge (1772-1834), para me apropriar da noção de “suspensão da descrença”, formulada pelo literato. Segundo Coleridge, o autor teria como função produzir um pacto ficcional com o leitor, por meio de uma construção narrativa verossímil, capaz de convencimento poético. Os leitores, então, suspenderiam sua descrença, aceitando premissas e coordenadas divergentes em relação à realidade experienciada no seu cotidiano. Em outras palavras, esses sujeitos leitores

⁵ O presente artigo é um desenvolvimento e uma síntese de trabalhos apresentados no IV Congresso Internacional de Estudos Linguísticos e Literários na Amazônia (2013) e no I Seminário de Pós-doutorandos em Estudos Linguísticos - Laboratórios em Rede. Também retoma, com novos desdobramentos, gestos de análise publicados em O Discurso do cinema-documentário carioca: a prática fotográfica e os modos de significar o espaço urbano. In: II SEMINÁRIO INTERNO DE PESQUISAS DO LABORATÓRIO ARQUIVOS DO SUJEITO, 2013, Niterói. *Anais do II Seminário Interno de Pesquisas do Laboratório Arquivos do Sujeito*. Niterói: LAS, 2013. v. n.2. p. 97-105.

⁶ Estagiário de pós-doutorado com bolsa FAPERJ, supervisionado pela professora doutora Bethania Mariani e vinculado ao Laboratório Arquivos do Sujeito-LAS-UFF.

suspenderiam momentânea e voluntariamente seu juízo de descrença em prol da fruição de determinada narrativa ficcional, desde que essa se mostre dotada de consistência interna. Coleridge desenvolve tal conceito ao mencionar as personagens shakespearianas:

(...) Its influence is abundantly proved by the one circumstance, that it can bribe us into a voluntary submission of our better knowledge, into suspension of all our judgment derived from constant experience, and enable us to peruse with the liveliest interest the wildest tales of ghosts, wizards, genii, and secret talismans. On this propensity, so deeply rooted in our nature, a specific dramatic probability may be raised by a true poet, if the whole of his work be in harmony: a dramatic probability, sufficient for dramatic pleasure, even when the component characters and incidents border on impossibility. The poet does not require us to be awake and believe; he solicits us only to yield ourselves to a dream; and this too with our eyes open, and with our judgment perdué behind the curtain, ready to awaken us at the first motion of our will: and meantime, only, not to disbelieve (COLERIDGE, 2004, p.161).⁷

⁷ Sua influência é abundantemente provida por uma circunstância que pode nos subornar a uma submissão voluntária de nosso melhor conhecimento, pela suspensão de todo julgamento derivado da experiência constante, e nos permitir ler com o mais vivo interesse as mais bárbaras lendas de fantasmas, magos, gênios e talismãs secretos. Sobre essa inclinação, tão profundamente enraizada na nossa natureza, uma probabilidade dramática específica pode ser erigida por um poeta verdadeiro, se o todo de seu trabalho estiver em harmonia: uma probabilidade dramática, suficiente ao prazer dramático, mesmo quando as personagens e incidentes margeiam a impossibilidade. O poeta não nos exige despertar e crer, ele solicita-nos, apenas, que nos rendamos ao sonho; com os olhos abertos e o

Esse efeito de convencimento era determinado, em grande medida, pela força do drama ou pela harmonia do texto. Contemporaneamente, a suspensão da descrença é pensada, no campo da teoria do cinema por exemplo, como afetada, sobretudo, pela verossimilhança da narrativa. Verossimilhança entendida como impressão de verdade que a ficção consegue provocar no leitor ou no espectador.

Antes de avançarmos, uma premissa embutida na expressão “suspensão da descrença” precisa ser questionada: por que seriam os sujeitos descrentes frente ao discurso narrativo? Que distância há entre a linguagem e a realidade mesma que faz (des)cremos nas primeiras em prol do dito *mundo objetivo*? Essa pergunta, propositalmente, tem ares de imbecilidade. É preciso criticar o óbvio para melhor entendermos o funcionamento semântico em jogo.

Se nos debruçarmos sobre a recente história ocidental para responder a essa pergunta imbecil, nos surpreenderemos ao descobrirmos que, como nos mostra Foucault (2000), nem sempre as palavras estiveram divorciadas das coisas. Mais precisamente, só na modernidade europeia ocorrerá a cisão entre o mundo das palavras e o mundo das coisas. Foucault ilustra essa mudança por meio da tragicômica personagem de Cervantes. Com efeito:

Dom Quixote é a primeira das obras modernas, pois que aí se vê a razão cruel das identidades e das diferenças desdenhar infinitamente dos signos e das similitudes: pois que aí a linguagem rompe seu velho parentesco com as coisas, para entrar nessa soberania solitária donde só reaparecerá, em seu ser absoluto, tornada literatura; pois

juízo oculto atrás das cortinas, pronto para nos despertar ao primeiro movimento da vontade: e, ao mesmo tempo, somente não descrever. (tomo a liberdade de me valer da tradução de Mourão (2012, p.12) para esse excerto).

que aí a semelhança entra numa idade que é, para ela, a da desrazão e da imaginação (FOUCAULT, 2000, p. 66).

Percebemos que é com a modernidade que se instaura um novo modo de relacionar linguagem e mundo. Desde então, se passará a descrever que as palavras guardam uma semelhança com o mundo das coisas. Mais uma vez Foucault:

De um lado, haverá a erudição, a leitura dos autores, o jogo de suas opiniões; este pode, por vezes, ter valor de indicação, menos pelo acordo que aí se forma que pelo desentendimento: “Quando se trata de uma questão difícil é mais verossímil que se encontrem poucos e não muitos para descobrir a verdade a seu respeito.” Em face dessa história e sem comum medida com ela, erguem-se os juízos seguros que podemos fazer pelas intuições e seu encadeamento. Eles e só eles constituem a ciência, e mesmo que tivéssemos “lido todos os raciocínios de Platão e de Aristóteles, [...] não seriam ciências que teríamos aprendido, ao que parece, mas história”. Desde então, o texto cessa de fazer parte dos signos e das formas da verdade; a linguagem não é mais uma das figuras do mundo nem a assinalação imposta às coisas desde o fundo dos tempos. A verdade encontra sua manifestação e seu signo na percepção evidente e distinta. Compete às palavras traduzi-la, se o podem; não terão mais direito a ser sua marca. A linguagem se retira do meio dos seres para entrar na sua era de transparência e de neutralidade. (FOUCAULT, 2000, p. 75-76).

É o discurso de Descartes que Foucault cita e comenta nesse trecho. Estamos diante da dúvida hiperbólica em resposta ao ceticismo moderno. Ceticismo que desconfia do saber da tradição e afirma a impossibilidade do conhecimento seguro. É como resposta que a dúvida hiperbólica surge: o que restaria de

certo ao duvidarmos de tudo? Só resta a certeza de que há dúvida. Com esse discurso do método, o cartesianismo inicia a paulatina construção do conhecimento moderno supostamente em bases mais sólidas. Ou seja, o conhecimento moderno é construído descartando tudo aquilo que seria da ordem da desrazão e da imaginação. Desde então, a descrença se constitui em um modo razoável de proceder diante do mundo e da vida.

Uma vez que o papel aceitaria tudo, é preciso averiguar se há adequação entre o intelecto e a coisa para postular a verdade de um texto. No meio disso, a linguagem, então entendida como transparente e neutra, não afiançaria para o moderno essa adequação. Descortina-se a era da análise racional e da experimentação científica.

Contudo, será que podemos acreditar que a época moderna é, por excelência, descrente? Não haveria uma série de insidiosas crenças subjacentes na ideia de que a linguagem é um instrumento neutro e transparente? Não traria a virada linguística do século XX, por exemplo, uma nova configuração para o ceticismo moderno?

Uma vez que o que está em jogo não é apenas a relação linguagem-mundo, mas a articulação sujeito-linguagem-mundo, a questão da (des)crença não pode deixar de remeter ao sujeito em sua implicação com a linguagem. Nesse viés, podemos mencionar a psicanálise lacaniana, na qual a verdade não diz da adequação do que é dito com o seu referente, mas sim da implicação do sujeito com o que ele diz ou lhe é dito. Trata-se da realidade psíquica, e não da realidade externa, em termos freudianos: importa o que é tomado como verdade para o sujeito, e não a verdade pretensamente objetiva.

Na prática psicanalítica, a verdade emana no discurso em que o sujeito se autoenuncia e se significa; o mundo externo é abstraído, não é pertinente. E essa autoenunciação nunca é declarativa; é um descobrimento-encobrimento pelo viés do engodo, da mentira, da ficção. Ou seja, ainda que o sujeito minta sobre a coisa no mundo, manifesta sua verdade enquanto “coisa

falante”. E a verdade desse sujeito tem a ver com o modo como ele se articula no laço simbólico e social. Laço simbólico que, para Lacan (1998), é da ordem do fictício, do arbitrário, frente ao mundo objetivo.

O modo como o sujeito se coloca nesse laço intersubjetivo diz da (des)crença deste. I.e., sua posição de sujeito remete àquilo a que ele adere. Essa é a dimensão da verdade subjetiva que se estrutura como uma ficção, pois se dá na fixação de um laço arbitrário, mas determinante de sua (des)crença.

Ademais, esse sujeito é enlaçado a um significante ordenador, ao qual ele se assujeita. Em síntese, crer é obedecer à autoridade do grande Outro, testemunha mor que afiança nosso discurso (LACAN, 1998). A realidade é, em última instância, afiançada pelo pacto simbólico (representações) e pelo imaginário (imagens, identificações e fantasia), que constituem as coordenadas de práticas cotidianas.

Em termos althusserianos (2008) e pecheutianos (1996), poderíamos dizer que o indivíduo (interpelado em sujeito pela Ideologia) se inscreve em dadas formações ideológicas e discursivas e, dessa posição, interpreta o mundo pela matriz de sentidos que lhe são impostas, mas que ele toma como suas, como na ordem da evidência. Deste modo, a realidade estaria na ordem de uma ilusão/alusão engendrada pela matriz de sentidos ideológica e discursiva em contraste com o mundo material-objetivo-externo. Não se esquecendo de que a Ideologia, para Althusser, funciona de modo especular, i.e., os pequenos sujeitos se espelham e se assujeitam ao Sujeito – instância ficcional ordenadora do todo.

Retomando a *suspensão da descrença* de Coleridge (2004), podemos agora afirmar que, na verdade, o sujeito moderno não é tão descrente quanto se supõe. Ainda que se mostre cético em relação à distância que percebe entre as palavras e as coisas, não deixa de confiar demasiadamente que a verdade estaria na adequação entre o intelecto e a coisa alcançada por meio de um

rigoroso método analítico (racional) ou experimental (empírico). Como sugeriu Nietzsche (2001), o homem da ciência moderna é ainda demasiado crente (em sua descrença). Em suma, o moderno se fia no discurso (cético ou cartesiano) que faz laço simbólico.

Tendo isso em vista, propomos uma releitura da noção de suspensão da descrença: esta seria uma posição-sujeito que, mais do que suspender uma descrença no mundo das palavras ficcionais, aprofunda o “faz-de-conta” (cf. expressão do filósofo norte-americano Kendall Walton).

O que esse (re)posicionamento subjetivo potencializaria ao leitor/espectador? Ora, na perspectiva de Coleridge (2004), ele fruiria mais intensamente a obra literária, uma vez imerso nela. De modo que podemos supor que a ficção literária ou cinematográfica funciona como uma ficção dentro de uma ficção (maior): a da matriz de sentidos que nos inscrevemos em nossa formação social. A verdadeira ilusão não estaria na imersão despreocupada no cinema-pipoca, mas no intervalo entre o final do filme e o instante em que as luzes se acendem, quando imaginamos acordar para a realidade “como ela realmente é”.

Esse intervalo nada mais é, entretanto, do que a passagem das coordenadas simbólicas de uma narrativa para outra, com outras verossimilhanças (impressões de verdade ou de probabilidades) e com outros sujeitos engajados nessa trama simbólica. (Um exemplo de apagamento do limite entre “realidade” e “ficção” seria o filme *A Rosa Púrpura do Cairo*, de Woody Allen (1985). Nele, um personagem sai do filme, invade e transmuta o mundo “real” da protagonista cinéfila.) Teríamos, assim, uma multiplicação de realidades ficcionais, camadas sobre camadas, como uma cebola simbólica, com um vazio inconsistente no centro (sendo que essas camadas são não só ilusórias, mas também *alusórias* – uma vez que há algo de verdade na ficção)?

Desativação dos dispositivos

A objetividade da fotografia é uma falácia. Erram os que acham que ela retrata o real. O que há é que quando o fotógrafo diz “olha o passarinho” uma ave de asas oblongas sai de dentro do olho da câmera, com um embornal de pinceezinhos e uma paleta de cores. Sobrevoa a cabeça do fotógrafo e pousa sobre seu ombro esquerdo. De lá, pinta a cena.

Chacal

Na sequência deste artigo, busco apresentar alguns gestos de análise tomando como corpus um documentário que nos apresenta a cidade do Rio de Janeiro e seus trabalhadores e habitantes, repartidos de modo desigual perante a lei do Estado e frente à mão invisível do Mercado, enquanto protagonistas. O filme em questão é *Abaixando a Máquina – Ética e Dor no Fotojornalismo Carioca* (2008), de Guillermo Planel e Renato de Paula. A narrativa se foca na prática da fotografia profissional em torno de acontecimentos violentos na capital fluminense. O filme está montado em uma série de entrevistas com fotógrafos que dão o testemunho de seu trabalho, do significado deste e de seus limites e impasses subjetivos.

Em minha interpretação, neste documentário, a personagem principal da narrativa fílmica é a cidade do Rio de Janeiro. Além disso, nas entrevistas, há um não dito que funciona organizando o discurso das personagens fotógrafos: trata-se de dar o testemunho de seu trabalho de registro de acontecimentos de ordem obscena, cabendo então ao fotógrafo (supostamente livre e autônomo) decidir pela captura imagética ou não – uma vez que haveria um conjunto de critérios que determinam o que pode/deve e o que não pode/não deve ser fotografado no corpo da cidade maravilha.

Uma problemática que perpassa todo o discurso fílmico é a da suposta objetividade e fidelidade da fotografia diante daquilo

que é retratado. Há de se notar que a suposta objetividade da fotografia tem como base uma crença compartilhada no funcionamento do dispositivo técnico que captura imagens “fiáveis” – diferentemente das palavras, que não gozam dessa fiabilidade desde o advento da modernidade, como aludido no começo deste artigo. Antes de avançar mais, algumas palavras sobre dispositivo:

Generalizando posteriormente a já amplíssima classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – porque não? – a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar. (AGAMBEN, 2005, p. 13).

Com base nessa (re)definição de Agamben, podemos pensar a máquina fotográfica como um dispositivo técnico de captura e de registro de imagens, e seu produto, a fotografia, como um dispositivo que tem o efeito de objetividade e transparência na relação entre a imagem capturada e imobilizada e o “mundo dos fatos”. A fotografia muitas vezes nos serve de testemunho fidedigno e nos leva a crer na factualidade do acontecido. Isso porque “o que define os dispositivos com os quais temos que lidar na fase atual do capitalismo é que eles não

agem mais tanto pela produção de um sujeito, quanto pelos processos que podemos chamar de dessubjetivação” (AGAMBEN, 2005, p. 15). No caso da prática fotográfica, essa dessubjetivação se dá, a meu ver, pelo efeito de apagamento do gesto de interpretação do fotógrafo. De modo correlato, a crença na objetividade da fotografia se embasa no apagamento da subjetividade (enquanto lócus do erro e da imaginação desarrazoada, para o ceticismo moderno).

No documentário, a imaginada objetividade da fotografia está na base do testemunho e da argumentação dos repórteres fotográficos, cuja autorreferência é a de ser um puro observador dotado de um dispositivo técnico objetivo que registra “factualidades”. Segundo seus testemunhos, não haveria lugar para a interpretação subjetiva, só para o gesto mecânico de disparar a câmera no momento preciso do acontecimento, no puro flagrante do ato.

Ainda assim, a própria narrativa cinematográfica parece questionar o poder das imagens em retratar fidedigna e objetivamente os acontecimentos. Nesse sentido, o documentário funciona como um *making off* que toma como protagonista o sujeito por trás do dispositivo fotográfico. Não por acaso, o momento em que a subjetividade do fotógrafo se faz patente, para ele mesmo, é quando se faz “necessário abaixar a máquina”. É quando o gesto de interpretação diante do que acontece o impede de disparar o dispositivo. Ora, quais são as condições que determinam essa apraxia inesperada, essa recusa em produzir um discurso imagético do acontecido? Não é exatamente a violência, a morte ou mesmo a miséria que faz obstáculo ao trabalho do fotógrafo. Em todos os testemunhos relativos a essa recusa, o que não pode ser objeto de fotografia é a dor. A dor que afeta aquele que pensava estar ali como puro olho que captura, como observador que não interfere no acontecimento, como o espectador profissional que deveria permanecer imperceptível.

Remontando à afirmação althusseriana de que não há

práticas sem sujeitos, a inflexão que o filme produz permite perceber algo do que antes permanecia nos bastidores: a prática do sujeito por trás do olho invisível da câmera. A suposta objetividade do registro técnico é desfeita pela apraxia inesperada do sujeito tomado por uma dor intersubjetiva. Algo que diz do modo como os sujeitos-fotógrafos se posicionam frente à cidade que amam e na qual trabalham. Eis a verdade do sujeito que fotografa a cidade maravilhosa: seus impasses possibilitam uma subjetivação que o dispositivo com o qual trabalham tende a desfazer.

É por meio de uma implicação intersubjetiva, pela apraxia inesperada ao estilo de Bartleby, de Melville (“prefiro não fotografar”), que o sujeito fotógrafo – e também o espectador do filme (enquanto olho que vê) – consegue escapar ao objetivismo (des)crente reproduzido em práticas de registro visual da cidade. A suspensão da descrença no gesto interpretativo do fotógrafo, nesse caso, envolve um (re)investimento subjetivo que diverge do discurso (des)crente dominante e se vincula a um outro discurso com laço social articulado em outras práxis urbanas.

Referências:

- AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? Tradução de Nilcéia Valdati. Revista *Outra Travessia*. Florianópolis, n. 5, p. 9-16, 2005
- ALTHUSSER, L. [1995]. *Sobre a Reprodução*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Introdução de Jacques Bidet. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- COLERIDGE, S. T. *Biographia literaria*. Project Gutenberg, 2004. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/cache/epub/6081/pg6081.html>>. Acesso em: 05 abril 2013.
- FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. Martins Fontes: São Paulo, 2000.

LACAN, J. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MOURÃO, N. C. *Vida de Escritor: Não-ficção e nome próprio em Gay Talese*. 2012, 179f. Dissertação (Mestrado em Letras). UFMG, Belo Horizonte, 2012.

NIETZSCHE, F. *A Gaia Ciência*. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. [1975]. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. 3 ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

Efeitos de sentido sobre o não-verbal: uma análise discursiva⁸

Fernanda Correa Silveira Galli⁹

Um efeito de começo

“[...] dizemos aos indecisos, Começar pelo princípio, como se esse princípio fosse a ponta sempre visível de um fio mal enrolado que bastasse puxar e ir puxando até chegarmos à outra ponta, a do fim, e como se, entre a primeira e a segunda, tivéssemos tido na mãos uma linha lisa e contínua em que não havia sido preciso desfazer nós nem desenredar emaranhados, coisa impossível de acontecer na vida dos romances” (SARAMAGO, 2009, p. 190).

Neste artigo, meu objetivo é tecer considerações interpretativas sobre os efeitos de sentido de algumas capas de *Caim*¹⁰, de José Saramago, que se encontra(va)m acessíveis no site da Fundação José Saramago¹¹. Para tanto, mobilizo a teoria

⁸ Agradeço aos colegas Gustavo Grandini e Daniela Giorgenon pelas leituras e sugestões valiosas.

⁹ Em 2014, pesquisadora no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos do IBILCE/UNESP pelo PNPd/CAPES.

Em 2013, pós-doutoranda pelo Departamento de Educação, Informação e Comunicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (DEDIC/FFCLRP/USP), sob a supervisão da Profa. Dra. Lucília Maria Sousa Romão, a quem sou grata pelas oportunidades todas. Bolsista FAPESP.

¹⁰ Destaco que não faz parte dos meus objetivos analisar a obra saramaguiana *Caim*.

¹¹ Disponível em: <<http://josesaramago.blogs.sapo.pt/22767.html>>. Acesso em 31 mai 2012.

da análise do discurso pecheutiana, que me permite observar o funcionamento dos sentidos (de Caim) no discurso não-verbal das capas da obra saramaguiana. A partir da interpretação discursiva do corpus selecionado para este escrito, busco mostrar o deslocamento dos sentidos no discurso não-verbal, os quais carregam uma memória e emergem produzindo rupturas. Nos resultados das análises, essas rupturas se mostram no enredamento constituinte do discurso não-verbal, que, sem princípio nem fim, se configura no fio da memória, como repetição histórica que se desloca e que permite o movimento dos sentidos cristalizados sobre Caim. O percurso traçado se caracteriza, então, de modo a apresentar: i) uma abordagem teórica sobre a teoria discursiva, percursos e alguns conceitos; ii) uma reflexão acerca da materialidade discursiva não-verbal, mais especificamente capas de quatro diferentes edições – portuguesa, espanhola, espanhola/catalã e brasileira – da obra *Caim*, de José Saramago. No movimento de análise, procuro refletir, especialmente, sobre a noção de memória discursiva como condição para a produção (de sentidos) do discurso não-verbal.

A teoria do discurso: percursos e conceitos

Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara.
(SARAMAGO, 2009, p. 209)

Considerada uma disciplina, fundada na França por Jean Dubois e Michel Pêcheux, na década de 1960, a análise do discurso (AD) se inscreve no âmbito do político e instaura “uma ruptura epistemológica, que coloca o estudo do discurso num outro terreno em que intervêm questões teóricas relativas à

Destaco que o referido site abriga o blog “Outros Cadernos de Saramago”, objeto de estudo da pesquisa que venho desenvolvendo no projeto de pós-doutorado (FAPESP, 2009/51728-9).

ideologia e ao sujeito.” (MUSSALIM, 2000, p.105). Embora com preocupações e formações distintas, Dubois (linguista/lexicólogo envolvido com questões da época) e Pêcheux (filósofo envolvido com debates em torno do marxismo, da psicanálise e da epistemologia) são tomados pelo marxismo e pela política e partilham “convicções sobre a luta de classes, a história e o movimento social” (MUSSALIM, 2000, p.102). Nesses termos, criada a partir da chamada tríplice, ou melhor, da relação entre três domínios disciplinares – linguística, marxismo e psicanálise –, a análise do discurso, além de adotar a característica fundamental da linguística – que é a não-transparência da língua –, busca outras contribuições para compreender o funcionamento da ideologia (Althusser) e a constituição do sujeito do inconsciente (Lacan), conceitos pilares para a teoria discursiva que se consolida com Pêcheux. É preciso destacar que:

se a Análise do Discurso é herdeira das três regiões de conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (ORLANDI, 2001, p. 20).

Diferentemente de outros núcleos rígidos da linguística, que se ocupam da língua como se ela fosse apenas um conjunto de regras e propriedades formais, a AD considera a língua em determinadas conjunturas histórico-sociais. O que interessa para essa disciplina, então, é a língua em funcionamento – o *discurso*, palavra que, etimologicamente, traz a “ideia de curso, de

percurso, de correr por, de movimento” (ORLANDI, 2001, p. 15); ou melhor, o foco da AD é compreender a língua no curso dos sentidos, pelo trabalho do simbólico, visando “pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas dos homens, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Linguística.” (ORLANDI, 2001, p. 16). Nessas reflexões empreendidas pela AD, interessa o modo como a língua se materializa na ideologia e como esta se manifesta naquela, o que aponta para a relação constitutiva “língua-discurso-ideologia”, que, por sua vez, coloca em evidência a formulação pecheutiana de que não existe discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia, dado que o “indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (ORLANDI, 2001, p. 17).

As relações entre um discurso e as condições de produção (sociais e históricas) é que permitem a emergência de determinados efeitos de sentido, e não outros, de maneira que o sujeito se constitui via ideologia, que predetermina o que pode ou não ser dito em certos momentos histórico-sociais. Nesse sentido, a AD “pressupõe o legado do materialismo histórico, isto é, o de que há um real da história de tal forma que o homem faz história mas esta também não lhe é transparente”. Nessa conjugação entre língua e história na produção dos sentidos, a teoria discursiva inaugura a chamada “forma material” ou “forma linguístico-histórica”: a língua passa a ser compreendida não somente como estrutura, mas principalmente como acontecimento, como processo em um sujeito que é afetado historicamente. Na AD, então: i) a língua tem sua ordem própria; ii) a história tem seu real afetado pelo simbólico; iii) o sujeito de linguagem é descentrado, afetado pelo real da língua e pelo real da história (ORLANDI, 2001, p. 19-20). É a partir dessas proposições que a AD instaura um novo objeto, o discurso.

Concebido como “uma manifestação, uma materialização da ideologia decorrente do modo de organização dos modos de produção social” (MUSSALIM, 2000, p. 110), o discurso é,

portanto, objeto teórico da AD; objeto “não-empírico”, dado que é construído a cada reflexão. Enquanto efeito de sentidos entre interlocutores (PÊCHEUX, 1995; ORLANDI, 2001), o discurso evidencia a questão de que o sentido não está pronto, mas é construído a partir da posição-sujeito e das condições de produção. De natureza constitutivamente heterogênea, o discurso “é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para sujeitos.” (ORLANDI, 2001, p. 17). A língua, desse modo, funciona como condição de possibilidade do discurso. Segundo Orlandi (2001, p. 10): “Saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro.” São essas rupturas e desdobramentos que me interessam observar no discurso não-verbal das capas de *Caim*, a partir do jogo da memória discursiva.

A noção de memória, na perspectiva da análise do discurso, está relacionada aos sentidos, aos já-ditos que retornam e determinam o dito e, portanto, deve ser entendida “não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas e da memória construída do historiador.” (PÊCHEUX, 2007, p. 50). Nas palavras de Orlandi (2001, p. 31), a memória discursiva é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”. Desse modo, a memória é responsável por estruturar todo dizer; além disso, sendo constitutiva de todo o discurso, ela possibilita que determinada leitura produza determinados efeitos de sentido – movimento que faz, por exemplo, com que tudo ou muito do que já se disse sobre *Caim* seja resignificado e esteja, de algum modo, presente nas capas selecionadas para análise. Os sentidos, então, são convocados em outra formulação, de maneira que:

o mencionado “trabalho da memória” é um dos mecanismos que possibilita [sic] a constante reconfiguração do arquivo enquanto repositório dos sentidos, alternando um movimento necessário que vai oscilar entre presença e ausência, entre lembrança e esquecimento. (LEANDRO FERREIRA, 2008, p. 22).

É pela memória que nos constituímos múltiplos e, também, singulares, “não só pelo que lembramos, mas também pelo que esquecemos” (LEANDRO FERREIRA, 2008, p. 13); não só pelos dizeres que se tramam, como por aqueles que se dispersam no movimento de tessitura. Assim, a memória é uma “via régia de acesso aos sentidos” e funciona, segundo Leandro Ferreira (2008, p. 15), como um motor que coloca em movimento os inúmeros fios da heterogeneidade, da descontinuidade e da ruptura. É, também, pela memória e pelos processos discursivos dela derivados que emerge uma memória coletiva característica de um determinado processo histórico, complementa Leandro Ferreira. É, ainda, pela inscrição da história na língua que o sujeito se apropria de uma memória (coletiva), produzindo diferentes discursos e abrindo espaço para a heterogeneidade, que, por sua natureza, “é um dos lugares privilegiados ocupados pela memória.” (LEANDRO FERREIRA, 2008, p. 16). Nessa perspectiva,

uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricas e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (PÊCHEUX, 2007, p. 56).

Se a memória é um espaço que possibilita deslocamentos, logo esse processo tende a produzir “uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento...” (PÊCHEUX, 2007, p. 52). Nas capas das edições da obra saramaguiana, a figura de Caim – personagem bíblico, filho de Adão e Eva, e que, segundo o Velho Testamento, assassinou o irmão Abel (FERREIRA, 2004) – parece romper discursivamente com a memória histórica inscrita na bíblia e pelo catolicismo, deixando emergir sentidos outros que podem ser “vistos” e, sobretudo, “reparados” a partir do aparato teórico-epistemológico da AD, que possibilita a leitura interpretativo-discursiva dos “traços da memória histórica tomada no jogo da língua.” (MALDIDIÉ, 2003, p. 90).

Análise discursiva: o não-verbal em funcionamento

Como serão as coisas quando estamos a olhar para elas?
(SARAMAGO, 2009, p. 52)

Como já destaquei, as quatro capas da obra saramaguiana *Caim* – encontradas, junto a outras edições, no site da Fundação José Saramago – são a materialidade (não-verbal) selecionada para esta análise discursiva. Tal escolha se justifica dada a interpelação das imagens usadas para “representar” a narrativa de *Caim*. Antes das reflexões sobre os sentidos em dada materialidade, julgo relevante trazer alguns apontamentos sobre o discurso não-verbal, que possui, conforme Silva (2009, p. 38), matéria significativa diferente do discurso verbal. Tomar o não-verbal na teoria discursiva, atravessado pela ideologia, é colocá-lo numa esfera que se distancia do mito da visibilidade e da evidência de sentido, bastante comum nos estudos tradicionais sobre a temática. A partir das considerações de Silva sobre o não-verbal, recorto a questão da(s) imagem(ns), dado que é nela(s)

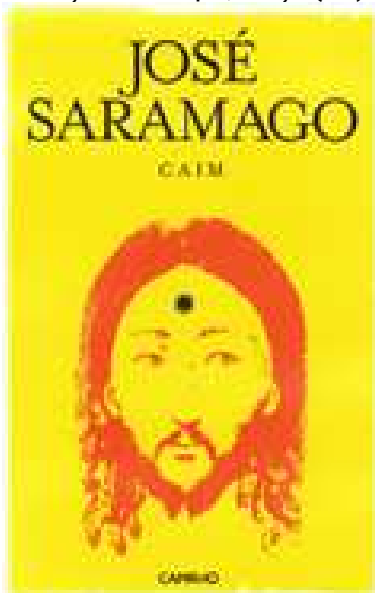
que pretendo tecer meus gestos interpretativos. Numa abordagem sobre o papel da imagem, Barbosa coloca que:

Do ponto de vista simbólico, a observação da imagem possibilita o desenvolvimento de uma atividade de produção de significação. Se, de um lado, essa eficácia simbólica favorece a liberdade de interpretação – o conteúdo legível ou dizível da imagem pode variar conforme leituras –, de outro, faz com que a imagem comporte um programa de leitura, uma vez que assinala um certo lugar a quem a observa. (BARBOSA, 2003, p. 118).

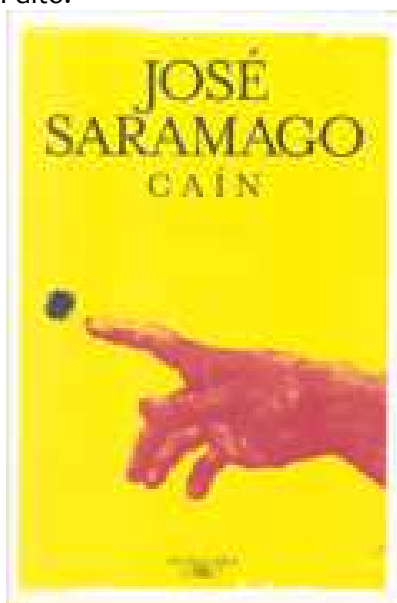
Sob a ótica da AD, a imagem é passível de leituras, de interpretações, de produções de efeitos discursivos que se dão a partir de uma memória social, por diferentes posições-sujeito. Dessa forma, entender a imagem como discurso – ou “processo discursivo”, como coloca Neckel (2005) – é “atribuir-lhe sentido do ponto de vista social e ideológico” (SILVA, 2009, p.42), que rege tanto sua constituição quanto sua circulação. Para Souza (2001), enquanto analistas de discurso, buscamos compreender que uma imagem não produz o visível, mas “torna-se visível através do trabalho de interpretação e ao efeito de sentido que se institui...”. Diferentemente do discurso verbal, que exige um ponto de partida e uma certa direcionalidade (da esquerda para a direita), a leitura da imagem é multidirecionada: depende de cada olhar. O trabalho de interpretação configura-se, então, como um recorte subjetivo – dentre tantos outros possíveis – de determinados elementos que constituem uma imagem.

Começo pela CAPA¹, edição portuguesa que traz um semblante que, via memória discursiva, deixa emergir semelhanças no que diz respeito à aparência física de Cristo: cabelos na altura dos ombros, rosto longilíneo, barba cerrada por fazer, sobrancelhas arqueadas. Contudo, o olhar desconfiado e oblíquo, bem como a mancha na testa, em cor e posição de

destaque, rompem com essa representação naturalizada e instauram sentidos outros. A particularidade simbólica do redentor – o ungido parece se misturar à representação social de Caim –, o perverso, dá a ver na CAPA1 uma figura irreverente, tal como a narrativa e o personagem saramaguiano. Com teor irônico, esse discurso não-verbal da edição portuguesa instaura questões que também comparecem no romance: Deus é apontado "como o autor intelectual do crime, ao desprezar o sacrifício que Caim Lhe havia oferecido". (O ESTADÃO, 2009). Sobre a cor amarela, que representa luz e também atenção, temos uma fisionomia imbricada: um homem-deus que traz uma inscrição no corpo, traço (do) mal-dito.



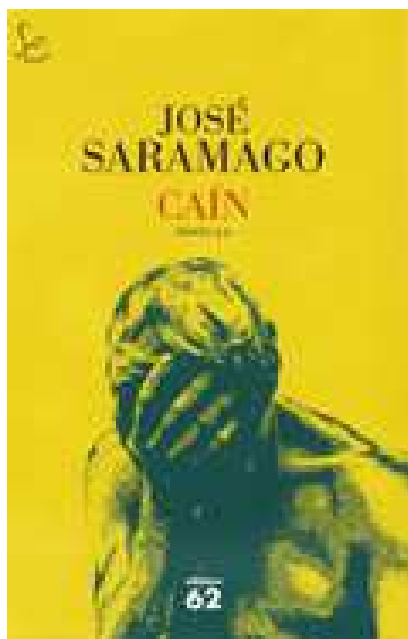
CAPA1 – Edição portuguesa
(2009)



CAPA2 – Edição espanhola
(2009)

Embora as cores da CAPA2, espanhola, se assemelhem às da edição portuguesa, há traços que inscrevem significativas diferenças: a mancha, também preta – cor associada ao mistério –, não está no corpo, mas é esse o corpo/mão que aponta para ela,

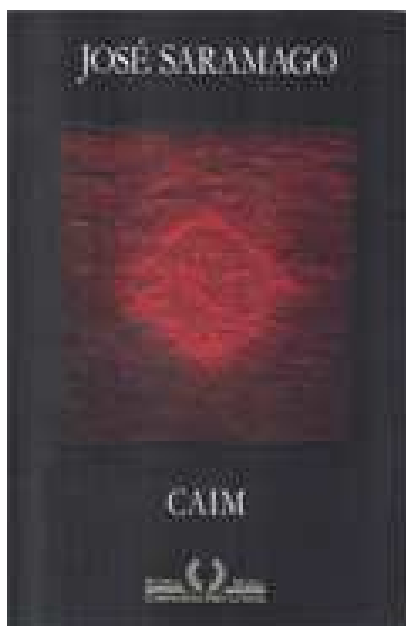
o que deixa entrever certa proximidade com a cena do “gesto da criação”, do afresco de Michelangelo. Como um gesto divino, que “transforma a ‘coisa’ em criatura” (SÁ, 2001), a posição do indicador direito (do criador) parece simbolizar o poder, estabelecendo a existência de uma possível autoridade. Quem estaria nessa posição: Deus ou Caim? Como definir quem dá/quem recebe, quem domina/quem é dominado, o criador/a criatura? O indicador discursiviza, ainda, algo que, anterior ao gesto (da criação de Deus, da criação do homem), não existia; emerge como traço de um discurso de ordem e metaforiza a humanidade (encontro de deus com o homem?).



CAPA 3 – Edição espanhola/catalã (2009)

Nessa CAPA3, edição também espanhola (catalã), a mancha preta presente nas capas anteriores já não é visível, mas legível, dado que a figura de um homem se apresenta encobrendo parte de sua face. Coincidentemente, é o indicador direito que

está sobre a frente, onde pode haver um sinal. Numa posição, talvez, de desânimo, o homem parece estar preso, em luta com sua força interna, e envergonhado de sua marca eternamente condenável. Tanto a postura quanto a forma desnuda do homem produzem, ainda, efeitos de sentido que apontam para uma analogia entre a imagem e a escultura de Auguste Rodin “O Pensador”, considerada “o símbolo mais sugestivo da figura humana, carregada de sincera preocupação, e de profunda reflexão sobre o seu destino e sobre o destino da humanidade” (ROSETE, 2012). Estaria esse homem da capa catalã, assim como “O Pensador” na visão de Rodin, meditando sobre “o horrendo da vida” (ROSETE, 2012)? Seria ele o homem(-deus) criador assim como “O Pensador” também o era para Rodin?



CAPA 4 – Edição brasileira (2009)

A CAPA4, da edição brasileira de *Caim*, apresenta uma combinação de cores que destoa das demais abordadas

anteriormente: o preto está no todo, e o vermelho comparece como mancha, indiciando sangue, violência e, talvez, culpa. Pela memória discursiva, inferimos que o vermelho representa, também, o pecado, simbolizando a violação das leis divinas e dos preceitos religiosos da tradição cristã. Esse efeito pode ser notado não somente no não-verbal da capa em discussão, como parece, ainda, permear a narrativa saramaguiana. Como definir o pecador? O culpado? Deus, o criador? Homem, a criatura? O pecado e a culpa estariam em quem, no quê? Causar esse desarranjo em sentidos que estão naturalizados há décadas e que funcionam como verdades inquestionáveis parece ser também um dos efeitos dessa capa, já que, como sabemos, o vermelho pode expressar um movimento revolucionário, uma transgressão.

Esses discursos que nomeio, desde o título, como não-verbais deixam entrever, assim como outras discursividades, que, “de um lado, é na movência, na provisoriedade, que os sujeitos e os sentidos se estabelecem, de outro, eles se estabilizam, se cristalizam, permanecem.” (ORLANDI, 2001, p.10). São, assim, os gestos interpretativos que nos permitem dizer “como serão as coisas quando estamos a olhar para elas”...

Um efeito de conclusão

“Sempre achei que as coisas, quando estavam sozinhas, eram outras coisas.” (SARAMAGO, 2009, p.52)

Pensar os efeitos de sentido que o discurso não-verbal produz quando estamos a olhá-lo, mais especificamente o funcionamento das capas de quatro diferentes edições de *Caim*, de José Saramago, foi meu objetivo neste escrito. Com base na teoria da AD – que se constitui num campo de contradições e irregularidades, como “movimento dos sentidos, errância dos sujeitos, lugares provisórios de conjunção e dispersão, de unidade e de diversidade, de indistinção, de incerteza, de trajetos, de ancoragem e de vestígios” (ORLANDI, 2001, p.10) –, destaco que

tanto o percurso quanto os gestos interpretativos poderiam ser outros, dados os rastros deixados pela memória discursiva e pela heterogeneidade constitutiva de todo sujeito. Nessa perspectiva, “se o sentido não fosse múltiplo não haveria necessidade do dizer” (ORLANDI, 2003, p.137); sozinhas ou não, as coisas podem ser outras coisas, ter outros efeitos, sempre.

Referências:

BARBOSA, P. L. N. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

FERREIRA, A. B. de H. *Aurélio Século XXI - O Dicionário da Língua Portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

LEANDRO FERREIRA, M. C.. A ciranda dos sentidos. In: GASPAR, Nádea Regina; ROMÃO, Lucília Maria Sousa (Org.). *Discurso midiático: sentidos de memória e arquivo*. São Carlos: Edufscar, 2008.

_____. Nas trilhas do discursivo: a propósito de leitura, sentido e interpretação. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes Editores, 1998. p. 201-208.

MUSSALIM, F. A análise do discurso. In: _____. *Introdução à linguística – domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 101-142.

NECKEL, N. R. M. Análise de discurso e o discurso artístico. In: SEAD – Seminário de Análise do Discurso. *Anais...*, Porto Alegre, 2005. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMP/OSIOS/NadiaReginaMaffiNeckel.pdf>>. Acesso em: 28 jul 2012.

O ESTADÃO. *Saramago redime Caim em seu novo romance*. 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/arteelazer,saramago-redime-caim-em-seu-novo-romance,425649,0.htm>>. Acesso em: 28 jul 2012.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3 ed. Campinas: Pontes Editores, 2001.

_____. Língua, comunidade e relações sociais no espaço digital. In: DIAS, C. (Org.). *E-urbano: sentidos do espaço urbano/digital*. Campinas: Labeurb, 2011.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre [et al.] *Papel da Memória*. Tradução de José Horta Nunes. 2 ed. Campinas: Pontes Editores, 2007.

PÊCHEUX, M. [1969]. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3 ed. Campinas- SP: Editora da Unicamp, 1995.

ROSETE, I. “O Pensador” de Rodin e a questão da técnica moderna em Heidegger. 2012. Disponível em: <<http://isabelrosetemundiartes.blogspot.com.br/2012/01/o-pensador-de-rodin-e-questao-da.html>>. Acesso em: 30 jul 2012.

SÁ, L. S. B. de C. O dito e o visto em três cenas da Capela Sistina: a criação do mundo, a criação do homem e a criação de Eva. In: SALZEDAS, Nelyse Aparecida Melro (Org.). *Uma leitura do ver: do visível ao legível*. São Paulo: Arte & Ciência Villipress, 2001. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books...>>. Acesso em: 28 jul 2012.

SARAMAGO, J. *O Caderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SILVA, J. R. B. da. *Informação em (dis)curso: inscrição de sentidos em Brazil, o filme*. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências da Informação e da Documentação). Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2009.

SOUZA, T. C. C. Discurso e imagem: perspectivas de análise do não verbal. *Ciberlegenda*, n. 1, 1998. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/tania1>>. Acesso em: 28 jul 2012.

Literatura ~~queer~~ butch (no Brasil)

Ana Paula El-Jaick¹²

1.

A prisão de Oscar Wilde mostrou ao mundo que “o amor que não ousa dizer seu nome” era tratado pelo Código Civil inglês como um crime, mesmo depois de ter havido lá uma reforma legislativa no século XIX. Ao mesmo tempo, poucos são os que reparam no fato de que nenhuma mulher foi presa *vítima* da mesma lei. Caso se perguntassem, saberiam que isso se deu porque tal lei se referia à *pederastia* – ou seja, à “prática sexual entre um homem e um rapaz mais jovem” (definição colhida do dicionário *Houaiss eletrônico*). E só a ela. Isso implica dizer que uma prática sexual entre uma mulher e uma moça (fosse ela mais jovem ou não) estava fora do âmbito dessa proibição. O que também implica dizer que as lésbicas, diferentemente dos gays, não eram consideradas criminosas. Contudo, tal fato não equivale a dizer que as mulheres fossem livres para amar outras mulheres. Antes, o que houve na Inglaterra foi que a rainha Vitória, ao ser indagada sobre o assunto, teria afirmado que tal amor entre mulheres simplesmente não existia (cf. FACCO, 2004, p.65).

Este artigo tem como objetivo analisar o reverso desse apagamento a que as lésbicas foram submetidas em nossa sociedade. Analisarei, assim, um discurso que deu voz a essas mulheres – literalmente/literariamente. Este artigo, então, é fruto de uma pesquisa que tem como objeto a publicação contemporânea editada no Brasil voltada ao público lésbico. Mais especificamente, meu *corpus* é composto pelos livros publicados

¹² Bolsista de Pós-Doutorado CAPES/PNPD Institucional, supervisionada pela Prof. Dra. Bethania Mariani, vinculada ao Laboratório Arquivos do Sujeito-LAS-UFF, no período 2011-2012. A partir de 2013, professora adjunta do Departamento de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: anapaulaeljaick@gmail.com

pelas Edições GLS especificamente dedicados ao público feminino. Assim, como meu foco foi a produção editorial contemporânea brasileira (ainda que não necessariamente escrita por autores/autoras brasileiros/brasileiras), elegi como objeto de estudo a fatia do catálogo do selo editorial GLS – braço do grupo Summus, de São Paulo – destinada para as lésbicas.

A Editora Summus criou seu selo GLS em 1998. Minha eleição deveu-se ao fato de que as Edições GLS correspondem à primeira iniciativa, no mercado editorial brasileiro, de abertura de um selo voltado para o público compreendido na sigla de seu próprio nome: os Gays, as Lésbicas e os Simpatizantes. Dessa forma, é a primeira vez, no Brasil, que encontramos alguém com a intenção de formar uma literatura primordialmente voltada para esse público que, até então, era carente de publicações propriamente dirigidas a ele.

Uma vez que meu objeto de pesquisa foram as publicações do selo GLS dedicados ao público *lésbico*, um primeiro exame recaiu no próprio catálogo mais recente da editora, enviado a mim pela atual chefe editorial da casa, Soraia Cury. Com ele em mãos, pude constatar que, de sua fundação (em 1998) até hoje, as Edições GLS, dentre os 56 títulos publicados – entre romances e contos ficcionais, e títulos informativos não ficcionais¹³ –, vêm contemplando o público compreendido na sigla LGBT de forma *quase* idêntica:

Público-alvo específico	Quantidade de títulos
Gays masculinos	19
Lésbicas	19
----- ¹⁴	15

¹³ Como explica Cury, as obras de não ficção são “obras que discutem a homossexualidade da ótica da educação, da sociologia, da antropologia e da psicologia” (entrevista por e-mail). Dos dezenove títulos dedicados às lésbicas, 11 obras são de ficção e 8, de não ficção.

¹⁴ Aqui não há uma especificidade de público-alvo. São publicações que tratam da sexualidade de maneira geral. Temos, neste

Pela tabela vemos o porquê da afirmação de que a distribuição de títulos entre aqueles que se identificam com a sigla LGBT se dá de forma *quase* idêntica na editora: se há um equilíbrio entre gays e lésbicas, o público *trans*, por seu turno, se vê *quase* completamente esquecido. Porém, não faz parte do escopo desta pesquisa a análise dessa questão – ainda que eu esteja ciente de que, ao fazer isso, acabo corroborando para o apagamento dos transexuais com mais uma falta de trabalho dedicado à literatura *trans*.

Feito o *mea culpa*, agora podemos nos surpreender com (ou mesmo comemorar) a equiparação numérica entre os títulos dedicados às lésbicas e aos *gays*. Afinal de contas, conforme vimos com o exemplo da rainha Vitória, o que se vê, em geral, é as lésbicas não terem voz. Historicamente, mesmo dentro da comunidade LGBT, as lésbicas são abafadas pelos homens. Sim, o binarismo Homem-Mulher persiste mesmo na diversidade das orientações sexuais – ainda mais quando o assunto é *sexualidade* feminina. É só num segundo momento que as mulheres lésbicas se juntam aos homens *gays*: quando essas identidades acabam sendo, em certo sentido, apagadas, obliteradas, em favor de uma união para fazer face ao gênero tido como padrão, o heterossexual. Essa união, de certa forma, acaba operando-se ao quadrado: trata-se de uma junção ocorrida entre os diferentes dos diferentes. Então, apesar das diferenças, lésbicas, *gays*, bissexuais e *trangêneros* são unidos e representados pela sigla LGBT, de modo que, por fim, definem-se não apenas pela sexualidade, mas pela *diversidade da diversidade*. Só aí se opera o segundo binarismo a ser enfrentado (em desvantagem) pelas lésbicas: Heterossexuais-Homossexuais.

caso, títulos como *O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade e Astrologia para gays e lésbicas*.

¹⁵ Esses títulos são: *Olhares de Claudia Wonder, Transexuais*, e o romance *transgênero Nicola*.

Enfim, este foi o primeiro resultado *positivo* desta pesquisa: o dar-se conta de que o *corpus* a ser analisado era maior do que o previsto – dezenove títulos. Dessa forma, as Edições GLS se fizeram ainda mais interessantes como fonte de investigação: a primeira editora brasileira a se dedicar explicitamente ao público *gay* era, também, democrática em termos numéricos, dividindo sua escolha de publicação indiscriminadamente entre homens e mulheres *gays*. Para analisar essa paridade, não se pode subestimar o fato de que o selo GLS foi liderado, de sua fundação até o ano de 2006, por Laura Bacellar, lésbica assumida. Contudo, penso que, mesmo que a liderança de Bacellar possa ter influenciado esses números, tal equiparação de publicações para meninos e meninas não deve deixar de ser comemorada. De um jeito ou de outro, ela subverte a norma esperada de que os rapazes sempre recebem mais atenção do que as moças. Dessa forma, ainda que muito provavelmente essa igualação numérica de títulos dedicados a *gays* e lésbicas pelas Edições GLS se deva a uma atitude pessoal e deliberada de Bacellar no posto de editora-chefe, creio que isso não deva minimizar a importância desse acontecimento. Melhor dizendo: já é digno de nota o próprio fato de ser uma lésbica, e não um *gay*, quem ocupou o maior cargo de chefia na primeira editora dedicada aos homossexuais no Brasil.

Agora é preciso notar que, apesar de ter definido meu objeto de pesquisa como a literatura lésbica publicada pelas Edições GLS, em nenhum momento defini o que entendo – ou se entende – por isso. Assim, o objetivo maior deste texto é clarificar o conceito de *literatura lésbica* norteador das Edições GLS para que publicassem livros sob tal rubrica. Para responder a esse objetivo, tocamos em outros, subsidiários deste, principal. Assim, nos deparamos com perguntas como esta: se há uma literatura lésbica, quem são seus/suas escritores/escritoras? O que nos levou a outros questionamentos, tais como: os escritores de literatura lésbica são lésbicas? Colocado de outro modo: é *preciso* ser lésbica para escrever para lésbicas? No fim das contas, tocamos

na conhecida pergunta-chave: qual é a diferença de literatura *lésbica* para *literatura tout court*?

2.

Uma hipótese de partida seria tratar a literatura *lésbica* como uma espécie da dita literatura *queer*. Essa hipótese é tão mais plausível quando se pensa que o selo GLS põe junto, mesmo em seu nome, gays e *lésbicas*, como num plano de igualdade.

Como literatura *queer*, justifico mais uma vez meu recorte de análise ter recaído nas publicações do selo da Editora Summus com uma frase retirada de seu *site*, em que as Edições GLS dizem ter

orgulho de publicar livros dirigidos a minorias sexuais incentivando a autoestima, a liberdade interna, a expressão da identidade legítima e natural de cada um.

Ao dizerem ter “*orgulho de publicar livros dirigidos a minorias sexuais*”, as Edições GLS se alinham ao movimento *gay* que, não só no Brasil, mas também em outras partes do mundo, transformou a expressão *orgulho* em um tipo de *palavra de ordem*. As Edições GLS, assim, já nascem *saindo do armário* – o selo foi criado com o propósito claro de publicar livros, ficcionais e não ficcionais, direcionados para o público *gay* brasileiro (ou, ao menos, leitor de portugueses).

Literatura *queer*, então, é aquela que busca valorizar a autoimagem dos *queer*, legitimando seu modo de ser – *queer*. Pode-se dizer, assim, que tal literatura não se guia pela premissa da “*arte pela arte*”. Antes, as Edições GLS publicariam livros com a ideia de *arte pelo gay, pela lésbica, pelo simpaticante*.

É claro que se pode encontrar na literatura brasileira (e mundial) a presença tanto de personagens gays quanto de abordagens da temática *gay* muito antes da fundação da Editora GLS. Antes da criação deste selo, personagens gays já apareciam

aqui e ali, em obras como *Bom Crioulo*, de Adolfo Caminha, ou *Lucíola*, de José de Alencar, por exemplo, além do óbvio *Eu sou uma lésbica*, de Cassandra Rios, cujo título não deixa dúvidas para o leitor sobre o que encontrará naquelas páginas.

A diferença, logo, é que não havia tido nenhuma editora até então que tivesse dito abertamente ter *orgulho* de publicar livros para gays e lésbicas. A GLS foi a primeira no Brasil a ser despudorada quanto a *assumir* seu público-alvo, abrigando, e não discriminando, as autoproclamadas *minorias* sexuais, considerando o amor *homo* tão *legítimo* e *natural* quanto o hétero. Dessa maneira, com a abertura da GLS, essa minoria da sociedade passa a encontrar livros editados especialmente para ela. Igualmente, um escritor que desejasse compor um livro fundamentalmente *gay* não teria mais sua obra recusada com a justificativa de conter ali “conteúdo obsceno”, ou algo do gênero. Enfim, a homofobia não tem mais vez na segurança acolhedora de uma editora *gay*.

Como disse, a justificativa para a escolha deste *corpus* de pesquisa também se dá a partir do momento em que o apagamento das lésbicas, que sequer existiam para a rainha Vitória, passa a ser reescrito e redefinido em outros termos, pois elas agora estão inscritas no nome próprio de uma editora.

Essa investigação se torna tão mais relevante ao se levar em conta o contexto em que as Edições GLS surgiram: uma época de luta social das *minorias* sexuais, para se equipararem em termos de direitos civis ao seu *par oposto*, os heterossexuais. Mais uma vez, a justificativa pela minha escolha pelas Edições GLS se impõe; afinal, elas se veem como integrantes dessa luta – como vimos, é o que se pode depreender da leitura de seu *site* (<<http://www.gruposummus.com.br/edgls/historia>>). Se o movimento LGBT ganhou as ruas das grandes cidades em passeatas anuais para mostrar sua existência, essa *visibilidade* também foi operada no mercado editorial com este selo.

É claro que (no mínimo) uma questão pode ser posta aí: será que a minoria LGBT já não estava, de algum modo, visível,

mas apenas *diluída* nas demais editoras? Parto então do princípio de que o próprio fato de ter havido tal *diluição* e de que, com o surgimento das Edições GLS, isso deixe de ser preciso – uma vez que essa editora se autoimpôs a tarefa de editar “obras livres de preconceito contra as minorias” (<<http://www.gruposummus.com.br/edgls/historia>>) – já deve ser comemorado.

3.

As Edições GLS, então, respondiam a um primeiro questionamento deste artigo quando deixavam escapar o que entendiam por *literatura queer* (e, conseqüentemente, *lésbica*) em seu *site*: se seu público-alvo é o público *gay*, então isso deveria ser conseguido apoiando esse público, enfim, contribuindo para que os homossexuais tivessem, eles mesmos, imagens positivas de si.

Essa finalidade era declarada explicitamente no *site* por sua editora-chefe, Laura Bacellar. Bacellar realmente acreditava nisto: que havia uma etapa necessária de se mostrar que os homossexuais são iguais aos heterossexuais.

A inauguração do selo GLS se deu com uma iniciativa no mínimo interessante: a promoção de um concurso de contos *gays*. O conto vencedor, “Triunfo dos pelos”, da escritora Aretusa Von, deu nome ao livro que reuniu este e os demais escritos selecionados pelo consagrado escritor (abertamente *gay*) João Silvério Trevisan.

Ao mesmo tempo em que Bacellar teve o louvável ímpeto de promover esse concurso, era possível observar tanto nas “regras” a serem seguidas para o envio do conto, como na seção “envio de originais” do *site* (antigo, pois agora essa prerrogativa não está mais no ar) da editora, que havia uma espécie de *cartilha* a ser seguida para que um autor visse seu texto publicado pelas Edições GLS. Pregava-se uma espécie de *discurso politicamente correto*, prescrevendo aos autores que seus personagens deveriam manter relações saudáveis com os demais personagens

(do mesmo sexo) no desenrolar das histórias. Por exemplo, meninos e meninas têm de fazer sexo seguro, de modo que, em algum momento, tem de ser explicitado que estão usando camisinha e/ou artefatos afins. Aqui é hora de enfatizar uma primeira evidência na condução de Bacellar nos primeiros anos das Edições GLS: a procura por divulgar um *discurso politicamente correto dentro do politicamente correto*. O silogismo lógico-politicamente-correto parecia ser o seguinte:

Todo gay é feliz.
Eu sou gay.
Logo, eu sou feliz.

Com essa lógica, os jovens que estivessem desamparados *tinham* de se sentir, pelo menos, felizes. Assim, segundo a *cartilha* para publicação que compunha a antiga página da editora, e em síntese, as Edições GLS só publicariam um livro caso seus personagens (homossexuais) vivessem *extremamente* felizes para sempre.

Bacellar nunca escondeu que seu interesse maior frente às Edições GLS foi construir uma imagem positiva dos *gays*. Ela dizia acreditar ser preciso mostrar que os homossexuais são “gente como a gente”. Para isso, livros como o de Fátima Mesquita, *Julieta e Julieta*, são bastante eficazes quando enfatizam, aqui e ali, que o *mundo gay* é tão somente um recorte do mundo, nada além disso:¹⁶

Achava que o gueto era um lugar só de santo, mas agora descobria que aquilo ali era apenas um recorte do mundo, com todas as faces em exposição num espaço muito menor, mais apertado. Ali dava de tudo: gente louca, gente séria, gente engraçada, gente sem escrúpulos e gente boa também... (MESQUITA, 1998, p. 100).

¹⁶

Voltarei a este livro daqui a três parágrafos.

Nesse espaço mais apertado acontece o mesmo que no espaço mais amplo – mostrar isso é o objetivo de Bacellar bem como oferecer um modelo que um jovem *gay* pudesse almejar; um paradigma que um adolescente *gay* se visse impelido a seguir. Afinal, era necessário primordialmente se lembrar daquele indivíduo que acabou de se descobrir desejoso do mesmo sexo e que, à falta de uma figura *bacana* homossexual para se espelhar, bombardeado por discursos degradantes com relação aos LGBTs, acaba sendo levado a aceitar que seu sentimento é pecaminoso, algo vergonhoso, espúrio. Daí a prescrição de Bacellar para o pretense autor das Edições GLS: crie uma boa imagem dos homossexuais, e faça isso lançando mão de uma linguagem direta e clara: “Meu propósito nas Edições GLS não foi montar uma editora de literatura de vanguarda, porém de literatura útil, prazerosa, positiva para homossexuais” (BACELLAR apud FACCO, 2004, p.167).

Sexo entre mulheres: um guia irreverente foi um dos livros publicados pela GLS sob a tutoria de Bacellar. O livro da norte-americana Susie Bright, dirigido ao público lésbico, já imprime em sua capa duas bocas femininas na insinuação de um beijo (dado, ou a ser dado).

Em 1998, além de *Sexo entre mulheres*, as Edições GLS lançaram o citado livro de Fátima Mesquita, o título de gosto duvidoso *Julieta e Julieta*. A literatura de Mesquita vem em forma de exclamações – são milhares pelo livro afora – e alguns momentos de boas passagens, como esta: “Fiquei parada ali, vigiando a inércia dos ladrilhos, contando o tique-taque da bomba-relógio em meu peito” (1998, p. 14). Entretanto, as exclamações chegam a comprometer bons momentos de narrativa fluida, como em:

Ela entra e quando passa os móveis se afastam um instante: a presença dela movimenta o sofá, a mesa de

centro, o tapete, o cinzeiro, os quadros, tudo que há!
(MESQUITA, 1998, p. 73).

É tanto *sentimento* que é possível contar seis pontos de exclamação em apenas três linhas (MESQUITA, 1998, p. 116)! Além disso, Mesquita por vezes conta suas histórias de forma um tanto apressada, rápida por demais. No conto “Jogo em diagonal”, por exemplo, o longo amor que a narradora nutria por Denise é prontamente esquecido em mais ou menos trinta segundos – o tempo do beijo que Maria Inês lhe prega. Por vezes, a reviravolta é tão rápida que deixa no leitor a impressão de estar diante de uma contradição: cinco linhas abaixo de dizer A a autora diz não-A.¹⁷

É claro que há bons momentos de Mesquita, como uma ótima escolha de título de conto aqui (“Encanto”), uma passagem emocionante em que uma mãe quer proteger a filha lésbica ali (“Baixou a voz, baixou os olhos, não me olhou no rosto e me perguntou o que estava acontecendo com a Débora, que já tinha mais de vinte anos e nada” (MESQUITA, 1998, p. 18)), ou um bom começo de conto acolá (“O começo tinha a ver com o inverno” (MESQUITA, 1998, p. 39)). Entretanto, Mesquita compromete esses bons momentos, como esta passagem do poético conto “Prima minha”: “Às vezes, tenho nojo das palavras. Porque elas têm a capacidade de reunir debaixo das mesmas asas coisas que não são afins” (1998, p. 95), com maus momentos, como o de uma viúva que, depois de chorar profundamente a morte da esposa, deixa escapar que essa perda não foi tão grande assim: “Talvez o amor não fosse tão grande assim, mas o perdi.” (1998, p. 77). Essa viúva, em mais uma prova de gosto *duvidoso*, quer “eliminar o mau hálito” da falecida (1998, p. 78). Gosto duvidoso que também contamina as cenas de sexo do livro. (Porém, aqui cabe um parêntese: se o sexo é por vezes constrangedor, talvez

¹⁷

Cf. Mesquita, 1998, p.13, 19, 45 e 64.

seja porque não fomos acostumados a vê-lo assim, de forma tão natural, entre duas mulheres (cf. MESQUITA, 1998, p. 74).)

Se a estrutura nem sempre é privilegiada nas páginas de *Julieta e Julieta*, as personagens – ou as facetas das mulheres lésbicas criadas por Mesquita – podem ser consideradas como um dos fatores mais interessantes do livro, como a já citada viúva, aquela personagem que se constrói através da perda: “Ela estava morta. Eu era uma viúva” (1998, p. 75). Outras personagens lésbicas bem reais estão no conto que dá nome e encerra o livro de Mesquita: “Julieta e Julieta”. Nele, a autora narra o estado de confusão vivenciado por duas mulheres que se apaixonam uma pela outra a despeito da vida heterossexual que levavam, a despeito de seus filhos.

Igualmente interessante é a personagem do (ótimo) conto “Um clarão no escuro” (MESQUITA, 1998, p. 97-105). Ela passa por um conflito interno quando se apaixona por uma *caminhoneira*, ainda que sempre tenha acreditado na necessidade de se mostrar *feminina* como meio de se esconder. Nesse conto, Mesquita *brinca* com o clichê da sapatona – aquela que se sente em casa quando está num bar, chamando a garçonete pelo nome para pedir mais uma cerveja. A protagonista, a princípio, morre de vergonha de Olga, por ser ela tão “ máscula ” (1998, p. 99). Mas, no fim, se entrega a esse amor: “Deus meu, é um rapaz, sem tirar nem pôr... E isso me soa estranho... Mas é a minha Olga...” (1998, p. 104). No fim, é a narradora quem (com medo, nervosa, em meio a perguntas ansiosas) interroga se Olga quer namorá-la. Essa cativante personagem também serve de pretexto para que questionemos sobre certo preconceito existente dentro do próprio *mundo gay*: contra as lésbicas masculinizadas, contra os gays afeminados. É com esse preconceito internalizado que a narradora, mesmo depois de ter pedido Olga em namoro, confessa: “Desejo e repulsa. Vontade e arrepio. Carinho, estranheza. Sei lá... [...] Penso que é melhor deixar essa implicância de lado” (1998, p. 104-105).

Outras personagens também merecem atenção: são pessoas casadas, com filhos, que se apaixonam por outras – só que, aqui, é uma mulher casada, com dois filhos, que se apaixonou por outra mulher, como no conto “Feliz aniversário” (1998, p. 107-114). Esse conto tem momentos muito felizes da autora ao narrar a infidelidade de Patrícia, personagem que trai o marido, Fábio, para ficar com uma mulher. Mesquita só não é muito feliz quando, novamente, se apressa na narrativa, quando não dá tempo ao tempo, criando cenas inverossímeis, como aquela em que Fábio volta de viagem com as crianças, mal chega em casa e já sai novamente com os filhos para o clube, sem nem subir para o seu quarto – o que o poupa de ver a mulher com quem sua esposa passara uma noite de amores em sua cama.

Além disso, como em outros contos (o anteriormente mencionado “Um clarão no escuro”), também neste “Feliz aniversário” Mesquita nos faz pensar quando ela parece confirmar uma visão um tanto preconceituosa de que a pessoa pode até ser *gay*, mas é preciso que seja *discreta*:

Meu comportamento, via de regra, é *discretíssimo*, porque trabalhar com crianças e levar sua vida sexual à revelia do restrito manual da moral e dos bons costumes não é tarefa das mais fáceis. Mas driblando o preconceito com jeitinho a gente sobrevive, e é o que eu venho fazendo (MESQUITA, 1998, p. 107, grifo nosso).

Chamo a atenção para esta passagem na medida em que Mesquita não parece pregar um revisionismo do moralismo dos *bons costumes*, mas, antes, reforçar a ideia de *driblá-lo*, como um *meio de sobrevivência*.

A despeito disso, Mesquita tem a boa mão de mostrar sua personagem lésbica como uma pessoa *normal*, com dúvidas e apreensões comuns a todo mundo: como Fábio reagiria à traição, de um modo violento ou de uma maneira racional? E mais: o que a

narradora quer, de fato, com Patrícia? Só uma curtição ou um relacionamento sério?

O que talvez não aconteça em todas as relações, mas que aconteceu entre Patrícia e a narradora, é o casamento logo no segundo, terceiro encontro – como a conhecida piada segundo a qual um gay não leva nada para um segundo encontro, pois não há tal coisa entre dois homens, mas, em compensação, a lésbica leva as malas, o gato, os livros, o caminhão de mudança.

Outro clichê do qual Mesquita não se furta em seu livro é o de que sapatão que é sapatão sai, sim, na porrada. Em um dos contos mais fracos do livro, “Um copo de vinho com Leila”, ao se descobrir traída a protagonista diz:

Quase eu saio no tapa. Sorte nossa foi ter o Euclides ou o Marinho por perto ou aquilo ia acabar mesmo em porrada. Eu estava disposta! (MESQUITA, 1998, p. 117).

Como já disse e reafirmo, se há um mérito no livro de Mesquita é o de colocar personagens concretas, com conflitos concretos. Por exemplo: uma personagem que desconfia ter sido traída se pergunta o que aconteceria se sua mulher admitisse a traição: o que ela, então traída, faria (1998, p.118)? Não obstante, mais uma vez Mesquita se perde na pressa: de uma hora para outra aquela que trai se arrepende e, de uma hora para outra, ou melhor, na hora em que esta está pedindo perdão, pedindo para que tudo seja esquecido, para que tudo volte ao que era antes, na mesma página em que a *traidora* admite a traição e tenta se redimir, neste mesmo momento ela, de forma bastante inverossímil, pergunta: “– Não tem acordo?” (1998, p.124), no sentido de que: tem certeza de que não tem como ficar com você e com a outra?

Julieta e Julieta foi uma das obras publicadas pela antiga editora-chefe das Edições GLS, Laura Bacellar, que não escondia seu ponto de vista de que a principal preocupação da editora deveria ser fornecer um modelo positivo aos gays e às lésbicas –

isso antes da qualidade literária dos livros. Podemos ver, então, uma espécie de *função social* para esses livros: amparar, de alguma forma, aquela que pode vir a ser uma vida solitária de um jovem que acaba de se descobrir *gay*. Para isso, a linguagem não precisa ser esteticamente interessante, pois o mais importante, aqui, é a clareza que faça com que esse objetivo seja logrado.

A livraria da esquina e outros contos de mulheres é outro título que segue o princípio norteador de Bacellar: as personagens deste livro de contos nos contam histórias de alcova numa linguagem clara e direta. A autora Naomi Conte, nessa crueza de clareza, chega às raias da pornografia. Coisa que, diga-se de passagem, já é transgressor num discurso dirigido às lésbicas: o texto de Conte acaba aumentando a autoestima lésbica, como é proposto por Bacellar, mas de um jeito desconcertante – na cama.

Se a já citada anedota diz que a lésbica se muda para a casa da outra no segundo encontro, no livro de Conte elas não estão tão interessadas assim em casamento. Nos dezoito contos que compõem este livro, podemos ver a lésbica em outra posição: entre as mulheres de Conte não há muito espaço para a sensibilidade previsível do estereótipo lésbico – nas tintas impressas de Conte, elas não fazem amor, elas fazem sexo. Suas personagens vão ao motel, fazem suruba, usam vibradores de cores inusitadas. Elas têm corpos musculosos. Elas fantasiam com “a mulher tesão perfeito” (2007, p.60).

Reconheço em Conte um duplo movimento digno de nota. De um lado, a autora confirma uma visão positiva das lésbicas, conforme desejo de Bacellar. Porém, isso é conseguido por uma via, digamos assim, *underground* – as lésbicas de Conte não são figuras bem-comportadas. O discurso politicamente correto advogado por Laura não se confunde, nas páginas de Conte, com *caretice*: conforme já afirmei, *A livraria da esquina...* beira a pornografia. Isso quer dizer que o final feliz exigido por Bacellar não estava necessariamente ligado a um bom-mocismo das personagens.

De outro lado, aquela necessidade por um discurso consolidador de uma identidade positiva para os *gays* faz com que se encontre uma literatura mais afeita ao *que é dito* do que à forma literária do *que é dito*. Assim, pode-se dizer que Bacellar *autoinfringiu* uma espécie de *missão* para a editora que estava sob seu comando: zelar pelos homossexuais na forma de um *discurso positivo*. Dentro da diversidade dos não heterossexuais era preciso forjar e afirmar uma identidade *gay* – a despeito da qualidade *literária da literatura*. Dessa forma, Bacellar, de uma maneira que não deixa de ser polêmica para quem está à frente de uma editora que se propõe a publicar não ficção, compõe o catálogo da GLS mais preocupada com o final feliz do que com a *literariedade* dos originais.

Esse fato se liga diretamente ao *status* da assim chamada *literatura queer* entre nós. Esse termo, cunhado para fazer referência a textos ficcionais dirigidos à *minoria* homossexual, acabou também designando um tipo de literatura considerado *menor*, mais preocupado com uma espécie de *glorificação* de minorias do que com a forma do texto.

O que acontece, então, é que Bacellar parece reforçar essa relação entre *literatura queer* e literatura de baixa qualidade. Há, aí, uma ideia de que o que importa é passar determinada moral da história; em outras palavras, mais importante é a *historinha*, que deve ser contada de forma óbvia. Assim, a *literatura queer* publicada pelas Edições GLS narra experiências *gays* bem-sucedidas, pois o objetivo era justamente este: mostrar histórias de sucesso de *gays*, lésbicas e simpatizantes.¹⁸

Encontramo-nos, portanto, numa situação um tanto embaraçosa: o discurso dos que defendem ser a *literatura gay* uma literatura menor acaba por coincidir com o discurso da própria editora-chefe das Edições GLS, pois ela confirma o que pensam os detratores da *literatura queer* – mais importante para editar um livro *gay* é sua *função social*, e não seus méritos

¹⁸ Um dos livros publicados pela editora chama-se mesmo *História de sucesso*.

literários. Dessa forma, esse tipo de postura de Bacellar leva a ratificar a ideia preconcebida existente em torno da literatura *queer* de que esta sequer deveria ser chamada assim: de *literatura*.

4.

Literatura lésbica é o tema de *As heroínas saem do armário: literatura lésbica contemporânea*. O livro da escritora carioca Lúcia Facco é fruto de sua dissertação de Mestrado, defendida na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Entendo o livro de Facco como exemplo do gênero *ensaio epistolar*, posto que se trata de uma série de trocas de cartas (fictícias) entre a autora, amigos e seu orientador sobre o assunto de sua dissertação, indicado no subtítulo de seu livro: a literatura lésbica contemporânea.

Em sua obra, independentemente de rótulos, Facco examina cinco romances contemporâneos dedicados às lésbicas. Da mesma forma como a autora a certa altura se refere à Filosofia dizendo que “É a Filosofia, que não formula perguntas, pois estas demandam respostas, mas questões, que apenas nos levam ao prazer de pensar” (2004, p.52), ela própria, ao longo de seu livro, nos faz pensar.

Isso acontece, por exemplo, quando Facco levanta a questão, via *Our right to love*, livro de Bertha Harris, de que, entre a poeta Safo e o nascimento da escritora norte-americana Nathalie Clifford Barney, há um silêncio de 24 séculos com relação às lésbicas.¹⁹ Caladas há 24 séculos, Facco nos faz pensar que, não à toa, para alguns desavisados, as lésbicas nunca existiram, o lesbianismo não existe.

Como já foi dito aqui, o silenciamento das lésbicas se dá em duas vias: por serem mulheres, e por serem mulheres que

¹⁹

Barney era abertamente lésbica. Foi ela quem inspirou Marguerite Radclyffe Hall a compor a personagem principal daquele que se tornaria o grande *clássico lésbico* da literatura ocidental, *O poço da solidão*, publicado na Inglaterra em 1928.

desejam mulheres. Elas são silenciadas, ignoradas, porque, antes de tudo, colocam em questão justamente a *sexualidade* feminina – coisa que, para alguns desavisados, nunca existiu, não existe. Com um histórico de casamentos arranjados e servidão ao lar, à mulher era reservado o espaço de uma *maternidade casta*. Não havia espaço para dar voz a seu próprio desejo, para procurar seu próprio prazer. O gozo é coisa pecaminosa, estrangeira, para quem nasceu com a função de cumprir o papel de mãe.

Nesse sentido, Facco cita o livro de Duby Perrot, *História das mulheres no Ocidente*. Ele mostra como a pseudociência ovologia, desenvolvida no século XIX, estabelece que a mulher não precisa ter prazer para que aconteça a fecundação. Assim, como uma consequência lógica, diziam os especialistas:

1. Se a mulher não precisa ter prazer para que haja fecundação, logo, a mulher nasce vocacionada para a maternidade;
2. Uma vez que o mesmo não pode ser dito sobre o homem, então este é justificadamente egoísta;
3. Consequência três: o clitóris é inútil e merece ser hostilizado.

(*apud* FACCO, 2004, p. 67).

Vale enfatizar que tal teoria era estudada e tida como ciência até não muito tempo atrás. Pensando nisso, entende-se o desconhecimento que muitas mulheres ainda têm sobre o seu próprio corpo: confundindo prazer com pecado, confundindo prazer com interdição, confundindo prazer com impossibilidade, compreende-se o fato de que ainda se encontrem mulheres que não sabem o que é o “inútil” e hostilizado clitóris.

Com um quadro desses em relação às mulheres de um modo geral, imagina-se o horizonte desolador com relação às mulheres que amavam/amam outras mulheres, que desejavam/desejam outras mulheres.

Outro livro publicado pela GLS para o público feminino, *As lésbicas*, de Stéphanie Arc,²⁰ também mostra como a ideia feita de que o lesbianismo não existe se consubstancia na noção de que “a homossexualidade feminina é melhor aceita do que a homossexualidade masculina”. Segundo Arc:

A sexualidade lésbica nunca foi reprimida simplesmente porque se considerava que ela não existia. Aliás, como a sexualidade feminina. Assim, para que condenar um prazer insignificante? (ARC, 2006, p. 99).

O prazer é insignificante porque, para alguns desavisados, faltaria um homem no meio de duas mulheres. Para esses, é inaceitável a ideia de que duas mulheres possam se bastar. Como pontua Arc, o fato de duas mulheres dispensarem a *ajuda masculina* é muitas vezes confundido com ódio aos homens, em vez do que realmente é: amor entre mulheres. Nas palavras de Arc: “Não se é homossexual porque se detesta os homens, mas porque se ama e se deseja as mulheres” (Idem, p. 79).

Voltando ao livro *As heroínas saem do armário...*, nele temos, ainda, depoimentos colhidos por Lucia Facco de escritoras publicadas pela própria GLS em que estas falam sobre as normas de publicação impostas por Bacellar à frente da editora. Facco reproduz uma série de entrevistas com personagens reais do universo tratado neste artigo, inclusive sobre a questão *discurso politicamente correto versus discurso qualitativamente interessante do ponto de vista literário*.

De um modo geral, as autoras entrevistadas, ainda que reconheçam a coragem e importância de Bacellar no posto de editora-chefe da primeira casa de edições declaradamente voltada ao público homossexual brasileiro, não concordam com o perfil um tanto *didático* pregado por ela. (Num rápido abrir e fechar de parênteses apontamos a situação um tanto paradoxal

²⁰

Tratarei mais detidamente desse livro logo à frente.

aquí, pois as escritoras que clamam pela qualidade literária dos livros são autoras que tiveram suas obras publicadas pela GLS quando da gestão de Laura Bacellar como editora-chefe, entre elas Fátima Mesquita e Vange Leonel.)

Essa série de entrevistas de Facco vem ao encontro de um dos objetivos deste artigo: identificar quem são as escritoras lésbicas – ou quem assim se fez a partir do momento em que houve espaço para se publicar textos lésbicos no Brasil. Afinal, até o ano de 1998, data em que nasce o selo GLS, elas *não existiam*. A hipótese mais óbvia é a de que elas já existiam; porém, com um mercado fechado para tal nicho, elas simplesmente guardavam seus escritos na gaveta, pois não havia meio de divulgá-los através de uma editora que os bancasse.

Todos os dezenove livros que fazem parte do corpus de análise desta pesquisa foram escritos por mulheres. Destes, apenas *um* não foi escrito por uma mulher lésbica: *Entre mulheres* é uma série de depoimentos colhidos por Edith Modesto, teórica que começou a se dedicar à questão da homossexualidade depois de lhe ter sido revelado que um de seus filhos é *gay*. Salvo essa exceção (que confirma a regra), podemos descortinar outra lógica aqui:

Se *x* (lésbica), então pode-se ser *ax* (autora lésbica)

Ou seja: se estivermos diante de uma lésbica, ela, uma vez que é lésbica, pode ser, obviamente, capaz de falar sobre as lésbicas; ela é uma *especialista* do assunto *x*. Para divulgar o livro *A primeira dança: história de amor entre mulheres*, de Barbara Grier e Chistine Cassidy, por exemplo, a Editora Summus faz circular a seguinte sinopse:

Escrita por mulheres para mulheres, 23 histórias de romance, paixão e envolvimento entre mulheres. Pela primeira vez em um livro publicado no Brasil, nenhuma

personagem se lamenta por ser lésbica, ou deixa de viver sua vida por causa disso (apud MESQUITA, 1998, p. 141).

Assim, parece que só uma mulher entenderia outra mulher; só uma escritora lésbica seria capaz de escrever para outra lésbica.

Uma dessas escritoras é bastante conhecida do público brasileiro por sua música: trata-se da cantora Vange Leonel, cujo sucesso “Noite preta” a alçou à estrela de âmbito nacional. Ao ser questionada por Facco sobre o direcionamento das Edições GLS nas mãos de Bacellar, Vange Leonel diz entender a bandeira levantada por Bacellar. Segundo a cantora, é visível que os personagens homossexuais, na literatura brasileira, são aqueles destituídos de qualquer caráter. Daí Vange Leonel reconhecer o esforço de Bacellar para rever esse moralismo sufocante que se fazia presente, de um modo geral, na literatura brasileira. A cantora/escritora entende, então, a estratégia de Bacellar no sentido de mostrar que a homossexualidade não é sinônimo de perversão. Dessa forma, Vange Leonel diz entender o posicionamento de Bacellar naquele momento e respeitar a editora-chefe pela coragem e ousadia em implementar um selo editorial desse tipo no Brasil. De fato, a coragem de Bacellar de encarar (e desbravar) um mercado nacional moralista no que tange à questão da sexualidade foi louvável. Afinal, ela deu voz a um desejo oprimido, um desejo acostumado a ser silenciado: o desejo entre mulheres. Contudo, a escritora/cantora não deixa de revelar seu descontentamento com as primeiras obras publicadas pelas Edições GLS, que mais pareciam saídas de uma fornada de pães.

Os posicionamentos polêmicos de Bacellar não se restringem aos seus mandamentos para publicação. Ainda nas entrevistas concedidas a Facco, Bacellar defende a ideia de que é necessário ser lésbica para apreciar um livro lésbico – e até mesmo para entendê-lo.

Dessa maneira, Bacellar responde de forma positiva a uma das perguntas deste artigo: para ela, os escritores de literatura lésbica são, sim, lésbicas. Segundo a ex-editora-chefe das Edições GLS, é necessário ser uma lésbica para escrever para lésbicas.

Mas o que é uma lésbica? Em 2009, já com Soraia Cury à frente das Edições GLS,²¹ sai o anteriormente mencionado livro de não ficção *As lésbicas*, da francesa Stéphanie Arc. Trata-se de um livro publicado originalmente na França como parte da coleção “Ideias feitas” [*Idées reçues*], da editora *Le Cavalier Bleu*. Arc inicia seu livro elencando as muitas designações usadas para as lésbicas (cujas traduções para o português encontraram sua versão em expressões como *sapatão, invertida, entendida, fanchona, safista*) para, então, examinar as ideias preconcebidas e disseminadas sobre elas.

Nesse exame, Arc também mostra ao leitor um trabalho de pesquisa interessante. É assim que ela nos informa a respeito de um projeto na área médica que buscava encontrar a raiz do lesbianismo num excesso de testosterona – teoria que nunca foi provada (ARC, 2006, p. 51). Sua investigação também foi parar no campo jurídico, em que ela mostra a criação, nos anos 1990, do termo *lesbofobia* para caracterizar a opressão dirigida especificamente às lésbicas (Idem, p. 98).

A obra de Arc pode ser pensada, dentre outras coisas, como uma forma de levar a ver, pelo que as lésbicas não são, o que elas podem ser. Não quero com isso dizer que o texto de Arc nos possibilita definir uma identidade redutora do que seriam as lésbicas em nossa contemporaneidade. Antes, defendo que, de forma flexível e plástica, a partir das ideias feitas sobre tais mulheres, pode-se traçar um retrato, um esboço delas. Afinal, se o substantivo feminino *lésbica* é definido no dicionário *Houaiss eletrônico* como “Mulher que tem preferência sexual por ou mantém relação afetiva e/ou sexual com pessoa do mesmo sexo”,

²¹ Essa mudança no comando da GLS de Bacellar por Cury será mais explorada logo adiante.

sabemos que esse conceito, como todos, só ganha significado no seu uso na linguagem.

Arc nos mostra como nossa sociedade (ocidental...) moldou um modelo paradigmático de lésbica: as masculinizadas. Tal ideia feita não é difícil de ser entendida: essas lésbicas são as mais facilmente reconhecíveis, porque mais *visíveis*. Segundo a visão hétero sobre essas lésbicas, elas se vestem com roupas masculinas, falam grosso, têm cabelo curto, enfim, são *mulheres com alma de homem*.

Essa e outras ideias feitas são desconstruídas ao longo do livro de Arc – como a de que a lésbica feminina, ao contrário da masculinizada, é uma *falsa lésbica*: a *lesbian chic*, de acordo com uma ideia disseminada, seria simplesmente uma mulher heterossexual que, por um motivo qualquer (passageiro), desviou-se do *bom caminho* (ARC, 2006, p.17). Ou a ideia preconcebida de que, entre duas mulheres, não há sexo – o que nem seria um problema para elas, posto que as lésbicas são *pura sensibilidade*.

As ideias feitas se multiplicam pelas páginas de Arc: as lésbicas são meninos frustrados; as lésbicas só o são porque ainda não encontraram o homem certo; a lésbica foi sexualmente agredida na infância.

A autora, formada em Filosofia pela Sorbonne, desvela com bastante propriedade a perspectiva filosófica por detrás de tal discurso: uma ideia *essencialista* tanto de linguagem quanto de mundo. Essencialista no sentido de que defende haver uma essência humana, uma natureza humana que responda, por exemplo, à ideia de uma virilidade natural por parte do homem, em contraste com uma fragilidade natural, essencial, por parte da mulher. Nesse espírito, é essencialmente definitivo que homens e mulheres sejam desejantes do sexo oposto.

Assim, é também com uma perspectiva essencialista que as ideias feitas nascem pressupondo um essencialismo lésbico, uma *lésbica essencial* – que não existe, posto que tal essencialismo é pura metafísica (ARC, 2006, p.119).

A despeito de não haver uma *lesbiandade essencial*, parece que, pelos seus depoimentos, Laura Bacellar acreditava em tal metafísica. Defendo então a tese de que Bacellar acaba por cometer uma contradição nos termos:

- 1) Vimos ser seu desejo provar que os homossexuais são iguais aos heterossexuais;
- 2) Sabemos que as lésbicas são homossexuais;
- 3) Concluímos, então, que as lésbicas são iguais aos heterossexuais.

Entretanto, em outro momento, Laura Bacellar defende o ponto de vista de que

- 1) Somente as lésbicas são capazes de apreciar e entender um livro editado pelas Edições GLS;
- 2) Se é preciso ser lésbica para apreciar e entender um livro lésbico, então as lésbicas são uma classe de gente diferente de outra classe de gente: os heterossexuais;
- 3) Logo, os homossexuais (aí incluídas as lésbicas) não são iguais aos heterossexuais.

Isso quer dizer que, ao mesmo tempo que Bacellar queria mostrar para os heterossexuais, através dos livros editados pela GLS, que eles são iguais aos *gays*, ela própria acreditava que esses mesmos livros só poderiam ser admirados e entendidos dentro do *gueto gay*. Talvez, então, ela tenha até contribuído para reforçar o traçado das fronteiras entre as diversas orientações sexuais.

5.

Acreditar no preceito de que, para se escrever literatura lésbica, é preciso ser lésbica, acaba por levar, como já coloquei no início deste artigo, à pergunta-chave: qual é a diferença entre *literatura lésbica* e *literatura tout court*? A resposta de Bacellar a essa complexa interrogação parece ser: a literatura *gay* é diferente da

literatura *outra* porque aquela só pode ser escrita, apreciada e compreendida por umas poucas pessoas, essa *minoría gay*. Também conforme já avantei anteriormente, uma consequência possível a tal postura pode vir a ser o fortalecimento de uma visão preconceituosa daquele gênero em relação ao outro (*heterossexual*). Afinal, eles seriam tão diferentes que um não conseguiria sequer compreender o outro.

O já citado livro de Lúcia Facco, *As heroínas saem do armário...*, é um dos últimos a serem editados por Laura Bacellar à frente das Edições GLS. Soraia Cury ocupa sua cadeira a partir do ano de 2006. Dois anos depois, em 2008, no aniversário de dez anos de existência das Edições GLS, acontece uma reformulação editorial neste selo. Segundo Cury, um dos objetivos era que a GLS tentasse não mais se limitar a atender apenas às letras G, L e S. Conforme me informou Cury via e-mail, com isso se objetivava que os livros da GLS fossem comprados menos porque haveria uma identificação por parte do leitor e mais pela qualidade das obras. Isso também quer dizer que o critério de publicação passou a ser literatura de boa qualidade (o que também se refletiu no melhor padrão gráfico dos livros, segundo Cury).

Para a nova editora-chefe da casa, passa a ser necessário que o autor tenha um bom trabalho em mãos para que consiga vê-lo publicado pela GLS. De acordo com Cury, para que as Edições GLS publiquem uma obra ficcional é preciso que ela seja, acima de tudo, original – além, é claro, de bem escrita. Em suas palavras:

De nada adianta mandar uma história de amor banal, que começa com homofobia interna e termina com final feliz, porque disso os leitores já estão cansados. E, claro, o autor deve dominar a língua portuguesa. Originalidade, sensibilidade, bom humor, trama bem construída, personagens interessantes... Sem isso, fica difícil publicar algo com qualidade (entrevista por e-mail).

O final extremamente feliz exigido por Bacellar para que a *historinha* fosse publicada pelo selo GLS dá lugar, com Cury, à originalidade. Se a ficção deve ser *literária*, então sua trama deve ser boa, seus personagens devem ser razoavelmente complexos; em suma, deve ser um livro de qualidade – um bom livro de *literatura*.

Ao mesmo tempo, Cury não abandonou totalmente o espírito que norteou a GLS em sua origem. O que acontece, agora, é uma concomitância de interesses: ficção de qualidade, de um lado; e não ficção que (sim) contribua para a melhora da autoestima do leitor homossexual, de outro. Além disso, continua também o ideal, presente quando do nascimento das Edições GLS, de dar visibilidade a essa *minoría* da sociedade. Cury acredita que este selo editorial ajuda mesmo na consolidação dos direitos homossexuais. Assim, o que muda com Cury é, ao fim e ao cabo, essa tentativa de incluir, no público comprador da editora, os *simpatizantes*:

A GLS nunca teve pudor de dizer a que veio: tirar da marginalidade os membros da comunidade LGBT. Porém, isso não significa que todo leitor da nossa editora deva ser lésbica, gay, bissexual ou transgênero. O "S" de *simpatizantes* é muito importante, uma vez que amigos e familiares do nosso público-alvo sempre se beneficiam com a leitura desse tipo de livro. Por meio das histórias e dos debates, eles passam a compreender melhor aqueles que amam. Cria-se uma cultura de respeito (entrevista por e-mail).

Cury, então, tenta conciliar a busca por dar visibilidade aos LGBTs com a procura de alcançar um público que não se vê em nenhuma dessas letras.

Fazer coincidir *literatura lésbica* com *literatura* num selo nacional também significa mostrar que as histórias dessas mulheres se passam em cidades cujos nomes conhecemos. Assim,

é também interessante sublinhar o cenário em que essa *literatura lésbica* se passa: são lésbicas que frequentam o Mercado Mundo Mix, ouvem Tom Waits, moram em São Paulo (MESQUITA, 1998, p. 57, 70, 84).

Da mesma forma, à falta de uma definição apriorística do que seja uma lésbica, cabe também ver como as autoras publicadas pelas Edições GLS retratam suas personagens lésbicas. No já citado livro de Fátima Mesquita, por exemplo, a *loucura* dessas mulheres se mostra numa certa obsessão, loquacidade, sexualidade extremada (cf. MESQUITA, 1998, p. 60-61).

Por fim, cabe resgatar a ideia feita investigada por Arc de que “Não se é feliz quando se é lésbica” (2006, p. 113ss). Obviamente esse lugar-comum, como qualquer lugar-comum, não se tornou um clichê por acaso: é disseminada a noção de lesbianismo como sinônimo de infelicidade, de que lésbicas são suicidas em potencial – ideias comuns em livros e filmes de não muito tempo atrás. O que Arc mostra é que as lésbicas são tão infelizes ou potencialmente suicidas quanto as não-lésbicas, do mesmo modo como literatura lésbica deve ser *literatura* – antes de mais nada.

Com Cury nas edições GLS, não só o *happy end* deixou de ser indispensável, como o livro deve ser bom – do ponto de vista literário. É claro que um livro voltado para o público lésbico deverá ter personagens lésbicas, mas elas não precisam mais ser *artificialmente* felizes. Os fins não justificam nem o meio do livro, nem seu início. *The end* não tem de ser cor-de-rosa, ainda que possa vir a ser cor-de-rosa – como a vida, que nem sempre é *en rose*, mas, às vezes, e felizmente, é cor-de-rosa, azul, verde, amarelo, laranja, vermelho: um arco-íris depois da tempestade.

Referências:

ARC, S. *Les lesbiennes*. Paris: Le Cavalier Bleu, 2006 (Idées Reçues).

- BRIGHT, S. *Sexo entre mulheres: um guia irreverente*. Tradução: Sonia Simon. São Paulo: Summus, 1998.
- CONTE, N. *A livraria da esquina: e outros contos de mulheres*. São Paulo: GLS, 2007.
- CURY, S. Entrevista concedida a Ana Paula El-Jaick por e-mail. 19 mar 2013.
- FACCO, L. *As heroínas saem do armário: literatura lésbica contemporânea*. São Paulo: GLS, 2004.
- GRUPO SUMMUS. Disponível em: <<http://www.gruposummus.com.br/edgls/historia>>. Acesso em: 20 mar 2013.
- MESQUITA, F. *Julieta e Julieta*. São Paulo: GLS, 1998.
- RADCLYFFE-HALL, M. [1928]. *O poço da solidão*. Tradução de José Geraldo Vieira. São Paulo: Abril Cultural, 1974
- RIOS, C. *Eu sou uma lésbica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2006.

Arquivos (digitais) contemporâneos: história, memória e softwares

Simone de Mello de Oliveira²²

Pesquisadora do Laboratório Corpus - PPGL/ UFSM
simone.mo@gmail.com

Neste texto apresentaremos os desenvolvimentos recentes do nosso trabalho a partir do Fundo Documental Neusa Carson, atividade integrante do projeto "Linguística no Sul: estudo das ideias e organização da memória", desenvolvido no Laboratório Corpus/PPGL da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

O momento atual dos desenvolvimentos do trabalho de organização dos fundos documentais diz respeito à digitalização e disponibilização on-line dos documentos de forma livre e acessível a todos.

Os momentos anteriores trataram do recebimento das doações, higienização de todo material recebido, arranjo e descrição arquivística. Todas as etapas do trabalho com arquivo e fundos documentais que estamos desenvolvendo contaram e contam com uma parceria com o Curso de Arquivologia da UFSM, inicialmente com a profa. Rosani Beatriz Pivetta da Silva, do Departamento de Documentação do Centro de Ciências Sociais e Humanas, e, posteriormente, com a Profa. Fernanda Pedrazzi, do mesmo Departamento, e com a arquivista Carla Saldanha da Silva, que trabalhou enquanto acadêmica como bolsista do projeto durante três anos (de 2012 a 2014).

Para o desenvolvimento da etapa atual, estamos tendo contato com o mundo dos aplicativos para digitalização, gestão,

²² Bolsista de Pós-Doutorado CAPES/PNPD Institucional 2011 - Atual, sob supervisão da Prof^a. Dr. Amanda Eloina Scherer (Laboratório Corpus / PPGL - Departamento de Letras Clássicas e Linguística / UFSM).

guarda, conservação e disponibilização. São softwares pensados e desenvolvidos para o trabalho com arquivos (digitais) seguindo as normas que possibilitarão a sobrevivência/preservação digital dos documentos/arquivos (digitais) no futuro da tecnologia. Todos seguem o quesito principal de escolha: serem softwares livres. E todos desempenham o papel de disponibilização on-line de arquivos, cada um com sua especificidade e distinta função para diferentes tipos de documentos e tipos de instituição.

A seguir, apresentaremos os softwares ICA-AtoM, Archivematica e DSpace, que preservam acervos digitais, Teses e dissertações, bibliotecas virtuais, periódicos eletrônicos, livros digitais, portais de conferências on-line, repositórios institucionais, etc. Apresentaremos, também, a Cariniana, Rede Nacional de Preservação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil, que surgiu com o objetivo de garantir acesso contínuo a longo prazo aos documentos digitais.

ICA-AtoM

O ICA-AtoM é um aplicativo de código aberto baseado em padrões para a descrição arquivística multilíngue e multiarquivos, que funciona na web através de um navegador, a partir de um servidor. Os usuários podem criar, visualizar, pesquisar, atualizar e excluir ações, tudo através do navegador.

As ferramentas de código aberto utilizadas são Apache, MySQL, PHP e symfony, e o código subjacente é o Qubit Toolkit, que foi desenvolvido pelo projeto ICA-AtoM, sob licença A-GPL version 3. Dessa forma, não há custos para a utilização do aplicativo.

ICA-AtoM é a sigla de Conselho Internacional de Arquivos - Acesso à Memória. E o aplicativo é baseado nas normas de descrição do ICA. A versão atual do aplicativo utiliza as seguintes normas:

- General International Standard Archival Description (ISAD(G)) - 2nd edition, 1999;

- International Standard Archival Authority Record (Corporate bodies, Persons, Families) (ISAAR(CPF)) - 2nd edition, 2003;
- International Standard For Describing Institutions with Archival Holdings (ISDIAH) - 1st edition, March 2008.
As versões futuras suportarão também:
- International Standard For Describing Functions (ISDF) - 1st edition, May 2007.

O aplicativo é multilíngue, pois todas as interfaces de usuário e conteúdos da base de dados podem ser traduzidos, suportando atualmente quatorze línguas: inglês, francês, alemão, português, espanhol, italiano, árabe, japonês, grego, esloveno, holandês, coreano, persa e islandês.

O aplicativo é também multiarquivos, ou seja, pode ser usado por uma única instituição ou por um número ilimitado de instituições, aceitando as distintas normas de descrições arquivísticas de cada instituição.

Nele podemos disponibilizar uma versão do documento digitalizado, leve e de baixa qualidade, somente para ilustração do documento. A versão de qualidade (matriz) ainda é objeto de reflexão sobre sua forma de disponibilização, existindo várias possibilidades, entre elas a disponibilização local, a disponibilização a distância sob demanda, etc. O acesso ao documento também é livre, ou seja, sem custo algum.

Archivematica

Archivematica é um software concebido dentro da política de softwares livres, desenvolvido a partir da colaboração entre UNESCO, Memory of the World - Subcommittee on Technology e várias instituições do Canadá.

Esse software pode ser acessado via navegador e é utilizado exclusivamente para armazenamento de arquivos ditos nativos digitais, visando à sua conservação a longo prazo,

obedecendo às normas internacionais dos órgãos de gestão da informação.

O Archivematica é utilizado pelo Departamento de Arquivo Geral (DAG) da Universidade Federal de Santa Maria para preservação dos documentos arquivísticos digitais.

O ganho que se está tendo com a utilização desses softwares específicos é o de armazenar toda documentação arquivística em formato digital de acordo com normas e padrões internacionais exigidos em relação à preservação arquivística, garantido o acesso aos documentos a longo prazo.

DSpace

O DSpace, Institutional Digital Repository System, é um projeto colaborativo da MIT Libraries junto com a Hewlett-Packard Company. O DSpace é um aplicativo de código aberto (open source), sob a licença BSD (Berkeley Software Distribution), cuja interface permite ao usuário pesquisar documentos que poderão ser visualizados diretamente ou baixados para o computador.

O sistema DSpace é utilizado principalmente para criação de repositórios institucionais que têm como função armazenar, preservar, divulgar e disponibilizar produções científicas institucionais.

De acordo com Shintaku (2010, p.21), o "DSpace foi desenvolvido com base na comunicação científica, seu projeto foi embasado na disseminação de literatura científica em formato, principalmente, de artigos que foram publicados anteriormente em periódicos". Segundo o site do IBICT²³, o DSpace permite o gerenciamento da produção científica em qualquer tipo de material digital:

²³ Disponível em: <<http://www.ibict.br/pesquisa-desenvolvimento-tecnologico-e-inovacao/Sistema-para-Construcao-de-Repositorios-Institucionais-Digitais>>. Acessado em: 15 mar 2015.

Os repositórios DSpace permitem o gerenciamento da produção científica em qualquer tipo de material digital, dando-lhe maior visibilidade e garantindo a sua acessibilidade ao longo do tempo. São exemplos de material digital: documentos (artigos, relatórios, projetos, apresentações em eventos etc.), livros, teses, programas de computador; publicações multimídia, notícias de jornais, bases de dados bibliográficas, imagens, arquivos de áudio e vídeo, coleções de bibliotecas digitais, páginas Web, entre outros.

O DSpace é um sistema com interface Web que permite o autoarquivamento de documentos e a sua marcação com metadados, função imprescindível no contexto atual.

Esse programa está sendo utilizado na criação do Repositório Institucional da UFSM, que está em fase de desenvolvimento e se chamará “Manancial”. Nele serão armazenados inicialmente os TCCs e, posteriormente, ocorrerá a exportação das Teses e Dissertações que estão atualmente no TEDE, programa distribuído pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que está sendo repensado e refeito com base no software DSpace, o TEDE2, com customizações que proporcionam um melhor funcionamento no armazenamento / na preservação e disponibilização, mas, principalmente, uma maior integração a nível nacional, conforme podemos verificar na Figura 1 abaixo:

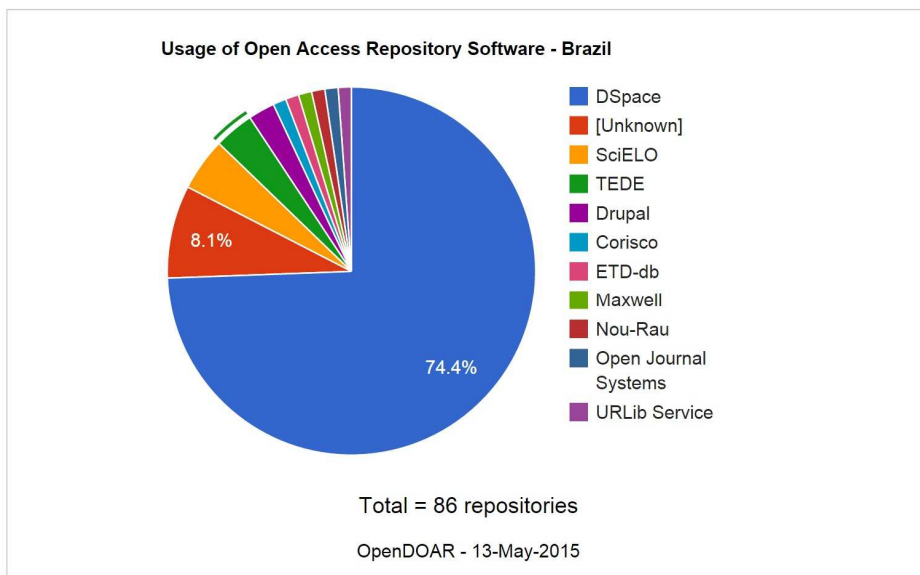


Figura 1: Repositórios livres mais utilizados no Brasil

O Dspace é utilizado por cerca de 75% dos repositórios do Brasil; no mundo ele representa 43,2%, segundo o site OpenDoar2,²⁴ que fornece esses dados e gráficos de uso.

Resumidamente, os três softwares são utilizados para:

- descrição de acervos: o ICA-AtoM;
- preservação de arquivos nativos digitais: o Archivematica;
- repositório institucional de publicações: o Dspace.

Essas iniciativas realizadas e experienciadas na UFSM refletem as iniciativas nacionais e internacionais para o tratamento de arquivos digitais. A preservação digital é o foco de

²⁴ Disponível em: <<http://www.opendoar.org/>>. Acessado em 13 maio 2015.

políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação, como podemos constatar através da criação da rede Cariniana, que veremos a seguir.

Cariniana

A Cariniana é uma Rede Nacional de Preservação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que surgiu, segundo o site da rede, “da necessidade de se criar no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia uma rede de serviços de preservação digital de documentos eletrônicos brasileiros, com o objetivo de garantir seu acesso contínuo a longo prazo”²⁵.

O Programa Institucional “Pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de Informação e da Comunicação para consolidar a Sociedade da Informação e do Conhecimento”, da Coordenação de Atendimento à Comunidade, da Coordenação Geral de Pesquisa e Manutenção de Produtos Consolidados, dentro da temática “Pesquisa e desenvolvimento de um sistema para preservação digital”, concebeu o Projeto Estruturante (PDU 2011-2015)²⁶ “Construção da Rede Nacional de Preservação Digital” com as seguintes metas:

- Desenvolver política de preservação digital da rede nacional;
- Criar a infraestrutura tecnológica necessária para a preservação das publicações científicas;
- Implantar a rede nacional de preservação digital;
- Integrar a rede nacional de preservação digital à iniciativa LOCKSS (Lots Of Copies Keep Stuff Safe / Várias Cópias Mantém as Coisas Salvas) internacional.(IBICT, 2006).

²⁵ Disponível em: <<http://cariniana.ibict.br/index.php/inicio>>. Acessado em: 11 maio 2015.

²⁶ IBICT. Plano Diretor 2011-2015. Brasília: MCT, 2006.

A Rede Cariniana abrange quatro eixos principais de publicações científicas: os periódicos eletrônicos (SEER), as teses e dissertações (TEDE2), os livros digitais (bases diversas) e a Memória Técnica, como podemos observar na Figura 2 abaixo:

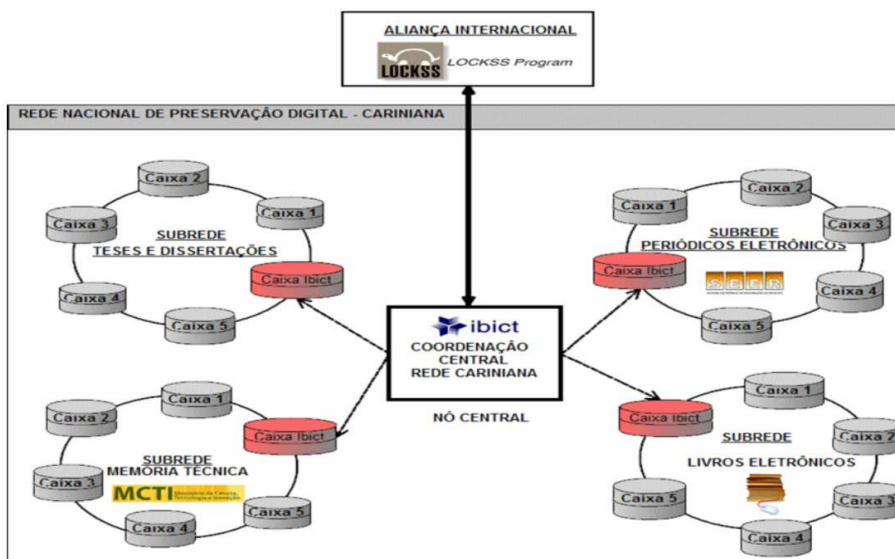


Figura 2: Rede Cariniana e Aliança Lockss

Mais amplamente, a Rede Cariniana tem como compromisso a preservação de:

- Periódicos eletrônicos;
- Livros digitais;
- Teses e dissertações;
- Portais de conferências/eventos on-line;
- Repositórios institucionais digitais;
- Acervos digitais; e
- Bibliotecas virtuais.

Através de uma solução tecnológica, o LOCKSS possibilitou a integração dos mecanismos atuais com outros sistemas já existente no IBICT (SEER, DSPACE, SOAC, BDTD, etc.). Através da Aliança LOCKSS , os documentos digitais disponíveis através das plataformas SEER, DSPACE, SOAC, BDTD, TEDE, etc. estarão automaticamente preservados digitalmente.

O exemplo do Laboratório Corpus e do Fundo Documental Neusa Carson

O Laboratório Corpus trabalha com o software ICA-Atom pelo apoio técnico do CPD, pela parceria com o Curso de Arquivologia e pelo contato com o Departamento de Arquivo Geral da UFSM e, principalmente, pela especificidade dos acervos que possuímos/custodiamos: em sua maioria, até o momento, fundos documentais. Nem todos estão disponíveis ainda, pois o caminho desde o recebimento de um fundo até sua disponibilização on-line é razoavelmente longo. Até o momento, o fundo mais avançado no trabalho de organização é o de Neusa Carson, que já passou por higienização, arranjo, descrição e está em sua fase final de digitalização. A disponibilização on-line através do software Ica-Atom, que está sendo alimentado, dar-se-á em breve, em cerimônia de inauguração do site, juntamente com o lançamento do inventário que está sendo trabalhado pela equipe do Fundo Documental Neusa Carson.

Esta fase atual é a mais delicada e a que merece mais atenção, pois é nela que escolheremos que documentos podem ser disponibilizados on-line livremente. A princípio disponibilizaríamos todos os documentos, mas em um segundo momento nos demos conta de que muitas questões entram em cena. Temos correspondências pessoais que tratam de trabalho, mas também temos correspondências que são de foro íntimo, fotografias que mostram colegas, familiares e pessoas que não conhecemos. No Fundo Documental Neusa Carson não temos

documentos secretos, nem com graus de sigilo, mas outros fundos podem ter. Como lidar com isso? Como lidar com a questão das correspondências, das fotografias? Até onde podemos ir?

Recentemente, mais um novo capítulo da história do Fundo documental Neusa Carson começou a ser escrito. Uma nova doação de considerável importância chegou ao Laboratório Corpus. Novas questões começam a ser suscitadas. Trata-se de um material que pertencia ao Departamento de Letras Clássica e Linguística e que foi doado a um aluno de Letras no idos dos anos 90 do século XX e recentemente retornou à casa, depois de algumas negociações e da boa vontade do ex-aluno, que concordou em fazer a doação de volta. Mas este é um novo capítulo que ainda não está escrito.

Arquivando

Neste texto, procuramos apresentar um breve apanhado dos programas mais utilizados no trabalho com arquivo e suas funções, sendo o ICA-AtoM para a descrição de acervos, o DSpace para, principalmente, repositório institucional de publicações, e o Archivematica, para a preservação de arquivos nativos digitais.

Dessa forma, temos um leque interessante de possibilidades de aplicativos para se utilizar no desenvolvimento e na implementação de políticas de arquivos, tema central dos trabalhos desenvolvidos no Laboratório Corpus, dentro da perspectiva da Criação do *Memória* - Centro de Documentação do CAL/UFSM.

A Cariniana, Rede Nacional de Preservação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil, aparece como um ganho; resultado de políticas de arquivo consistentes e que garantirão o futuro dos arquivos no futuro da tecnologia.

Estes programas são utilizados em nossa instituição e, por isso, foram apresentados para a comunidade mais ampla para disseminação desse conhecimento ao qual estamos tendo acesso

e utilizando no trato com arquivos (digitais) contemporâneos, como possibilidade de preservação da memória e da história, através desses softwares de preservação, armazenamento e disponibilização de documentos.

Bibliografia consultada:

IBICT. *Plano Diretor 2011-2015*. Brasília: MCT, 2006.

OLIVEIRA, S. de M. de. Relato de uma experiência: a criação do Fundo Documental Neusa Carson. *Fragmentum*. n. 37. Santa Maria, Laboratório Corpus, PPGL-UFSM, 2013.

PAVEZI, N. *ICA-AtoM: manual do usuário em língua portuguesa-BR/tradução e adaptação*. Santa Maria: UFSM; DAG; DC; GED-A, 2013.

PÊCHEUX, Michel. Ler o Arquivo Hoje. In: ORLANDI, E. (Org.). *Gestos de Leitura. Da História no Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

SCHERER, A; PETRI, V. & OLIVEIRA, S. Por uma política de arquivo na contemporaneidade a partir de fundos documentais. In: PATTI, A. R.; FARIA, D.; GIORGENON, D.; GARCIA, D. A.; SOUSA, L. M. A. *Textecendo Discursos na Contemporaneidade*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2014.

SCHERER, A.; PETRI, V.; OLIVEIRA, S.; PAIM, Z. Arquivo, memória e acontecimento em uma política de Fundos Documentais. *Gragoatá, Niterói*, v. 18, n. 34, 2013.

SHINTAKU, M.; MEIRELLES, R. *Manual do DSPACE: administração de repositórios*. Salvador: EDUFBA, 2010.

SILVA, C. S. da. Arquivo Pessoal: Fundo Documental Neusa Carson. *Fragmentum*. n. 37. Santa Maria, Laboratório Corpus, PPGL-UFSM, 2013.

Links consultados

<<http://dspace.org>>. Acesso em: 28 abr 2015.

<<http://sourceforge.net/projects/dspace/>>. Acesso em: 28 abr 2015.

<<http://www.ibict.br/pesquisa-desenvolvimento-tecnologico-e-inovacao/Sistema-para-Construcao-de-Repositorios-Institucionais-Digitais>>. Acesso em: 28 abr 2015.

<<https://dspace.mit.edu/>>. Acesso em: 28 abr 2015.

<http://projeto.rcaap.pt/formar/mod1/contents/o_sistema_dspace.html>. Acesso em: 28 abr 2015.

<<http://nzdl.org>>. Acesso em: 10 abr 2015.

<<http://www.ibict.br/pesquisa-desenvolvimento-tecnologico-e-inovacao/Sistema-para-Construcao-de-Repositorios-Institucionais-Digitais>>. Acesso em: 29 mar 2015.

<<http://www.ibict.br>> Acessado em: 13 maio 2015.

<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/769/1/Manual%20do%20Dspace%282%29.pdf>>. Acesso em: 29 mar 2015.

<<https://www.ica-atom.org/>>. Acesso em: 2 mar 2015.

<<https://www.accesstomemory.org/pt/>>. Acesso em: 2 mar 2015.

<<http://acervo.cidarq.ufg.br/index.php/about>>. Acesso em: 2 mar 2015.

<<http://cariniana.ibict.br/>> Acessado em: 13 maio 2015.

<<http://www.lockss.org/>> Acessado em: 13 maio 2015.

<<http://www.mcti.gov.br/>> Acessado em: 13 maio 2015.

Gestos de Leitura no Espaço Digital

Juciele Pereira Dias²⁷ (UFF)

Retomamos hoje a leitura de Pêcheux (2010) com o objetivo de compreender o funcionamento da rede Youtube, em estudo vinculado à questão de pesquisa sobre *como os jovens brasileiros são representados e como se posicionam frente a acontecimentos de nosso cotidiano sociocultural, muitas vezes confrontando ou rejeitando políticas públicas que, em princípio, visam atingi-los e integrá-los socialmente. E ainda acrescento: confrontando-se em relação aos acontecimentos.*

Com a questão sobre o funcionamento do Youtube, o início da pesquisa em pós-doutoramento se deu em janeiro de 2013, quando aconteceu “a tragédia na boate Kiss”, na cidade de Santa Maria. Em uma experiência do confronto com um indizível²⁸ acerca da tragédia e de um olhar afetado por evidências construídas e reproduzidas na mídia eletrônica (Youtube, Facebook), fomos imersos em um espaço dessas leituras, determinados por um imaginário de diluição tempo-espacial em meio à circulação de vídeos que repetiam, intermitentemente, o mesmo (imagens, números e nomes) e, ao/no mesmo, interditavam as possibilidades de o sentido vir a ser outro ou, ainda, a possibilidade do fazer sentido.

Essa produção de um efeito intermitente do audiovisual – aquele que se repete, mas com pausas que descansam/asseguram o olhar barrando uma resistência à invasão das imagens – remete-

²⁷ Pós-doutoranda do Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS) da Universidade Federal Fluminense, sob a supervisão de Bethania Mariani. Desenvolve pesquisa no projeto *O brasileiro hoje: língua, cultura e novas relações sociais*, financiado pelo PNPd-CAPES.

²⁸ Em 03 dezembro de 2013, participamos da mesa sobre a questão do *Indizível* juntamente com Bethania Mariani, Lauro Baldini e Ana Paula El-Jaick na Jornada *O indizível, o ininteligível e o imperceptível: o sujeito contemporâneo e seus arquivos*.

nos ao próprio da *constituição do espaço digital* (ORLANDI, 2013), do sistema da máquina construído no batimento entre o “ligado” e o “desligado” (LACAN, 2010)²⁹, que assegura a ilusão de um ritual sem falhas na língua metálica (GADET; PÊCHEUX, 2010). Diante desse ritual que amarra o homem frente à máquina, restamos um fio simbólico, uma lembrança solta de um fragmento de uma das músicas em homenagem a Santa Maria: *os gritos em silêncio ecoam pelo ar daqueles que dariam sua própria vida em seu lugar, a mãe que abria a porta pro filho entrar, o pai que buscava sua filha em qualquer lugar*³⁰.

Essa é a introdução de uma questão de pesquisa do pós-doutoramento sobre as tecnologias (de linguagem), que organizamos, metodologicamente, em dois campos de pesquisa:

1) No primeiro campo, filiado à perspectiva teórica da Análise do Discurso, analisamos o discurso audiovisual do Youtube em rede social com o Facebook, compreendendo, com base em Pêcheux (2010) e em Lacan (2010), que, no espaço digital (ORLANDI, 2013), *essa rede produz espaços de compartilhamento* que se atualizam por diferentes maneiras de se ler os acontecimentos hoje (PÊCHEUX, 2010). Gestos esse de compartilhar, muitas vezes, são acompanhados por reintitulações, comentários, recompartilhamentos, cliques em curtir, os quais impulsionam o que denominamos como a *audiência*³¹ de um vídeo do Youtube. Dentro desse campo, temos

²⁹ No dia 06 de agosto de 2014, a convite de Bethania Mariani (coordenadora do LAS), a psicanalista Mirta Fernandes, da Escola Lacaniana de Psicanálise do Rio de Janeiro (ELP-RJ), realizou uma palestra sobre a subjetividade no contemporâneo a partir de alguns aspectos discutidos por Lacan (2010), no Seminário 2.

³⁰ Música “Presente à Santa Maria”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oS76KKkxqYk>>. Acesso em: 13 fev 2013, às 17 horas.

³¹ Essa questão da audiência também é discutida na obra **Youtube e a Revolução digital**, de Jean Burgess e Joshua Green.

em desenvolvimento uma orientação de iniciação científica³², em um estudo sobre a *reticência* em comentários de um vídeo de meninas dançando funk, em uma apresentação de trabalho de escola;

2) E no segundo campo, filiado às perspectivas teóricas da Análise do Discurso e da História das Ideias Linguísticas, a partir dos estudos sobre *gramatização* e *informatização* (AUROUX, 1998), buscamos compreender como, no espaço digital das novas relações em rede, o discurso circula determinado por efeitos da tensão entre a “norma da gramatização” e a “normatividade da informatização”. Por *norma da gramatização* entendemos o saber instituído nas gramáticas nacionais e atualizado em relação a determinados domínios das ciências da linguagem, que buscam definir ou redefinir as prescrições do *bem falar e escrever* (DIAS, 2014). Já por *normatividade da informatização*, compreendemos que o saber se orienta por outra ordem da língua. Segundo Cristiane Dias (2012), o que regula o funcionamento da escrita no espaço digital é a *velocidade*. Ou seja, a velocidade da escrita em curto espaço físico e ainda uma velocidade na qual o sujeito se inscreve por incessantes atualizações sob o efeito do “em tempo real” ou do “ao vivo e a cores”.

Considerando, de um modo geral, a proposta de apresentação de nossa pesquisa, para este trabalho buscaremos apresentar resultados parciais sobre a questão do *Youtube* como um *espaço polêmico de leituras* (PÉCHEUX, 2010) na contemporaneidade. Desse modo, para a análise, centramos-nos sobre a relação *mulher* e *samba* com a finalidade de compreendermos os efeitos de sentido desse tema em um percurso de leituras do arquivo em rede.

Essa temática *mulher-samba* se volta para um estudo sobre as representações do brasileiro, principalmente quando se

³² Este projeto *Sujeito na contemporaneidade: Discurso, dança e tecnologias de linguagem* foi contemplado com uma bolsa de iniciação científica do Edital de Apoio aos Pós-doutorandos da UFF – Chamada PDI 2014.

pensa a esfera jovem da população em situação de riscos³³, em especial em um momento em que o Brasil sedia megaeventos internacionais, trazendo outros olhares da mídia internacional sobre o país. Sobre as representações dos jovens em situação de risco, o *Laboratório Arquivos do Sujeito*³⁴ vem construindo um arquivo para avaliar criticamente as formas de o sujeito brasileiro se posicionar socialmente na atualidade.

A questão da leitura no Youtube

No texto *Ler o arquivo hoje*, Pêcheux interroga a respeito da questão da leitura do arquivo em relação ao abismo que separa a *cultura literária* e a *cultura científica*, assim denominadas as duas construções de domínios do conhecimento, que têm seus limites e fronteiras imaginárias (re)definidas ao longo de toda uma história das ideias. Na cultura *literária*, de um lado, Pêcheux determina que os profissionais da leitura de arquivo são os literatos, ou seja, os historiadores, os filósofos, as pessoas das letras, que teriam como hábito praticar uma leitura própria (singular e solitária).

Pelas leituras dos literatos, conforme Pêcheux, centradas frequentemente em torno de nomes próprios fundadores e de arquivos textuais, surgiram desde as “posições implícitas” de certos grupos instituídos por “alianças parciais ou antagonismos disfarçados” até os grandes confrontos/debates memorialistas provocados pelas diferentes posições-sujeito sobre temas ou métodos de trabalho de leitura (PÊCHEUX, 2010). Em meio a esse efeito de polêmica sobre a questão da leitura, Pêcheux ressalva que a *leitura enquanto questão* permaneceu apenas implícita e as

³³ Jovens em situação de risco de prostituição, tráfico de mulheres, pedofilia, assédio sexual, preconceitos, etc.

³⁴ Citamos aqui, especialmente, as pesquisas em desenvolvimento por Bethania Mariani (UFF/LAS/CNPq/FAPERJ), Silmara Dela Silva (UFF/LAS/FAPERJ) e Vanise Medeiros (UFF/LAS/CNPq/FAPERJ).

maneiras de se ler o arquivo não teriam sido problematizadas, restando apenas discussões sobre temas e métodos.

Na cultura científica, por outro lado, há uma massificação das leituras que, de certo modo, se opõe à ideia de singularidade da cultura literária. Com a massificação da leitura, o que entra em jogo é a promoção de instrumentalização utilitária pela via das tentativas de linearização dos sentidos. Articulada a essa *cultura científica*, Pêcheux (2010) coloca a informatização como um processo para se *objetivar* o discurso textual, ou seja, o que está em questão são as tentativas de um processamento automático dos textos. Segundo Pêcheux:

Desenvolver socialmente tais *métodos de tratamento em massa* do arquivo textual, com fins estatais ou comerciais, supunha torná-los facilmente comunicáveis, transmissíveis e reproduzíveis: as virtudes de ordem e de seriedade, de limpeza e de bom caráter relaxados desde o século XIX pela democratização do ensino (no nível ‘primário’ e ‘primário superior’) encontraram aí um de seus empregos: a questão da “objetividade” dos procedimentos e dos resultados tornava-se, do mesmo modo, crucial, a ponto da referência à “ciência” (sob a forma das matemáticas, especialmente das estatísticas como “ciência dos grandes números” e da lógica matemática como teoria das línguas unívocas) se impor progressivamente como uma evidência (PÊCHEUX, 2010, p. 52).

A proximidade da *ciência dos números ou das combinações* (LACAN, 2010) com as “línguas naturais” tem conquistado cada vez mais espaços, de diferentes modos, por tentativas de tornar possível o aprendizado da leitura e da escrita por uma teoria de univocidade do sentido ou, ainda, do sentido como administrável/controlável por meio de noções como a de ambiguidade, em que se recortam os sentidos, explicitando-os de

modo que possam ser evidenciados para serem evitados, tendo em vista os métodos de tratamento em massa do arquivo textual.

Trazendo como questão essas duas culturas em relação ao arquivo, Pêcheux (1982) propõe um confronto entre ambas as culturas, sem privilegiar ou se filiar a uma ou a outra, na constituição de um espaço *polêmico* sobre a prática da leitura de/no arquivo. Provocaria, de um lado, aos literatos, sobre o seu enclausuramento, fechamento em seu mundo particular de interpretações entre os grupos. E, de outro lado, perguntaria aos cientistas se eles sabem a quem eles servem nesse utilitarismo do tratamento da linguagem. Provocaria também o questionamento se os cientistas seriam escravos do produto do próprio trabalho, da sua maquinaria.

Pêcheux (1982), sem ceder à facilidade de uma “pura denúncia humanista do computador” e tampouco se contraidentificando ao campo da informática, desenvolve proposta:

[...] tomar partido, *no nível dos conceitos e dos procedimentos*, por este trabalho do pensamento em combate com sua própria memória, que caracteriza a leitura-escritura do arquivo, sob suas diferentes modalidades ideológicas e culturais, contra tudo o que tende hoje a apagar este trabalho. Isso supõe *também* construir procedimentos algorítmicos informatizados, traduzindo, tão fielmente quanto possível, a pluralidade dos *gestos de leitura* que possam ser marcados e reconhecidos no espaço polêmico das leituras de arquivos (PÊCHEUX, 2010, p. 59).

Sem denegar a informatização para não reforçá-la, Pêcheux (2010) propõe o confronto entre essas duas culturas tendo em vista uma problematização dos conceitos e dos procedimentos sobre a leitura do arquivo, na luta contra as tentativas de apagamento da memória dos povos e desses

próprios procedimentos das duas culturas literária e científica. Se há uma via em que se toque um ponto (im)possível desse trabalho, ele lança a possibilidade de construção de procedimentos informatizados que tragam a pluralidade dos gestos de leitura, em seus diferentes domínios do conhecimento, com a especificidade de se constituírem no espaço polêmico das leituras de arquivos. E aqui, por diferentes domínios do conhecimento, seria, por exemplo, desde o confronto entre as diferentes disciplinas linguísticas até o confronto com as diferentes ciências (não apenas as do campo das humanidades)?

Desses confrontos históricos entre duas culturas, ao longo de toda uma história das ideias, trazemos a questão do arquivo à luz das tecnologias na contemporaneidade, com o advento do espaço digital (ORLANDI, 2013), da internet, e, com isso, questionamos se o Youtube – em rede social com o Facebook, o Twitter, o Whatsapp – pode ser compreendido como um espaço polêmico de leituras, marcado e reconhecido por diferentes gestos de leitura. E, ainda, se ele funcionaria como um espaço de “memória de arquivo” ou de “memória metálica” (ORLANDI, 1996).

O Youtube se constrói por um sistema de buscas que produz o efeito de dispersão de temática, determinado por entradas em vídeos que abrem referências de outros vídeos, percorrendo os fios de uma rede, em relações entre palavras que puxam outras palavras, em (re)construções morfossintáticas, repetindo-se ou se reformulando. Lançar-se no Youtube é trabalhar no batimento entre um trabalho de percursos temáticos de leitura de arquivo e, ao mesmo tempo, um trabalho de leitura no arquivo (NUNES, 2008), pois podemos percorrer por caminhos fechando-nos no tema de um canal específico ou através de outros canais, vindo ainda a promover um efeito de ruptura com a temática. Seria um efeito de ruptura, pois esses percursos são administrados pela “memória metálica” (ORLANDI, 1996) que registra as “informações”, acumulando “dados” que podem vir a produzir repetições seriadas ou cíclicas, marcadas pelo retorno

dos mesmos vídeos *já-visualizados*. Essas repetições podem se dar na mesma busca ou em buscas futuras, mesmo quando construídas por outros significantes.

Neste trabalho com o Youtube, podemos tomar como recortes tanto a materialidade do discurso audiovisual quanto a do discurso escrito, por exemplo, do comentário. Este último, o comentário, é um acontecimento discursivo das tecnologias em funcionamento no espaço digital, redes sociais tais como Facebook, Youtube, etc. A noção de comentário enquanto acontecimento discursivo é proposta por Oliveira (2005) a partir de um estudo sobre a passagem da discursividade do diário íntimo (espaço privado) para a discursividade do *blog* (espaço público), em que o comentário se presentifica como o *diferente*, no *blog*, instaurando uma ruptura na regularidade da relação íntimo-privado do diário, que passa a ser “público” na internet.

Sobre a questão do comentário nas redes sociais, Laura Erber (2014) traz a seguinte reflexão:

Tomo como exemplo o Facebook, esse espaço de murmúrios e lamentos, sem entradas ou saídas, jardim de nossos narcisos em flor, pulsões escópicas cotidianas e compulsivos compartilhamentos de links em geral mais eficazes para a sobrevida da informação do que para seu metabolismo. Lugar também do desacordo, do desagravo, da gritaria, da citação e dos gatos. O que poderia ser – e às vezes é – um dispositivo de enlace crítico ou poético entre texto e imagem acaba reduzido ao cacoete da redundância ilustrativa ou da legendagem infinita, preferencialmente sob a forma lapidar do comentário breve. O *layout* dos murais verticais incentiva, ou pelo menos não impede, o tensionamento de imagens e textos.

Nesse ambiente, porém, toda imagem já funciona de antemão como comentário – e aí não importa muito se o tema é a última novidade futebolística, a catástrofe

urbana do dia, o menu do almoço de domingo ou a menina tomando banho de esgoto na sua cidade (ERBER, 2014, p. 1).

O comentário nas redes sociais pode ter diferentes funcionamentos. Seja o comentário como uma manchete, seja o comentário de algo postado, seja ainda, conforme Erber (2014), uma imagem que funciona como comentário. No *Youtube*, um “vídeo”, ao ser “postado”, é intitulado e carrega nele recursos tecnológicos de linguagens que possibilitam seu “compartilhamento” em redes sociais. Um vídeo do *Youtube*, por exemplo, ao ser postado no *Facebook*, pode também vir a ser comentado na segunda rede social; todavia, os registros desses comentários permanecem apenas nesta última. O diferencial do “compartilhamento” é o que podemos chamar de *audiência*, ou seja, o número de “visualizações” do vídeo é registrado pelo *Youtube*, podendo colocar os vídeos mais vistos em evidência no sistema de buscas por “palavras-chave”.

Estamos compreendendo o funcionamento do *Youtube* em rede social com o *Facebook*, o *Twitter*, o *Whatsapp* como um espaço de arquivamento que se atualiza por uma tensão entre a “memória de arquivo” e a “memória metálica” (ORLANDI, 1996), de modo que sentidos são datados e classificados nesse espaço no qual o que se acumula são os dígitos, os registros do digital, e não um arquivo “físico”. A ideia de arquivamento remete a um tempo não permanente, ao tempo de permanência da máquina ligada, ao tempo dos dígitos.

Pensando o *Youtube* como um possível espaço polêmico construído por diferentes gestos de leituras, questionamos, desde já, os sentidos da denominação *polêmico*. Essa palavra, etimologicamente vinda do grego, carrega o sentido de *pertencente à arte da guerra*. Ou, dito de outro modo, um espaço polêmico é constituído por gestos inscritos de diferentes maneiras, em que as palavras e os seus efeitos de sentido podem funcionar como armas, bandeiras brancas ou flores em uma

disputa entre leituras. Na polêmica, o que há é a contradição, o “real da história” (GADET; PÊCHEUX, 2010) circunscrito pelas leituras.

A noção de gesto é aqui compreendida, conforme Pêcheux (1969), como um ato no nível simbólico, atos esses exemplificados por aplausos, riso, tumulto, assobios, que intervêm em um discurso parlamentar institucional. Para o autor, tais intervenções (tradicionalmente classificadas como diretas ou indiretas, verbais ou não verbais) constituem-se enquanto gestos. Dessa maneira, para nós, gestos ainda seriam como uma intervenção simbólica que promove um deslocamento em uma estrutura administrada pelo processo de produção de um discurso (im)posto em relações de poder e de sentidos (políticos).

Há de se salientar que a problemática de nossa pesquisa se centra no modo como o funcionamento do *Youtube*, enquanto um espaço de arquivamento e de audiência, pode vir a constituir-se enquanto um espaço polêmico de leituras pela tensão entre as diferentes leituras dos comentários ou (re)intitulações dos vídeos “postados” em outras redes sociais. Nesse caso, pela tensão entre as diferentes leituras, por vezes fragmentadas em sistemas seriados das postagens, temos, ancorados em Orlandi (1996), uma questão constituída na relação entre arquivamento (memória metálica/memória de arquivo)/leitura do arquivo (memória institucionalizada/memória discursiva).

Nesse sentido, de modo mais amplo, a partir do *Youtube*, trabalhamos sobre o funcionamento dessa *cultura digital* (numérica, mercadológica) em relação à questão da leitura na sociedade em rede, na contemporaneidade. A temática proposta para o estudo está inserida na investigação, pela Análise de Discurso, de como os jovens brasileiros se representam socialmente; como se posicionam frente a acontecimentos de nosso cotidiano sociocultural, muitas vezes confrontando ou rejeitando políticas públicas que, em princípio, visam atingi-los e integrá-los socialmente.

Ensaio descritivo

No projeto PNPd-CAPES, uma questão de pesquisa se coloca: nas novas relações sociais, na sociedade que cada vez mais se organiza em rede (LEGENDRE, 2001), como os brasileiros jovens são representados ou representam sua posição social, tendo em vista o cotidiano sociocultural? E na especificidade deste trabalho, trazendo o recorte da relação *mulher brasileira* e a *dança* “publicizada” por vídeos do Youtube, questionamos sobre as construções imaginárias do olhar do estrangeiro, do olhar da mulher brasileira que dança e das construções midiáticas sobre essa relação na constituição da posição sujeito dançarina brasileira. Quais os efeitos de sentido da relação mulher/corpo/dança nessas construções imaginárias?

Frente a essa questão sobre o sujeito brasileiro, compreendemos que a relação entre *corpo* e *sujeito* é colocada para nós como transparente, mas ela não é. Conforme aponta Leonel (2010), ao propor a noção de *corpodiscurso*, o que nós temos é a discursivização do corpo empírico, de carne. Esta evidência da relação *corpo* e *sujeito*, quando associada com nossa questão sobre a mulher e a dança, faz com que questionemos: como se constrói o imaginário da *carnavalização* da relação mulher/corpo/dança na constituição da posição sujeito bailarina brasileira?

Assim como se coloca como evidente que a *bailarina dança*, Badiou (2002) afirma que a *bailarina não dança*, pois, na posição sujeito bailarina, esta dispõe de seu corpo como se fosse inventado. De acordo com Orlandi (2012), na posição sujeito bailarina, o corpo está em iminência, em silêncio, no horizonte de um sentido a vir, o que não impede que haja espectadores para atribuir sentidos à relação em cena (mulher/corpo/dança). Com isso, perguntaríamos se é na tensão dos olhares espectadores – ou seja, na tensão entre as imagens construídas pelas leituras dos comentaristas de vídeos de dança, as imagens editadas de vídeos

publicizados no *Youtube*/mídia, as imagens que a própria mulher dançarina faz de si – que se constrói um imaginário da carnavalização no espaço digital. Cabe salientar que a ideia de imagem aqui não diz respeito diretamente a uma linguagem não verbal, mas sim ao funcionamento do “político na imagem” (LUNKES, 2014), à tensão da divisão de sentidos atribuídos em relação a algo, a um objeto simbólico. De acordo com Orlandi (1996), aos homens enquanto seres simbólicos não nos basta falar para significar e nos significarmos; nós podemos também pintar, escrever, cantar, dançar, como processos outros de significação.

No trabalho de leitura sobre o funcionamento do *Youtube*, tomamos, como objeto de análise, recortes construídos a partir de uma relação entre as palavras *mulher* e *samba*. Esta relação está determinada por atravessamentos de três trajetos sobre tal tema, a saber: o primeiro, que corresponde ao *olhar da mulher sobre a relação samba-mulher*; o segundo, que trata de uma *leitura sobre o modo como a mídia “publiciza” a relação samba-mulher*; e o terceiro, que se volta para o modo como se atualizam os *gestos de leitura do estrangeiro na e sobre a relação samba-mulher*. Os três percursos, apesar de delimitados em relação ao tema, estão articulados por atravessamentos de sentidos na descrição dos recortes, podendo um dos percursos constituir-se como dominante na tensão analítica da descrição/interpretação a seguir.

Para a construção de um mapeamento de vídeos do *Youtube* sobre a articulação das palavras *mulher* e *samba*, nosso primeiro passo foi lançar essas duas palavras no espaço de “buscas” do site de armazenamento:

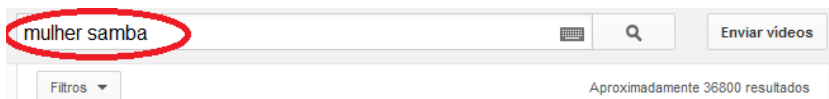


Figura 1: temática *mulher* e *samba*

E, na sequência, recortamos as primeiras denominações dessa relação. Eis os recortes e a imagem no/do Youtube:

CARNAVAL MULHER da SAMBA.mpg

• 2 anos atrás • 99594 views

Musica - A Voz do Morro autor - Zé Ket Violino - Léo Ortiz Imagens gravadas nos Ensaios Técnicos no Sambódromo Escolas de ...

HD

Ju Moraes - Mulher No Samba - Samba D'Ju

• 3 meses atrás • 4148 views

"Quem disse que **mulher** não sabe fazer um bom **samba** Quem é que vai questionar minha fama de bamba Se eu sambo ou te faço que ...

Samba de Mulher - Lea Freire

• 4 anos atrás • 2730 views

Maritaca Quintet - CD Waterbikes - Dinamarca 06.2006 Studio: Thomas Clausen (piano), Léa Freire (flute), Teco Cardoso (sax and ...

Figura 2: Recortes *mulher e samba*

Recortes:

- 1) CARNAVAL MULHER da SAMBA.mpg
- 2) Ju Moraes – Mulher No Samba – Samba D’Ju
- 3) Samba de mulher – Lea Freire

O primeiro recorte, “carnaval mulher da samba”, traz uma sequência de pequenos vídeos de mulheres (passistas, atrizes, apresentadoras de TV, modelos) dançando na passarela do samba, durante os ensaios para os desfiles de carnaval. Neste vídeo, temos uma rede de sentidos atualizando os modos como a mídia coloca em circulação essa questão da mulher e o carnaval, da mulher como aquela que samba. Por meio dessa denominação,

é construída a imagem de uma *mulher* “sem voz”, de modo que os sentidos da relação mulher-samba se atualizam pela imagem do *corpo*, o corpo em movimento, o corpo que dança, o corpo significa. Um corpo que significa não em silêncio, pela falta, mas um corpo que significa pelo excesso de sentidos envoltos na musicalidade e no excesso de imagens construídas por diferentes olhares. Imagens que muitas vezes sufocam o antagonismo do asfalto da passarela do samba, essa linha imaginária que divide o espaço da cidade (BECK, 2013).

Já pela denominação “mulher no samba” temos um vídeo sobre a temática da mulher fazendo samba, dançando com as palavras, encadeando significantes. No vídeo “mulher no samba” temos:

Quem disse que mulher não sabe fazer um bom samba
Quem é que vai questionar minha fama de bamba
Se eu sambo ou te faço que sambe comigo
É que o prazer do meu samba eu te mostro, eu te digo
(Samba D’Ju)

Os sentidos de *mulher* e *samba* se fazem presentes colocando em cena, por exemplo, a questão do *som*, do som da voz da mulher que canta, a mulher em que o corpo também (en)canta e/ou em que o corpo mostra e diz de outra imagem da “mulher no samba”. E no terceiro recorte, “Samba de mulher – Lea Freire”, temos um som instrumental composto por cinco instrumentos, todos tocados em estúdio na Dinamarca, por homens, exceto um, a flauta, que é tocado por uma mulher, que dá nome ao título do vídeo combinado com o samba.

Considerando o trajeto temático de leituras de *mulher* e *samba*, que nos conduz por diferentes imagens da mulher (corpo dançando samba, corpo cantando samba, corpo tocando samba), centramo-nos no primeiro recorte, carregado por evidências de um discurso *publicizado* pela mídia e no qual há uma tensa relação com o discurso sobre a relação mulher-samba atravessada

também por gestos de leitura ao olhar estrangeiro. Olhar esse estranho às diferentes imagens da relação mulher-samba e invadido pelo excesso de sentidos da mídia em uma carnavalização dessa relação, evidenciada, por exemplo, pela grande audiência do vídeo (número de exibições).

A seguir, temos outro recorte da denominação “mulher da samba”, construído a partir da “exibição” do primeiro vídeo:



CARNAVAL MULHER da SAMBA.mpg

Figura 3: percurso temático *publicização midiática* da relação mulher-samba

Direcionados para o recorte capturado a partir do recorte do vídeo, na relação mulher-samba, temos um “arranjo simbólico” (MEDEIROS, 2010) com a figura do Cristo, monumento histórico e turístico, e uma mulher de braços abertos na passarela do samba, ambos na cidade do Rio de Janeiro. O atravessamento de leituras, no *Youtube*, pode produzir uma ruptura nas evidências de sentidos ou pode contribuir para uma cristalização de sentidos em evidência.

Considerando as imagens sobre a relação mulher-samba nos percursos temáticos de leitura no *Youtube*, trazemos nesse vídeo a questão do discurso audiovisual, em que, ao *som instrumental* da música a “Voz do morro”, de Zé Ketí³⁵, podemos ter outros efeitos de sentido determinados por imagens outras em relação ao que se presentifica das imagens do Cristo e da mulher no samba. Há de se salientar, nesse espaço de leituras do *Youtube*, a tensão entre os ditos moradores do morro e os ditos moradores do asfalto³⁶ nas “Imagens gravadas nos ensaios Técnicos no Sambódromo”, em que a passarela asfáltica do Sambódromo pode ser o objeto simbólico dos encontros entre esses moradores, atravessados por uma construção midiática de evidências de sentido, em circulação, sobre a mulher brasileira³⁷.

Considerações finais

O *Youtube* em rede social pode funcionar tanto como um espaço de arquivamento quanto pode vir a constituir um espaço

³⁵ A Voz do Morro (Zé Ketí) - Letra: Eu sou o samba/ A voz do morro sou eu mesmo sim senhor/ Quero mostrar ao mundo que tenho valor/ Eu sou o rei do terreiro/ Eu sou o samba/ Sou natural daqui do Rio de Janeiro/ Sou eu quem levo a alegria/ Para milhões de corações brasileiros/ Salve o samba, queremos samba/ Quem está pedindo é a voz do povo de um país/ Salve o samba, queremos samba/ Essa melodia de um Brasil feliz. Disponível em: <<http://letras.mus.br/ze-keti/197271/>>. Acessado em: 25 jul 2013.

³⁶ Por essa denominação “moradores do asfalto” faço referência à cisão imaginária do espaço urbano carioca entre morro e asfalto, conforme os trabalhos de Maurício Beck na sua pesquisa de pós-doutoramento sobre as ideologias antagônicas da/na cidade do Rio de Janeiro na constituição e nas formas de visibilização do sujeito segregado.

³⁷ Uma reflexão inicial sobre esse recorte de análise mulher-samba foi desenvolvida por nós ainda no primeiro semestre de 2013 e publicada nos *Anais do Seminário Interno do Laboratório Arquivos do Sujeito*.

de leituras. No espaço de arquivamento, temos um lugar de armazenamento de vídeos, algo para ser guardado, simulando uma “memória de arquivo”, porém, também suportado por uma “memória metálica”, a memória da máquina, que determina o que vem à tona nas ferramentas de buscas.

O arquivamento – enquanto espaço permeado por evidências de sentidos que não se deixam cristalizar mas se deixam digitalmente repetir – pode irromper em leituras de arquivo pela tensão entre as expectativas “evidentes” de leitura nas buscas e as leituras que emergem dessas e foram esquecidas pelo sujeito leitor acerca do mesmo em repetição. Com isso, temos que a leitura de arquivo se dá na relação com a memória discursiva, com suas lacunas e possibilidades de aberturas para o sentido vir a ser outro.

Por fim, salientamos que este trabalho faz parte de uma discussão inicial sobre a questão dos gestos de leitura no espaço digital, em que consideramos imprescindíveis a relação entre leitura, arquivo e tecnologias (de linguagem). Os parênteses simbolizam o abismo entre as duas culturas literária e científica, pois a evidência de tecnologia sempre nos traz a adição de ciência, e pensar nesse par *ciência-tecnologia* é (des)carregar sentidos de exclusão do campo das humanidades. Aos pesquisadores das humanidades é preciso ter (ciência e) ciência de que não há tecnologia sem linguagem, pois a linguagem é fundamental para a produção de tecnologia na contemporaneidade em todas as suas etapas, da constituição até a circulação enquanto produto.

Referências:

- AUROUX, S. *A filosofia da linguagem*. Campinas: Unicamp, 1998.
- BADIOU, A. *Pequeno manual de inestética*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- BECK, M. O discurso do cinema-documentário carioca: a prática fotográfica e os modos de significar o espaço urbano. *Anais do II*

- Seminário Interno de Pesquisas do Laboratório Arquivos do Sujeito*. Niterói: LAS, 2013.
- DIAS, C. P. *Sujeito, sociedade e tecnologia: a discursividade da rede (de sentidos)*. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
- DIAS, J. P. A definição do nome gramática na história do conhecimento linguístico brasileiro. In: BAALBAKI, A.; CALDAS, B. (Org.). *Instrumentos linguísticos: usos e atualizações*. 1 ed. Araruama: Cartolina Editora, 2014.
- ERBER, L. *Precisamos falar sobre imagens*. In: BLOGDOIMS – Instituto Moreira Sales. Disponível em: <<http://www.blogdoims.com.br/ims/precisamos-falar-sobre-as-imagens>>. Acesso em: 15 dez 2014.
- GADET, F; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Tradução de Bethania Mariani e Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.
- HENRY, P. [1984]. A história não existe? In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral [et al.]. Campinas: UNICAMP, 1998.
- LACAN, J. [1954-55]. Cibernética e a natureza da linguagem. In: LACAN, J. *O seminário*, livro 2, O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- LEGENDRE, P. *De la société comme un texte*. Paris: Fayard, 2001.
- LEONEL, L. O corpo encarnado. *Entremeios*, n. 1. Pouso Alegre, MG: Editora da Univás, 2010.
- LUNKES, F. *O discurso sobre depressão na revista Veja (1968-2010) em materialidades verbais e não-verbais: o triunfo dos efeitos de sentidos de medicalização*. 2014. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. 2014.
- MEDEIROS, C. S. de. *Sociedade da Imagem: A (re)produção de sentidos da mídia do espetáculo*. 2010. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2010.
- NUNES, J. H. O discurso documental na História das Ideias Linguísticas e o caso dos dicionários. *Alfa*, São Paulo, n. 52, p. 81-100, 2008.

OLIVEIRA, S. M. *Diário Íntimo e/ou blog: o mesmo e o diferente na cultura do ciberespaço*. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2005.

ORLANDI, E. P. *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996. _____. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. In: DIAS, Cristiane. (Org.). *Formas de mobilidade no espaço E-urbano: sentido e materialidade digital*. Campinas: Labeurb/Nudecri, 2013. _____. *Discurso em Análise – Sujeito, Sentido, Ideologia*. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. [1969]. Análise automática do discurso. In: GADET, F. (Org.) *Por uma análise automática do discurso*. Tradução de Bethania Mariani [et al.]. 3 ed. Campinas: Unicamp, 1997. _____. Ler o Arquivo Hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral [et al.]. Campinas: UNICAMP, 2010.

Revista acadêmica: uma reflexão acerca da circulação do conhecimento linguístico

Zélia Maria Viana Paim
PNPD/CAPES/UFSM
Laboratório Corpus

O estudo que se apresenta considera a produção do conhecimento linguístico e circulação desse conhecimento no espaço institucional por meio de revistas acadêmicas. Para tanto, inscreve-se no domínio da História das Ideias Linguísticas, cujos nomes basilares são Sylvain Auroux e Eni Orlandi. Considera-se a revista acadêmica em análise, *Letras*, da Universidade Federal do Paraná, como o espaço para circulação do conhecimento linguístico, constituída segundo determinada especificidade, inserida em determinada ordem discursiva e ancorada em um suporte institucional. Essa ordem, reforçada pelo que/como se faz em pesquisa e entre teoria e prática, estabelece lugar para as ideias linguísticas.

Sustenta essa reflexão tomar a universidade como lugar de legitimação da pesquisa científica, função esta diretamente ligada às capacidades de produzir conhecimentos e formar pesquisadores. Segundo Guimarães, “As universidades têm como objetivos indissociáveis a docência e a pesquisa. Ou seja, os professores universitários precisam fazer pesquisa, portanto, precisam ser necessariamente qualificados para fazer pesquisa”(2003, p. 195-196). Entende-se que os modos de circulação do conhecimento estão relacionados às condições de produção e divulgação do que se faz em ciências, de acordo com o que a comunidade científica considera relevante. Para Auroux (2008, p. 129-130), essas comunidades são “normativas” e “têm uma função social geral de validação e legitimação” do conhecimento científico, ao mesmo tempo que este as legitimam como lugar da cientificidade.

Entende-se em relação ao que foi dito que, se a ciência precisa de legitimação institucional, a circulação do conhecimento, como etapa final desse processo, também faz parte das atribuições inerentes à instituição. Assim, as revistas acadêmicas constituem-se como espaço para o desempenho dessa função. Publicadas a intervalos regulares e numeradas progressivamente, sob responsabilidade de um coordenador e de uma equipe editorial, possuem três funções distintas: 1) ser arquivo da ciência; 2) ser veículos de divulgação e circulação do conhecimento; 3) ser meio de conferir prestígio e reconhecimento aos autores. Em relação aos produtores e ao público leitor das revistas acadêmicas, acrescenta-se, com base em Scherer, que

por meio dela[s], pesquisadores, grupos de pesquisa, estudantes em pós-graduação e professores universitários mantém [sic] uma ligação entre o que/como se faz em pesquisa e entre teoria e prática. Toda revista é coletiva por natureza, mesmo que pertença a uma só instituição universitária. É o caso da maioria das revistas acadêmicas no Brasil. Estas, quase sempre, são organizadas por intelectuais conhecidos em suas áreas, e estes procuram desenvolver seus produtos para uma massa de leitores-consumidores, sempre visando firmar as necessidades do campo simbólico de seus instrumentos culturais e acadêmicos (SCHERER, 2003, p. 73).

Assim, a revista acadêmica é um importante meio de circulação do conhecimento no universo acadêmico-científico. Ela constitui-se como uma “bússola para a identificação dos rumos preferenciais seguidos por uma comunidade científica” (ALTMANN, 1998, p. 45). Caracteriza-se, então, por ser instrumento responsável pela relação entre os membros de comunidades científicas e pela formalização do conhecimento. São instrumentos de documentação do conhecimento científico,

viabilizando a leitura e citação dos artigos por outros pesquisadores em qualquer época e independentemente do formato em que está sendo publicada.

A revista acadêmica possibilita a relação entre pesquisadores e comunidades científicas distintas, favorecendo dessa forma, o desenvolvimento, a atualização e o avanço do conhecimento científico. Estes fatos possibilitam a formalização do conhecimento através da publicação de contribuições originais e significativas para a área de interesse da revista e sua circulação e disponibilização para leitura e interpretação. É importante observar que a revista acadêmica se insere em condições de produção tais que a constitui em sua singularidade em relação aos estudos linguísticos que se produzem e às demais revistas acadêmicas.

A publicação de revistas acadêmicas nas universidades brasileiras, no entanto, é considerada recente (NARO, 1976); uma consequência do surgimento tardio das instituições de ensino superior no Brasil. Em relação a esse processo, Fiorin (2006) afirma que complexas razões explicam a criação tardia da universidade brasileira, enraizadas na luta pela autonomia de uma sociedade colonizada. É assim que, na primeira década do século XX, uma sucessão de Decretos e Pareceres emerge, procurando organizar, padronizar e institucionalizar a criação de Universidades sob o monopólio da União. Para o interesse deste estudo, importa salientar que o Decreto nº 8.659, de 1911, retira da União esse monopólio. É, então, sob o respaldo da lei que se funda a Universidade do Paraná, em 19 de dezembro de 1912, constituindo-se na primeira tentativa concreta de criação de uma universidade fora da esfera federal. Assim funciona até 1950, quando é federalizada, passando a *Universidade Federal do Paraná* porque pode contar com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) em sua constituição.

Três anos depois, a *Revista Letras* é publicada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná. Cabe salientar que a *Revista Letras* surge, em 1953, por

iniciativa do Centro de Estudos Linguísticos³⁸, criado pelos professores do Curso de Letras em outubro desse mesmo ano, entre eles Mansur Guérios, da cadeira de Filologia Portuguesa, e Aryon Rodrigues, da cadeira de Glotologia Americana.

A *Revista Letras* publica, até 2012, ano em se inicia a presente pesquisa, 81 números. A intenção inicial do Centro era publicar um número anual. Observa-se que, nestes anos de publicação, a irregularidade deve-se à edição que varia de 1 ou 2 volumes por ano ou a uma mesma edição que corresponde a dois volumes, excetuando-se os anos sem edição: 1962, 1963, 1967, 1973, 1992, 1994. Mesmo irregular, esta é uma das mais antigas e importantes revistas acadêmicas da área de Letras no Brasil, observando sempre a característica fundadora de divulgar artigos/ensaios sobre língua e literatura em diversas línguas modernas.

No caso deste estudo, o arquivo de pesquisa é constituído por diferentes números da *Revista Letras*, mais especificamente por artigos que apresentam estudos linguísticos publicados entre os anos de 1953 e 1970. O recorte temporal para a este estudo, o período de 1953 a 1970, corresponde, respectivamente, à fundação da revista *Letras* e ao falecimento de Mattoso Câmara. Os artigos foram selecionados de acordo com sua publicação a partir de 1953 para que se pudesse formar um arquivo sobre o conhecimento acadêmico/científico produzido então sobre língua e estudos linguísticos, mostrando a circulação através da revista acadêmica.

³⁸

O Centro de Estudos Linguísticos, fundado pelos professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, torna-se “importante na medida em que é uma das primeiras tentativas de organização da comunidade dos linguistas, organização que se concretizará alguns anos depois com a criação da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), que não por acaso tem como seu primeiro presidente Aryon Rodrigues, um dos fundadores do Centro do Paraná” (BORGES NETO, 1993, p. 24).

Para a história dos estudos linguísticos, nos anos 1950 se iniciam as discussões no meio acadêmico sobre a importância da Linguística nos estudos da linguagem. Havia uma forte união entre a Linguística e a Antropologia, além de interesse mútuo; por isso, seu *locus* de preferência eram os museus, onde existia um Setor de Antropologia e seus parceiros, os antropólogos (LEITE, 2012). A Linguística assume aos poucos um lugar junto aos estudos históricos, filológicos e gramaticais predominantes da época “enquanto um saber com caráter científico” (ALTMAN, 1998). Então se vislumbrava teoricamente o início do fim das dicotomias valorativas língua rica/língua pobre; língua culta/língua popular; língua de civilização/língua indígena.

Nos anos 1960 acontece uma grande reformulação nos cursos brasileiros de Letras, o que terá uma profunda repercussão sobre a pesquisa Linguística realizada no país (FIORIN, 2006). A linguística se torna disciplina obrigatória no novo currículo mínimo dos cursos que habilitam à licenciatura em Letras, segundo Decreto do Conselho Federal de Educação, em 1961. Têm início os estudos mais científicos da linguagem, “cessando paulatinamente a improvisação e a ausência de método na pesquisa linguística” (CASTILHO, 1962, p. 140).

Entende-se, segundo Scherer, que a construção discursiva sobre o conhecimento linguístico é marcada pelo movimento de sentidos, “pela heterogeneidade de ações e de dizeres, sempre em busca de uma autonomia como ordem epistemológica” (2003, p. 62). Considera-se ainda que o processo de construção discursiva implica sua constituição, formulação e circulação. Em relação a esses três momentos, Orlandi postula que a constituição se dá “a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo” (2001, p. 9-11). Este espaço de memória determina a formulação que se dá “em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas”, e sua circulação, por sua vez, “se dá em certa conjuntura e segundo certas condições” (ibid.). É na instância da circulação que “os dizeres são como se mostram”, e os meios para isso não são

nunca neutros (ibid.). Ou seja, no caso deste estudo, os sentidos são como circulam no espaço da revista acadêmica.

Sabe-se de antemão que, no processo de organização do arquivo, de constituição do corpus de pesquisa e na consequente escritura deste estudo, assume-se, segundo Orlandi, um “viés ligado a quem conta essa história e ao fato de quem a conta já fez um recorte que reconhece um tipo de produção” (2001, p. 148), aquele da Linguística no sul. Nessa perspectiva, os autores privilegiados neste estudo foram: Mansur Guérios (1907-1984), Aryon Rodrigues (1925-2014), Mattoso Câmara (1904-1970), Antenor Nascentes (1886-1972). Os artigos foram separados em dois períodos: aquele que antecede a instituição da linguística e aquele em que se dá a instituição da linguística – I Período (1953-1959) e II Período (1960- 1969), sendo tratados e referidos, conforme a tabela a seguir:

I Período (1953-1959)

Ano	v.	autor	título
1953	1	Mansur Guérios	<i>A magia das palavras</i>
		Rodrigues	<i>Morfologia do verbo Tupi</i>
1955	4	Mattoso Câmara	<i>Língua e Cultura</i>
1956	5/6	Nascentes	<i>O tratamento de “você” no Brasil</i>
1959	10	Mattoso Câmara	<i>Classificação das línguas indígenas no Brasil</i>
		Mansur Guérios	<i>A posição linguística do Xetá</i>

II Período (1960-1969)

Ano	v.	autor	título
1960	11	Mattoso Câmara	<i>Nomenclatura Gramatical</i>
		Nascentes	<i>Lheísmo no português do Brasil</i>
1961	12	Mattoso Câmara	<i>As Idéias Gramaticais de João Ribeiro</i>
		Nascentes	<i>A filologia Românica no Brasil</i>
1968	16	Mansur Guérios	<i>Conceito do correto e do incorreto na linguagem</i>
1969	17	Mattoso Câmara	<i>Os estudos do português no Brasil</i>

Assim, no primeiro volume da *Revista Letras*, publicado em 1953, Mansur Guérios, em *A magia das palavras*, faz um histórico do efeito que as palavras proferidas ou escritas podem ter sobre o ouvinte ou leitor, trazendo exemplos de diferentes

línguas: latina, grega, gaulesa e a língua caingangue, de Palmas, Paraná. Segundo o autor: “Em trabalho de campo que realizei entre os indígenas caingangues de Palmas, Paraná, registrei uma oração aos mortos e uma cantiga para dança, cujas letras são intraduzíveis”. O conhecimento produzido por Mansur Guérios (1953) visa o sentido atribuído à palavra, que tanto pode ser escrita ou pintada quanto proferida em oração ou cantada. Nessa perspectiva, o objeto de pesquisa configura-se sem que se pense a dicotomia língua escrita/língua falada ou que se considere a língua indígena ágrafa.

Neste primeiro volume, o estudo sobre a língua indígena realizado por Aryon Rodrigues, em *Morfologia do verbo Tupi*, de acordo com suas palavras, é um ensaio de sistematização do Tupi antigo. A expressão “Tupi antigo” é empregada para designar a língua falada pelos índios Tupinambá do Brasil oriental durante os séculos XVI e XVII. As fontes para descrição dessa língua são as gramáticas de Anchieta e Figueira e subsidiariamente o “Vocabulário da língua brasílica” (manuscrito português-tupi do século XVII). Assim, a análise por meio da qual o verbo tupi é sistematizado prende-se à tradição gramatical europeia produzida no início de nossa colonização. De acordo com o autor,

A análise lingüística por meio da qual se deduziu o sistema é o que talvez se poderia chamar uma análise "tradicional", no sentido de que se prende, em suas linhas gerais, a uma tradição gramatical européia, vigente em nossas escolas, e que se distingue das novas técnicas de análise estrutural desenvolvidas pela lingüística norte-americana ou pela glossemática de Hjelmslev (RODRIGUES, 1953, p. 122).

No quarto volume, 1955, a partir do mesmo critério de seleção, Mattoso Câmara, em *Língua e Cultura*, trata da diferenciação entre língua e cultura, e entre o fazer pesquisador do linguista e o do antropólogo. Mattoso Câmara trata da

linguagem e da língua e também da relação entre língua e cultura, inserido em um lugar de estudos antropológicos, o Museu Nacional do Rio de Janeiro, desenvolvendo, teoricamente e institucionalmente, um lugar para os estudos linguísticos em separado do domínio dos estudos antropológicos. Nas palavras do autor:

Trata-se da utilização dos sons produzidos pelos nossos órgãos vocais para o fim da comunicação entre os membros de uma dada sociedade. [...] Da simbolização e articulação resulta uma estrutura lingüística ou LINGUA. Portanto, a língua é um fato de cultura, mas se destaca do todo e com ele funciona dicotomicamente. [...] o lingüista se destaca do antropólogo, pois a este cabe depreender a cultura da sociedade que investiga. [...] a língua se constitui de elementos vocais permanentes que se combinam de múltiplas e complexas maneiras: é esta a sua FORMA, que a lingüística estuda em seu funcionamento (lingüística descritiva) ou em seu desenvolvimento através do tempo (lingüística histórica) (MATTOSO CÂMARA, 1955, p. 52-55).

Em 1956, no volume 5/6, o conhecimento sobre a língua produzido por Antenor Nascentes, em *O tratamento de “você” no Brasil*, abre na revista *Letras* a vertente sobre o estudo da língua portuguesa no Brasil, buscando, de maneira histórica e descritiva, o percurso do pronome você. Em seu estudo, Nascentes observa que o uso trouxe as alterações na língua falada analisadas na língua escrita, a partir de um corpus constituído de variantes selecionadas em diferentes áreas de conhecimento: filologia, dialetologia, literatura, trovas, cancionero, abarcando diferentes regiões do Brasil. O linguista conclui que a localização exata das variantes e os resultados definitivos só serão possíveis depois que se elaborar o atlas linguístico do Brasil. Nascentes observa que

O uso constante trouxe à expressão **vossa mercê** duas alterações primordiais, mais tarde seguidas de outras: a ênclise fez desaparecer o **a** do pronome e o **r** foi absorvido pelo som seguinte (cfr. **persona-pessoa**). **Vossa mercê** se transformou em **vossemecê**. De **vossemecê** se passou a **vosmecê** e desta forma por intermédio das formas hipotéticas **vosm'cê** e **voscê**, se fez **você**, que ainda se alterou para **ocê** e finalmente para **ce**. De quando data a palavra **você** no Brasil? [...] pode-se afirmar com segurança que já existe nos fins do século XVIII (NASCENTES, 1956, p. 117).

No volume 10, 1959, Mattoso Câmara, em *Classificação das línguas indígenas no Brasil*, apresenta diferentes modos de classificação das línguas indígenas brasileiras inseridas entre as línguas indígenas sul-americanas. O linguista aponta em cada um dos modos de classificação os pontos problemáticos, e destacando especialmente como as mais modernas e conduzidas em linhas mais seguras as classificações genéticas, isto é, aquelas que dividem as línguas pelo seu parentesco, na base de uma hipotética origem comum. Contudo, conclui que não existe uma classificação adequada, questionando quais as espécies de pesquisas linguísticas que se tornam mais importantes para facilitar e apressar o trabalho de classificação das línguas indígenas brasileiras. Até então a preferência pela classificação genética se impôs:

não só em virtude da tendência dominante, e até avassaladora, para as classificações genéticas em lingüística, mas também porque o critério tipológico rudimentar, então existente, não propiciava fundamentos aproveitáveis [...]. O critério genético permitia numerosos quadros e divisões, favorecendo uma ordenação metódica dentro da multiplicidade intrincada e confusa

com que se deparavam os pesquisadores (MATTOSO CÂMARA, 1959, p. 56-57).

Neste mesmo volume, Mansur Guérios (1959), em *A posição linguística do Xetá*³⁹, faz um estudo dessa língua indígena, usando critérios de parentesco para provar que essa língua faz parte do grupo tupi-guarani. Quando se fala em tupi-guarani, trata-se do grupo linguístico desse nome, que abrange numerosos dialetos ou falares – tupi, tupinambá, tamoio, tupiniquim, caeté, tembé, omágua, oiampim, guajajara, apapocuva, carijó, cingua, aré, guarani, etc. É a partir da classificação genética que Mansur Guérios (1960), az a descrição da língua xetá, com base em dados obtidos a partir de dois informantes que não estavam mais na aldeia indígena; portanto, afastados da sua comunidade linguística. Com base nas informações recolhidas, Mansur Guérios tem como objetivo:

provar que o xetá faz parte desse grupo, apresentando para isto concordâncias com vários dialetos e especialmente com o guarani - no âmbito dos possessivos, dos nomes das partes do corpo humano, pronomes pessoais prefixados aos verbos, partículas, partículas verbais do imperativo e do permissivo, nomes da natureza, de utensílios, de armas, nomes de parentela, de animais, dos numerais, e de alguns adjetivos (MANSUR GUÉRIOS, 1959, p. 96).

No volume 11, 1960, Mattoso Câmara, em *Nomenclatura Gramatical*⁴⁰, trata da implantação da Nova Nomenclatura Gramatical, a NGB, ressaltando alguns aspectos importantes e

³⁹ Trabalho apresentado na IV Reunião Brasileira de Antropologia, em Curitiba, em 16 de julho de 1959.

⁴⁰ Curso organizado pelo Diretório Acadêmico Santo Tomás de Aquino, da Faculdade Católica de Filosofia de Petrópolis, aos sábados, de 23 de abril a 21 de maio de 1960.

positivos para o progresso do ensino gramatical da língua portuguesa. O autor salienta que não é seu objetivo focalizar as falhas por dois motivos: 1) elas são secundárias e não prejudicam profundamente as linhas mestras do edifício elaborado; 2) ele odeia a atitude de crítico de obras feitas, que é sempre negativa e estéril. Logo, assim se posiciona sobre a NGB:

considero a nova Nomenclatura Gramatical um excelente passo para combater o arbítrio e a fantasia individual em matéria de nomenclatura. No Brasil, que é a terra da Gramática, todo professor de português se acha obrigado a criar uma nomenclatura gramatical sua. Essa multiplicidade decorre de duas causas: 1) certo pedantismo exibicionista, muito encontrado nos estudos lingüísticos *urbe et orbe*, onde já se disse que há a epidemia dos termos novos; 2) divergências doutrinárias profundas, que tinham de se refletir na Nomenclatura. O primeiro fator é fácil de eliminar e a Nomenclatura Nova foi feliz nesse ponto, de maneira geral. É bastante adotar o termo mais em voga entre dois ou mais que no fundo querem dizer a mesma coisa. No segundo caso, a preocupação de não assumir atitudes doutrinárias radicais levou-a a certas incoerências e à manutenção em alguns casos, de pontos de vista superados (MATTOSO CÂMARA, 1960, p. 2-3).

Neste mesmo volume, Antenor Nascentes, em *Lheísmo no português do Brasil*, ao dar prosseguimento aos estudos relativos ao português brasileiro, trata do emprego da forma **lhe** como objeto direto. Ao considerá-lo como fato de língua consolidado, busca na literatura subsídios que legitimem este emprego. Conforme palavras suas:

Até hoje os nossos gramáticos se tem recusado a admitir êste fato da língua. [...] A de que **lhe** se emprega

equivalentemente a **o**, **a** e de que está ganhando terreno cada vez mais. Por que então não legitimar de uma vez êste emprêgo? Porque os gramáticos, com seu espírito retrógrado e ultraconservador a isso se opõem. No dia, certamente remoto, em que êles aceitarem o fato consumado, nossa língua (a falada no Brasil) terá feito o que os espanhóis há muito tempo fizeram. Não importa que o emprêgo não exista em Portugal (NASCENTES, 1960, p. 108-113).

Em 1961, no volume 12, Mattoso Câmara, em *As Idéias Gramaticais de João Ribeiro*⁴¹, trata dos estudos linguísticos praticados no Brasil. Aponta que esses se acham numa encruzilhada, prontos para tomar um caminho novo. Essa inquietação de Mattoso Câmara reflete o momento histórico da institucionalização da Linguística nos cursos de Licenciatura em Letras no Brasil e, ao mesmo tempo, de se considerar o horizonte de retrospectão (AUROUX, 1992) para a constituição das ciências linguística no Brasil. Nas palavras de Mattoso Câmara:

Já estão se esboçando soluções justas para problemas teóricos que vêm sendo uma fonte de perplexidades, implícitas, na posição doutrinária de muitos de nossos estudiosos mais esclarecidos: o conceito da correção em face do *devenir* perene da língua; o conflito entre a verdade histórica e o valor atual das formas; o ideal da língua "pura" em ingloria defensiva ante um empréstimo que é constante, inevitável e até necessário do ponto de vista da eficiência social da língua. Ao mesmo tempo, aperfeiçoa-se o método da interpretação e exposição gramatical, já bem mais desvencilhada da preocupação logicista, tanto quanto do psicologismo, que se lhe sucedeu. Ora, num momento dêesses é que se faz

⁴¹

Palestra na Academia Brasileira de Filologia, em 27 de agosto de 1960.

particularmente importante uma tomada de consciência em relação aos nossos antecessores [...] Só assim se conseguirá engrenar o pensamento atual com o passado, condição precípua para desenvolvermos uma ciência lingüística (MATTOSO CÂMARA, 1961, p. 22).

Ainda em 1961, neste mesmo volume, Antenor Nascentes, em *A filologia Românica no Brasil*, volta-se ao ensino da língua materna, tratando do ensino da filologia românica no Brasil. Ele aponta que, até a fundação das Faculdades de Filosofia, os filólogos se limitavam ao latim e, vez por outra, ao grego; depois, os romanistas dedicam-se à língua materna. Segundo Nascentes:

Por toda parte ha romanistas, dedicados com mais fervor geralmente à língua materna. Felizmente essa orientação já se vai impondo em nosso país. A camada de novos filólogos, posteriores à criação das Faculdades de Filosofia, revela em suas obras a indispensável visão românica. É o que se nota em Aires da Mata Machado Filho, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha, Segismundo Spina, Wilton Cardoso, Mansur Guérios, Teodoro Maurer Junior, Sílvio Edmundo Elia, Joaquim Mattoso Câmara Junior e outros (NASCENTES, 1961, p. 36-38).

Em 1968, no volume 16, Mansur Guérios, em *Conceito do correto e do incorreto na linguagem*, trata da questão da língua padrão, do seu ensino, dos gramáticos e da discussão nos meios de comunicação social dos fenômenos da língua em geral e do padrão em especial. O autor adverte que

Trata da correção da linguagem, das questões do que se deve ou não se deve dizer, não só a escola, mas ainda e principalmente os gramáticos e puristas, e, não poucas vezes, através da imprensa essas questões passam a ser discutidas com ênfase, com entusiasmo, e o que é de

admirar, têm a simpatia do público em geral, principalmente no Brasil. Certas revistas de Filologia, principalmente as de outrora, reservam uma secção para atender consultas (MANSUR GUÉRIOS, 1968, p. 3).

Em 1969, no volume 17, Mattoso Câmara, em *Os estudos do português no Brasil*⁴², resume os estudos linguísticos realizados até então ao tratar da divisão natural da história dos estudos linguísticos no Brasil em duas épocas: “uma, passada, cujo término se pode fixar sem maior inexatidão no fim da quarta década do nosso século; outra, presente, que está se desdobrando diante de nós.” (1969, p. 23). São três aspectos que considera cruciais na problemática da linguística no Brasil: a norma da língua literária face à língua popular; a unidade da língua portuguesa no Brasil; o estudo da língua materna. A partir desses pontos entende que

a língua oral opera numa situação concreta una entre os interlocutores, e os elementos extralingüísticos se incorporam espontaneamente nessa situação. [...] a fala tende a criar certas diferenciações estruturais, que o ensino escolar procura por sua vez trazer à disciplina. Tanto na língua oral como na literária, entretanto, tem de haver uma deriva comum entendido o termo no sentido sapiriano. Do contrário, cria-se a dualidade de língua e dá-se uma cisão lingüística. [...] importa em reconhecer que a norma lingüística não pode ser inteiriça e una para aquém e além Atlântico. Deve existir uma norma geral, mas flexível e cambiante, recobrando duas subnormas — a européia e a americana (MATTOSO CÂMARA, 1969, 49-50).

42

Este artigo foi publicado na série *Dispersos* (2004, p. 231-258). Foi apresentado como comunicação no IV Colóquio internacional Luso-Brasileiro, realizado em setembro de 1966 em Cambridge-Mass e Nova Iorque. O manuscrito faz parte do acervo da Universidade de Petrópolis.

No I Período (1953-1959), os estudos linguísticos que circulam na revista em análise tratam da língua portuguesa e das línguas indígenas e visam à diferenciação do fazer linguístico e do antropológico face a seu objeto. Em relação à língua portuguesa, emerge a questão do português do Brasil e, em relação às línguas indígenas, a discussão sobre os diferentes métodos de descrição. Apresenta-se a seguir primeiro o eixo temático:

I Eixo temático – 1953-1959



No II Período (1960-1969), a partir da institucionalização da linguística, o conhecimento produzido em circulação trata do português do Brasil, seja tocando as especificidades do português, seja estabelecendo novos métodos em campos de estudo já estabelecidos servindo ao estudo da língua materna, seja abordando o tema da dicotomia correto/incorreto. Nesse período, também os estudos linguísticos voltam-se para a gramática, buscando fazer a história dos estudos do português no Brasil. Apresenta-se a seguir o segundo eixo temático:

II Eixo Temático – 1961-1969



Retoma-se, assim, o objetivo deste estudo: o mapeamento da produção do conhecimento linguístico que circula na revista *Letras* entre 1953 e 1970. O arquivo elaborado constitui-se como discurso que atesta os modos específicos de se produzir conhecimento em determinada conjuntura histórica, mais precisamente do discurso acadêmico/científico sobre a língua. Quando se trata da produção de conhecimento linguístico, todo saber se constitui sobre uma esteira de saberes que lhe precederam e lhe servem de fonte. É preciso considerar que tais gestos são possíveis a partir do arquivo de que o historiador das ideias dispõe, pois, como ressalta Pêcheux (1997), o arquivo se constitui por um “campo de documentos *pertinentes e disponíveis* sobre *uma questão*”. Assim, fazer história das ideias pressupõe estabelecer horizontes, recortes determinados pelo gesto de leitura do historiador das ideias. No/Do conhecimento produzido e que circula nas revistas emergem temas basilares que configuram o horizonte de retrospectão para a história das ideias linguísticas no Brasil.

Referências:

- ALTMAN, C. *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998.
- AUROUX, S. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. _____. *A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências*. Campinas: Editora RG, 2008.
- CASTILHO, A. T. de. Estudos linguísticos no Brasil – Notas para sua história. *Alfa*, FFLCH de Marília, v. 2, p. 135-143, 1962.
- FIORIN, J. L. A criação dos cursos de Letras no Brasil e as primeiras orientações da pesquisa linguística universitária. *Língua e Letras*, v. 7, n. 12, p. 11-25, 1º semestre 2006.
- GUIMARÃES, E. Política Científica e Produção de Conhecimento no Brasil (uma aliança tecnológica). In: _____. *Produção e Circulação do Conhecimento*. v. 2. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003. p. 193-200.
- LEITE, Y. de F. *Memórias de uma aprendiz ingênua*. Línguas indígenas: memórias de uma pesquisa infinda. FRANCHETTO, B. e COUTINHO-SILVA, T. (Org.). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.
- MANSUR GUÉRIOS. Magia da Palavra. *Letras*, UFPR, v. 1, p.168-182, 1953.
- _____. A posição linguística do Xetá. *Letras*, UFPR, v. 10, p. 92-112, 1959.
- _____. Conceito do correto e do incorreto na linguagem. *Letras*, UFPR, v. 16, p. 3-16, 1968.
- MATTOSO CÂMARA, J. Língua e Cultura. *Letras*, UFPR, v. 4, p. 51-59, 1955.
- _____. Classificação das línguas indígenas no Brasil. *Letras*, UFPR, v. 10, p.60-72, 1959.
- _____. Nomenclatura Gramatical. *Letras*, UFPR, v. 11, p. 1-16, 1960.
- _____. As idéias gramaticais de João Ribeiro. *Letras*, UFPR, v. 12, p 22-35, 1961.
- _____. Os estudos do português no Brasil. *Letras*, UFPR, v. 17, p. 23-52, 1969.

NARO, A. J. *Tendências atuais da linguística e da filologia no Brasil*. Tradução de M. C. D. Bordenave e L. M. P. Lobato. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

NASCENTES, A. O tratamento de “você” no Brasil. *Letras*, UFPR, v. 5/6, p.114-122, 1956._____. Lheísmo no português do Brasil. *Letras*, UFPR, v. 11, p. 108-113, 1960._____. A filologia Românica no Brasil. *Letras*, UFPR, v. 12, p. 36-48, 1961.

ORLANDI, E. P. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (Org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Traduzido por Bethania Mariani. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

RODRIGUES. Morfologia do Verbo Tupi. *Letras*, UFPR, v. 1, p. 121-152, 1953.

SCHERER, A. E. A história e a memória na constituição do discurso da linguística aplicada no Brasil. In: CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E. S (Orgs.). *O desejo da teoria e a contingência da prática: discursos sobre e na sala de aula*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003. p. 61-82.